

ANAIS

VIII JORNADA ACADÊMICA

URGÊNCIAS PARA O AMANHÃ: CONSTRUINDO SABERES E REDES

PUC CAMPINAS
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Rizziolli Pires CRB 8/6920
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

720 J82a

Jornada de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (8 : 2026 Campinas, SP).

Anais da Jornada de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: urgências para o amanhã : construindo saberes e redes / coordenação do POSURB-ARQ: Renata Baesso Pereira ; comissão organizadora: Letícia Moreira Sigolo ... [et al.]. – Campinas, SP : POSURB-ARQ, PUC-Campinas, 2026.

158 p. : il.

Inclui bibliografia.
ISSN: 2763-8480

1. Arquitetura. 2. Arquitetura - Congressos. 3. Arquitetura - Estudo e ensino. I. Pereira, Renata Baesso. II. Sigolo, Letícia Moreira [et al.]. III. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Arquitetura, Artes e Design. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. IV. Título.

CDD – 22.ed. 720

VIII JORNADAS DO POSURB-ARQ
URGÊNCIAS PARA O AMANHÃ: CONSTRUINDO SABERES E REDES

Prof. Dr. Victor de Barros Deantoni
Reitor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Profa. Dra. Carla Cristina Enes Gomes
Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão

Prof. Ms. Fábio de Almeida Muzetti
Decano da Escola de Arquitetura, Artes e Design

Coordenação do POSURB-ARQ
Profa. Dra. Renata Baesso Pereira

Comissão Organizadora da VIII Jornada
Profa. Dra. Letícia Moreira Sigolo (POSURB-ARQ)
Prof. Dr. Lucas Ricardo Cestaro (POSURB-ARQ)
Profa. Dra. Paula Gorenstein Dedecca (POSURB-ARQ)
Profa. Dra. Patrícia Rodrigues Samora (POSURB-ARQ)
Prof. Ms. Henry Farkas (FAU PUC-Campinas/NAU)
André Paiva Rodrigues (Doutorando POSURB-ARQ)
Mateus Santos de Oliveira Neto (Mestrando POSURB-ARQ)
Sophia Lelis (Mestranda POSURB-ARQ NAU)

Apoio Administrativo
Ana Paula Vasconcellos de Freitas
Gabriela Pereira de Castro Consagni

Comissão Científica

Ana Beatriz Meneghaldo
Ana Cecília Mattei Campos
Ana Paula Farah
Ana Paula Giardini Pedro
Claudia Cotrim Pezutto
Fabrício de Francisco Linardi
Jonathas Magalhães Pereira da Silva
José Luiz Grieco
Letícia Moreira Sígolo
Lucas Nakamura Cerejo
Lucas Ricardo Cestaro
Luisa Paraguai Donati
Manoel Lemes da Silva Neto
Maria Cristina da Silva Schicchi
Mônica Manso Moreno
Patrícia Rodrigues Samora
Paula Gorenstein Dedecca
Rafael Augusto Ferreira
Renan Alex Treft
Renata Allucci
Renata Baesso Pereira
Vera Santana Luz

Palestrantes Convidadas

Dra. Alessandra Ribeiro Martins – Gestora da Casa de Cultura Fazenda Roseira
Dra. Ana Beatriz Menegaldo – Centro Universitário Nossa Sra. do Patrocínio
Dra. Carolina Nunes – Coletivo Ponte/Universidade Paulista (UNIP)
Dra. Kelly Cristina Alvares Fedel – Ministério Público do Estado de São Paulo

APRESENTAÇÃO

As Jornadas Acadêmicas do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo – POSURB-ARQ – foram iniciadas em 2018. Desde então, consistem em espaço de diálogo e reflexões sobre as pesquisas produzidas pelos discentes, docentes e grupos de pesquisa vinculados ao Programa. O encontro tem como objetivo disseminar a produção científica relacionada ao Programa de Pós-Graduação, reforçar seu compromisso com a inovação, apresentar o impacto das pesquisas desenvolvidas e ampliar o debate na comunidade acadêmica.

Neste ano de 2026, em que o POSURB-ARQ da PUC-Campinas celebra 30 anos, a comunidade acadêmica foi convidada a somar vozes na realização da VIII Jornada, que teve como tema Urgências para o Amanhã: construindo saberes e redes.

Para tanto, a VIII Jornada do POSURB-ARQ ampliou o diálogo para além da pós-graduação, resgatando vínculos com egressos do Programa e abrindo-se, pela primeira vez, à participação de estudantes de graduação que desenvolvem pesquisas de Iniciação Científica, Trabalho de Graduação e Extensão Universitária (por meio do Vitalitá).

A VIII Jornada demonstra a consolidação do POSURB-ARQ e expõe o impacto referente à qualidade das pesquisas desenvolvidas pelos discentes – da graduação ao doutorado – docentes e grupos de pesquisa, nas linhas de pesquisa de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo e de Projeto, Inovação e Gestão em Arquitetura e Urbanismo.

Os resultados da VIII Jornada, que discutiu as Urgências para o Amanhã, estão expostos neste exemplar, que apresenta a programação referente ao evento, bem como as temáticas de pesquisa desenvolvidas e em desenvolvimento. Estes resultados são disseminados nesta publicação por meio dos resumos expandidos preparados pelos autores, que tiveram a oportunidade de apresentar suas pesquisas nas sessões mediadas por egressos do programa e debater os resultados destes trabalhos com a comunidade participante do evento, realizado nos dias 5 e 6 de maio do ano de 2026.

Letícia Moreira Sígolo
Lucas Ricardo Cestaro
Patrícia Rodrigues Samora
Paula Gorenstein Dedecca

PROGRAMAÇÃO

5 DE MAIO DE 2026

8h Credenciamento

9h Mesa de Abertura

Profa. Dra. Bruna Angela Branchi
Representante da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão
Prof. Me. Fábio de Almeida Muzetti
Decano da Escola de Arquitetura, Artes e Design
Profa. Dra. Renata Baesso Pereira
Coordenadora do POSURB-ARQ
Profa. Dra. Ana Paula Giardini Pedro
Diretora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

10h Mesa redonda
Pesquisa e Sociedade — Impactos da produção do POSURB-ARQ
Alessandra Ribeiro - IPHAN / Fazenda Roseira
Kelly Fedel - Ministério Público
Ana Beatris Meneghaldo e Carolina Nunes - Coletivo Ponte
Renata Alluci - Pós-doutorado POSURB-ARQ

14h Sessão 1 — Pós-Graduação - Mediação: Ana Beatris Meneghaldo

16h Sessão 2 — Pós-Graduação - Mediação: Carolina Nunes

18h Sessão de Cinema – Documentário
Os Segredos de Putumayo - Direção: Aurélio Michiles

---

6 DE MAIO DE 2026

9h Sessão 3 — Iniciação Científica - Mediação: Vinicius Silva e Jonathan Melo

10h30 Sessão 4 — Iniciação Científica - Mediação: Beatriz Pinheiro, Mateus Oliveira

14h Sessão 5 — Pós-Graduação - Mediação: Jessica Polito

16h Sessão 6 — Pós-Graduação - Mediação: Lucas Nakamura Cerejo

18h Sessão de Cinema – Documentário
Ex-Pajé - Direção: Luiz Bolognesi

SUMÁRIO

PÓS-GRADUAÇÃO

A *VEGA DE GRANADA* COMO PAISAGENS HISTÓRICAS DA PRODUÇÃO: DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO INTEGRADA.....11

Heloisa Mina Padula[1]; Maria Cristina da Silva Schicchi[2] Enrique Larive López[3]

ABRIGOS CLIMÁTICOS: A ADAPTAÇÃO DE ESCOLAS E SEU ENTORNO COMO POLÍTICA URBANA DE MITIGAÇÃO DO CALOR.....16

Sylvia Angelini[1], Patrícia Rodrigues Samora[2], Claudia Cotrim Pezzuto[3]

ARQUITETURA E AUTONOMIA POPULAR: PROCESSOS CONSTRUTIVOS COLABORATIVOS A PARTIR DE MATERIAIS PLÁSTICOS RECICLÁVEIS.....20

Valdemir Lúcio Rosa[1], Vera Santana Luz[2]

ARQUITETURA MODERNA E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: REFLEXÕES ACERCA DA PRESERVAÇÃO DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO EM BRASÍLIA.....24

Sophia Lelis[1]; Ana Paula Farah[2]

ARQUITETURA PÚBLICA PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CENTROS DE ACOLHIDA PARA ADULTOS NA CIDADE DE SÃO PAULO.....28

Ana Clara Vogt-Sampaio[1]; Vera Santana Luz[2]

CIDADE DE DEUS: POLÍTICA HABITACIONAL, REMOÇÕES E TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO (RJ, 1964–1980).....33

Jaqueline de Avila Lourenço[1]; Paula Gorenstein Dedecca[2]

CIDADES E LONGEVIDADE: UMA REVISÃO DO CONCEITO DE CIDADE SAUDÁVEL A PARTIR DOS CASOS DE LOMA LINDA E ENGENHEIRO COELHO.....37

Mayara Christy Tavares de Lima Faria[1]; Patrícia Rodrigues Samora[2]

CONSTRUINDO SABERES SOBRE ENVELHECIMENTO NO LUGAR: UMA INVESTIGAÇÃO COLABORATIVA, MULTIMÉTODOS E MULTIESCALAR.....40

Isabela de Oliveira Bastos[1]; Ana Beatriz Rabelo[2], Maria Eduarda Campos dos Santos[3], Gustavo Augusto Araújo Marques[4], Patrícia Rodrigues Samora[5], Alejandro Pérez-Duarte Fernández[6]

CRESCIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E IMPACTOS NA MOBILIDADE URBANA EM CIDADES BRASILEIRAS.....43

Vinicius Luis Arcangelo Silva[1]; Leticia Moreira Sigolo[2]

DA MULTITERRITORIALIDADE AO TERRITÓRIO INFORMACIONAL: IMPLICAÇÕES ESPACIAIS DO E-COMMERCE EM JUNDIAÍ.....46

Marco Alexandre Ribeiro Fernandes[1]; Manoel Lemes da Silva Neto[2]

DO COTIDIANO, OUTRA CIDADE: SIGNIFICADOS DAS APROPRIAÇÕES DOS ESPAÇOS COLETIVOS DA VILA DOS PESCADORES, CUBATÃO/SP.....50

Jonathan Willian de Melo[1], Jane Victal Ferreira[2]

ENTRE A PRANCHETA E A CIDADE: ATUAÇÃO DO ESCRITÓRIO ROBERTO LEME E RICARDO BADARÓ ASSOCIADOS (CAMPINAS, 1974-1989).....54

Beatriz Cressoni[1]; Paula Gorenstein Dedecca[2]

ENTRE MARGENS E MARÉS: A INFLUÊNCIA DA ARQUITETURA NO CUIDADO OFERTADO NO TRECHO CIDADE-RIO PELAS UNIDADES DE SAÚDE FLUVIAIS DA AMAZÔNIA.....58

Mateus Santos de Oliveira Neto[1]; Patricia Rodrigues Samora[2]

IMPRENSA, INDÚSTRIA E TERRITÓRIO: A GAZETA DE CAMPINAS (1869–1890) COMO FONTE PARA O MAPEAMENTO DOS AGENTES TRANSFORMADORES DO ESPAÇO URBANO 63

Júlia da Silva Cren [1]; Ana Paula Farah[2]

MACROURBANIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS: UM ESTUDO CRÍTICO DA REGIÃO SUDESTE BRASILEIRA.....66

Gabriel Giampietro[1]; Manoel Lemes da Silva Neto[2]

OS PÁTIOS FERROVIÁRIOS E A CONFORMAÇÃO DAS PAISAGENS HISTÓRICAS DA PRODUÇÃO: RIO CLARO E JUNDIAÍ (SP) 69

Rafaela Casagrande Salomão[1]; Maria Cristina da Silva Schicchi [2]

PATRIMÔNIO CULTURAL E ACESSIBILIDADE: O COMPLEXO FERROVIÁRIO SOROCABANO.....74

Mônica Pinesso Cianfarani[1]; Maria Cristina da Silva Schicchi[2]

PLANO DIRETOR PROJETADO E DINÂMICA IMOBILIÁRIA: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS A PARTIR DE ÁGUAS DE LINDÓIA (SP) 79

Daniel Henrique Ribeiro[1]; Manoel Lemes da Silva Neto[2]

PLATAFORMAS DIGITAIS COMO PARASITAS URBANOS: O ESPAÇO DA INFORMAÇÃO 83

Gustavo Escher Dias Canavezzi[1], Jonathas Magalhães Pereira da Silva[1]

POÉTICAS TÁTICAS PARA HABITAR: ARQUITETURAS DISRUPTIVAS.....87

Beatriz Fernandes Pinheiro do Amaral[1]; Luisa Paraguai[2]

PROGRAMA BAIRRO PAULISTA DE MELHORIAS URBANAS: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO EM GUAIANASES, SP.....91

Laura Silveira Cyriaco[1]; Vera Santana Luz[2]

SISTEMATIZAÇÃO DE PARÂMETROS E INDICADORES DE AFERIÇÃO DE QUALIDADE SOCIOESPACIAL E AMBIENTAL PARA MELHORIAS URBANAS: POSSIBILIDADES PARA SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA.....96

Ludmila Raciunas[1]; Vera Santana Luz[2]

TERRA URBANA E A APLICAÇÃO DA REGULARIZAÇÂO FUNDIÁRIA (DE 1979 À SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI) 101

Miguel Reis Afonso [1]; Jonathas Magalhães Pereira da Silva [2]

TRAMAS DE UMA GRANDE OPERAÇÃO IMOBILIÁRIA EM TERRAS VOLTADAS À FILANTROPIA: O CASO DO PROJETO CASA FIGUEIRA EM CAMPINAS (SP).....104

Isabela Said Miguel da Silva Falco[1]; Leticia Moreira Sigolo[2]

PET – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL

EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL: O TROTE SOLIDÁRIO COMO EXPERIÊNCIA FORMATIVA EM ARQUITETURA E URBANISMO.....109

Beatriz Barros Lazinho[1]; Emanuele Rigonato Zanini[2], Ana Paula Giardini Pedro[3]

O DESENHO COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO E INCLUSÃO EDUCACIONAL: RELATO DA EXPERIÊNCIA DO CURSINHO POPULAR TRAÇO PET 112

Maria Gabriela M. A. de Oliveira[1]; Gustavo Piccinin Tebom[2], Ana Paula Giardini Pedro[3]

PRODUÇÃO EDITORIAL E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO EM ARQUITETURA E URBANISMO: A EXPERIÊNCIA DA REVISTA TULHA.....116

Maria Fernanda Láua Nogueira[1]; Ana Luiza Torete [2], Ana Paula Giardini Pedro[3]

IC – INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A OFERTA RESIDENCIAL NO CENTRO DE CAMPINAS NOS ÚLTIMOS 15 ANOS: NOVOS PRODUTOS E NOVAS DEMANDAS? 120

Júlia Déo Lui[1]; Letícia Moreira Sígolo[2]

ARQUITETURA, URBANISMO E COTIDIANO EM CAMPINAS DA DITADURA: O CASO DO PARQUE PORTUGAL (1970-1985) 125

Marina Budin Martins[1]; Paula Gorenstein Dedecca[2]

ARQUITETURA, URBANISMO E COTIDIANO EM CAMPINAS NA DITADURA: O CASO DA AVENIDA AQUIDABÃ (1973-1985) 129

Helena Sartorel[1]; Paula Gorenstein Dedecca[2]

CAMPINAS NA DITADURA: O CASO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA CULTURAL CARLOS GOMES (1967-1985).....133

Maria Eduarda Negrucci Euphrosino[1]; Paula Gorenstein Dedecca[2]

ÍNDICE DE JUSTIÇA AMBIENTAL URBANA (IJAU) COMO FERRAMENTA DE LEITURA E ANÁLISE ESPACIALIZADAS DOS CONDICIONANTES SOCIAMBIENTAIS DA MICROBACIA HIDROGRÁFICA ANHUMAS NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS-SP 137

Isabelly Araujo do Rozario1; Felipe da Motta Bueno2; Letícia Moreira Sígolo[3]

MORFOGÊNESE E FORMA URBANA DE UMA PEQUENA CIDADE SUL MINEIRA NA REGIÃO OESTE DO RIO SAPUCAÍ.....142

Pedro Fernandes Prado Cardoso[1]; Renata Baesso Pereira[2]

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DO LUGAR: MÉTODOS E PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E COMUNITÁRIO PARA LOTEAMENTO RESIDENCIAL EM FRANCA-SP 145

Luan Quirino de Araújo[1]; Patrícia Rodrigues Samora[2]

SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA E DESENHO URBANO SENSÍVEL À ÁGUA: MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS NOS CONTEXTOS DAS FAVELAS DE CAMPINAS (SP) E MACAPÁ (AP). 148

Arthur Pedro de Mattos[1]; Patrícia Rodrigues Samora[2]

TFG – TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO

DO VAZIO URBANO À INTEGRAÇÃO TERRITORIAL: PROPOSTA DE UM NOVO BAIRRO NA REGIÃO SUL DE POÇOS DE CALDAS (MG). 154

Julia Butteri Lycyniak [1], Júlia da Silva Cren[2], Pedro Paulo de Siqueira Mainieri[3]

PÓS-GRADUAÇÃO

A *VEGA DE GRANADA* COMO PAISAGENS HISTÓRICAS DA PRODUÇÃO: DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO INTEGRADA

Heloisa Mina Padula[1]; Maria Cristina da Silva Schicchi[2] Enrique Larive López[3]

[1] Doutoranda - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
heloisa.mp4@puccampinas.edu.br

[2] Profa. Dra. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Pontifícia Católica de Campinas
cristina.schicchi@puc-campinas.edu.br

[3] Prof. Dr. em Arquitetura e Urbanismo
Universidad de Sevilla
elarive@us.es

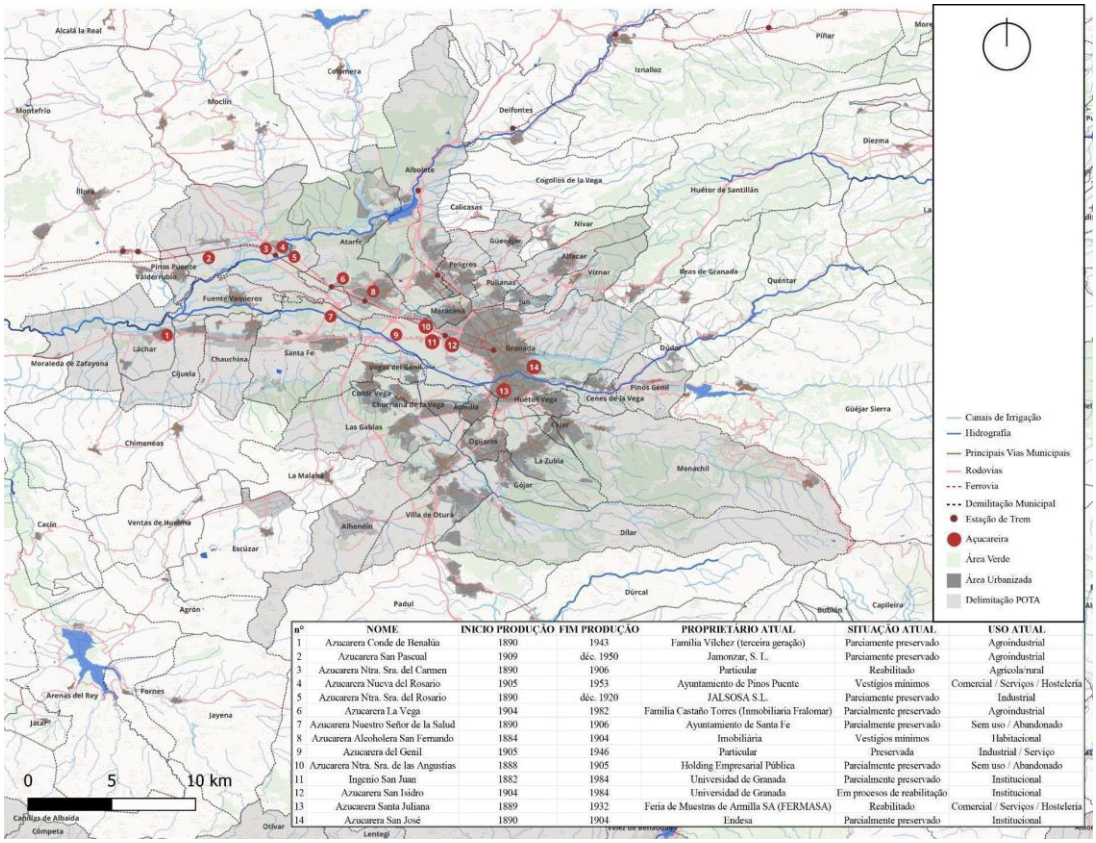
PALAVRAS-CHAVE: *Vega de Granada*; Paisagens Históricas da Produção; Fábricas de Açúcar; Patrimônio Agroindustrial; Periurbano.

RESUMO EXPANDIDO

No final do século XIX, a *Vega de Granada* (Figura 1) experienciou uma profunda reestruturação econômica, social e territorial, associada à introdução da cultura do açúcar de beterraba. Conforme pontua Ocaña (1972), o plantio da beterraba representou uma verdadeira renovação agrícola, marcando a divisão entre dois ciclos produtivos na região. A nova cultura induziu a formação intensiva de mão de obra, multiplicou os postos de trabalho e atraiu população das comarcas vizinhas.

Entre 1882 e 1909, a implantação de quinze fábricas de açúcar de beterraba na região, estruturou um eixo industrial entre *Láchar* e a capital granadina, desencadeando um período de modernização que redefiniu a organização territorial da região. O êxito dessas unidades deveu-se à boa articulação do território, interligado pela ferrovia *Bobadilla-Granada* e à construção de ramais particulares por parte das unidades agroindustriais, como as *Azucareras Nuestra Señora de las Angustias* (Figura 2 e 3), *San Isidro, Ingenio de San Juan* (Figura 3), além da articulação com sistemas locais de mobilidade e irrigação que integravam campos de cultivo, núcleos urbanos e áreas montanhosas. Tal processo implicou na valorização fundiária, ampliação da pequena propriedade e fortalecimento de uma burguesia agroindustrial, consolidando Granada como centro polarizador regional.

A partir das décadas finais do século XX, o setor entrou em declínio, culminando na desativação progressiva das unidades fabris. O destino de cada uma foi distinto, oscilando entre abandono, demolição e refuncionalização, resultando na permanência de unidades em estado de ruína ou ressignificação.



nº	NOME	INICIO PRODUÇÃO	FIM PRODUÇÃO	PROPRIETÁRIO ATUAL	SITUAÇÃO ATUAL	USO ATUAL
1	Azucarera Conde de Benalúa	1890	1943	Família Vilchez (terceira geração)	Parciamente preservado	Agroindustrial
2	Azucarera San Pascual	1909	déc. 1950	Jamonzar, S. L.	Parciamente preservado	Agroindustrial
3	Azucarera Ntra. Sra. del Carmen	1890	1906	Particular	Reabilitado	Agrícola/rural
4	Azucarera Nueva del Rosario	1905	1953	Ayuntamiento de Pinos Puente	Vestígios mínimos	Comercial / Serviços / Hostelería
5	Azucarera Ntra. Sra. del Rosario	1890	déc. 1920	JALSOSA S.L.	Parciamente preservado	Industrial
6	Azucarera La Vega	1904	1982	Família Castaño Torres (Inmobiliaria Fralomar)	Parcialmente preservado	Agroindustrial
7	Azucarera Nuestro Señor de la Salud	1890	1906	Ayuntamiento de Santa Fe	Parcialmente preservado	Sem uso / Abandonado
8	Azucarera Alcoholera San Fernando	1884	1904	Imobiliária	Vestígios mínimos	Habitacional
9	Azucarera del Genil	1905	1946	Particular	Preservada	Industrial / Serviço
10	Azucarera Ntra. Sra. de las Angustias	1888	1905	Holding Empresarial Pública	Parcialmente preservado	Sem uso / Abandonado
11	Ingenio San Juan	1882	1984	Universidad de Granada	Parcialmente preservado	Institucional
12	Azucarera San Isidro	1904	1984	Universidad de Granada	Em procesos de reabilitação	Institucional
13	Azucarera Santa Juliana	1889	1932	Feria de Muestras de Armilla SA (FERMASA)	Reabilitado	Comercial / Serviços / Hostelería
14	Azucarera San José	1890	1904	Endesa	Parcialmente preservado	Institucional

Figura 1: ***Vega de Granada*** **com a localização das indústrias açucareiras e infraestruturas relacionadas. Produzida pelos autores, 2026.**



Figura 2: ***Azucarera Nuestra Señora de las Angustias*** **e entorno. Acervo dos autores, out. 2025.**



Figura 3: Vista da Rodovia N-432, a direita está a antiga ***Azucarena Nuestra Señora de las Angustias*** **com a** ***Sierra Nevada*** **ao fundo. Acervo dos autores, nov. 2025**



Figura 4: Ingenio de San Juan em primeiro plano. Ao fundo, vê-se a ***Azucarena de San Isidro*** **que ligava-se à linha férrea Bobadilla-Granada, o que está à direita. No terceiro plano à esquerda o bairro operário Bobadilla, com a** ***Sierra Nevada*** **ao fundo. Acervo dos autores, fev. 2026.**

Embora a bibliografia sobre o tema tenha se concentrado na importância da infraestrutura gerada pelo sistema agroindustrial açucareiro, interessa neste recorte deslocar o foco da análise para seus problemas territoriais contemporâneos. Mesmo após o encerramento do ciclo produtivo, as marcas deste período permanecem inscritas na paisagem por meio de

edifícios remanescentes, traçados ferroviários, canais de irrigação, vazios industriais e memórias sociais, que continuam a estruturar o território e a produzir sentidos de identidade e pertencimento. Configura-se, assim, um patrimônio cultural e paisagístico cuja leitura ultrapassa a dimensão arquitetônica isolada, exigindo uma abordagem capaz de apreender suas múltiplas camadas materiais e simbólicas.

A paisagem formada a partir de uma construção social e histórica, expressa as relações de poder entre os sujeitos e o espaço (RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 2002; e HAESBAERT, 2004), acumulando temporalidades e dimensões materiais e simbólicas (BERQUE, 1998), enquanto o patrimônio é compreendido como construção social e política, marcada por escolhas, hierarquizações e disputas em torno da memória (CHOAY, 2010). No caso das paisagens industriais açucareiras, verifica-se um processo de patrimonialização fragmentado, que privilegia a arquitetura fabril e desconsidera as práticas sociais e as relações territoriais que estruturavam o sistema produtivo.

Diante desse quadro, o objetivo da pesquisa foi realizar um estudo comparativo entre a legislação patrimonial e os planos urbanos aplicados à Vega de Granada, buscando identificar as lacunas existentes na proteção das paisagens industriais açucareiras. Argumenta-se que a ênfase na preservação de edifícios fabris isolados desconsidera os sistemas territoriais - ferroviários, hidráulicos e fundiários - que estruturaram o ciclo produtivo, comprometendo a compreensão da paisagem como totalidade histórica e cultural.

METODOLOGIA

Para a viabilização da pesquisa, a investigação adotou abordagem qualitativa, estruturada em três etapas. Inicialmente, realizou-se um levantamento documental e bibliográfico, revisando a literatura sobre a indústria açucareira na *Vega de Granada* e em Andaluzia, com pesquisa em arquivos históricos, inventários patrimoniais e instrumentos de planejamento territorial. Em seguida, desenvolveu-se um trabalho de campo, para reconhecimento territorial das áreas onde se localizam as fábricas, com levantamento fotográfico e análise de sua inserção urbana contemporânea. Por fim, procedeu-se à sistematização e análise crítica dos dados, confrontando documentação histórica e situação atual, avaliando instrumentos de gestão e identificando indicadores de vulnerabilidade e potencialidade atuais dos complexos estudados.

RESULTADOS

Como resultado, constatou-se que estes remanescentes que hoje estão inseridos em territórios periurbanos e rururbanos[1], encontram-se pressionados pela especulação imobiliária, tornando-se espaços de reserva de solo aguardando valorização.

Esta condição de fronteira, entendida como território de sobreposição e reconfiguração de lógicas rurais e urbanas, cria um tensionamento sobre os usos do solo e sobre o

[1] A literatura distingue diferentes gradações do território além do núcleo urbano, que não formam categoria homogênea (DURÁN, 2004; HERNANDÉZ, 2005; BOLÁN, 2003; CARDOSO E FRITSCHY, 2012). O periurbano corresponde à transição articulada à expansão urbana, com urbanização difusa e dependência funcional da cidade; o rururbano refere-se a áreas de matriz rural atravessadas por lógicas urbanas, mais próximas do rural que do urbano.

arcabouço legal e normativo aplicado à *Vega de Granada.* Assim, sobre a região incidem diferentes instrumentos de proteção e ordenamento, tais como: o *Plan de Ordenación del Territorio de Andalucía* (POTA); os *Bienes de Interés Cultural* (BIC); o *Catálogo General del Patrimonio Histórico Andaluz* (CGPHA); os *Planeamiento Urbanístico Municipais;* e os *Planes Generales de Ordenación Urbanística* (PGOU). No entanto, esse conjunto de instrumentos legais não considera a complexidade das dinâmicas periurbanas de forma a assegurar a preservação dessas paisagens.

Embora o aparato normativo sugira inicialmente uma sólida proteção, sua aplicação, nos territórios periurbanos da antiga rede de indústrias açucareiras, tem sido limitada, especialmente nos terrenos à espera de empreendimentos imobiliários. Tanto a proteção patrimonial quanto os instrumentos de planejamento atuam de forma pontual, sobre bens isolados, não sendo capazes de proteger a paisagem agroindustrial, formada por um conjunto indissociável de elementos: a fábrica, as áreas de plantio, os canais de irrigação, os caminhos históricos e as vilas operárias. Enquanto a legislação incide sobre edifícios isolados, os planos municipais tratam vastas áreas como "solo urbanizável" ou "vazio urbano", desconsiderando sua densidade histórica e cultural. Isso gera um hiato de escala nos instrumentos de preservação, gerando a dispersão das comunidades a eles relacionadas.



Figura 5: Expansão urbana no bairro de Ronda, próximo do bairro onde as *Azucareras Nuestra Señora de las Angustias*, *San Isidro*, *Ingenio de San Juan* estão implantadas, se apresentando como eixo para expansão urbana. Acervo dos autores, fev. 2026.

Assim, hoje, a *Vega de Granada* se configura como um território em disputa, marcado pelo descompasso entre o valor de uma paisagem de herança agroindustrial que representa um marco na história das cidades onde as usinas se implantaram e a fragmentação dos instrumentos de controle regionais e locais destinados à sua proteção e ordenamento. Mais do que um cenário passível de transformação, a região evidencia um campo de forças em que interesses econômicos, memórias sociais e dispositivos legais se confrontam, sem síntese capaz de conciliar preservação e desenvolvimento. Compreender a paisagem açucareira nesse contexto exige ultrapassar uma leitura histórica meramente descritiva, mobilizando um aparato conceitual que evidencie dinâmicas de poder, sobreposições temporais e atribuições de sentido que continuam a definir seu futuro.

O processo observado na *Vega de Granada* não constitui uma especificidade local, mas integra uma problemática mais ampla, recorrente em territórios marcados pela desativação de sistemas produtivos industriais. Em diferentes contextos nacionais e internacionais, a transição para economias pós-industriais tem produzido paisagens tensionadas entre obsolescência funcional, pressão imobiliária e reconhecimento patrimonial seletivo, frequentemente limitando-se a elementos arquitetônicos isolados.

REFERÊNCIAS

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p.84-91.

BOLÁN, Eduardo Nivón. Las contradicciones de la ciudad difusa. *In* **Revista ALTERIDADES** 13 (26): Págs. 15-33. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2003.

CARDOSO, María Mercedes; FRITSCHY, Blanca Argentina. REVISIÓN DE LA DEFINICIÓN DEL ESPACIO RURURBANO Y SUS CRITERIOS DE DELIMITACIÓN. *In* **Contribuciones Científicas GÆA** | Vol. 24 | Pags. 27-39. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Estudios Geográficos, 2012.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do património**. Tradução de Teresa Castro. Lisboa: Edições 70, 2010. (Coleção Arte & Comunicação).

DURÁN, Francisco Entrena. Los límites difusos de los territorios periurbanos: una propuesta metodológica para el análisis de su situación socioeconómica y procesos de cambio. **Sociologias**, nº11 DOSSIÊ SOCIEDADE E TERRITÓRIO. Porto Alegre Jan./June 2004.

ESCOBAR, Pedro Salmerón et al. Estudio del paisaje de la industria azucarera de la Vega de Granada. **Planur-e: territorio, urbanismo, paisaje, sostenibilidad y diseño urbano**, v. 11, 2018.

HAESBAERT, Rogério; RAMOS, Tatiana T. O mito da desterritorialização econômica. **GEOgraphia**, ano, v. 6, p. 25-48, 2004.

HERNÁNDEZ, Rafael Mas. Periferias urbanas y nuevas formas espaciales. *In* **III Coloquio de Geografía Urbana** (3º. d 1996 e. Antequera), *La ciudad: tamaño y crecimiento* Málaga, Departamento de Geografía de la Universidad de Málaga, 1999, pp. 201-233/ Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2005.

JUNTA DE ANDALUCÍA. **Plan de Ordenación del Territorio de Andalucía**. Sevilla: Consejería de Fomento, 2012.

OCAÑA, María del Carmen Ocaña. La vega de Granada. Síntesis geográfica. **Cuadernos geográficos de la Universidad de Granada**, n. 2, p. 5-40, 1972.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

NOTA: Este texto faz parte de pesquisa de doutorado realizada junto ao POSURB-ARQ da PUC-Campinas, sob orientação da Profa. Dra. Maria Cristina da Silva Schicchi e sob coorientação Dr. Enrique Larive López, da Universidade de Sevilha, Espanha. Os agradecimentos são dirigidos à Capes, pelo financiamento das bolsas de pesquisa (Processo número 88887.961630/2024-00 e 88881.127350/2025-01).

ABRIGOS CLIMÁTICOS: A ADAPTAÇÃO DE ESCOLAS E SEU ENTORNO COMO POLÍTICA URBANA DE MITIGAÇÃO DO CALOR

Sylvia Angelini[1], Patrícia Rodrigues Samora[2], Claudia Cotrim Pezzuto[3]

[1] Doutoranda - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
sylvia.ba1@puccampinas.edu.br

[2] Profa. Dra. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
patricia.samora@puc-campinas.edu.br

3 Profa. Dra. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e no Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Infraestrutura Urbana - Pontifícia Universidade Católica de Campinas - claudiapezzuto@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: mudanças climáticas; resfriamento urbano; abrigo escolar.

INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas e o aumento da temperatura urbana representam desafios críticos em todo o mundo. Embora seus efeitos atinjam a todos, eles afetam de forma desproporcional as populações mais vulneráveis e as crianças, principalmente aquelas que vivem em periferias sem serviços básicos (NCPI, 2024). Abrigos climáticos são infraestruturas urbanas utilizadas para mitigar esses efeitos. São espaços urbanos públicos onde os moradores podem se refugiar durante episódios de temperaturas extremas, atuando como uma medida de adaptação de curto prazo (MOLINA, 2026).

Este trabalho apresenta o projeto de pesquisa de doutorado em curso, elaborado a partir do projeto "*Estratégias de resfriamento urbano para o aumento da habitabilidade em cidades: estudo de caso em Jundiaí, SP*", selecionado pelo Programa de Pesquisa em Políticas Públicas da FAPESP. O doutorado avalia as mudanças climáticas em áreas urbanas e apresenta cenários de planejamento para mitigação dos efeitos do calor, a partir da rede de escolas municipais.

Como resultado, espera-se fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas de enfrentamento ao calor, indicando diretrizes de intervenção para adaptação das cidades.

OBJETIVO

A pesquisa tem como objetivo identificar as condições para que escolas públicas e seu entorno possam atuar como abrigos climáticos, apresentando cenários de planejamento

que contribuam para a formulação de políticas urbanas de mitigação do calor e para a justiça socioambiental.

REFERENCIAL TEÓRICO

As ondas de calor são o risco climático que mais provoca perda de aulas no mundo, afetando cerca de 171 milhões de estudantes (UNICEF, 2024) e agravando uma crise de aprendizagem já existente, além dos impactos ambientais, econômicos e sociais causados.

No Brasil, um estudo realizado em todas as capitais indicou que escolas que estão em áreas mais quentes têm menos espaços verdes: 64% das escolas estão em territórios a pelo menos 1°C acima da média de temperatura do perímetro urbano das respectivas capitais (PEDRASSOLI
et al., 2024).

O foco da adaptação escolar é o investimento em espaços verdes abertos. Um ambiente verde propicia sequestro de carbono, redução de temperatura, aumento da umidade e benefícios para a drenagem urbana, além de um impacto positivo na biodiversidade. Também é preciso investir na utilização de materiais construtivos adequados, que não exijam a climatização dos ambientes internos (AMORIN, 2020). O entorno imediato ainda pode melhorar o desempenho térmico e energético dos edifícios, tornando as temperaturas muito mais amenas (AMORIM-MAIA, 2023).

Pesquisas científicas sobre escolas como abrigos climáticos avançaram significativamente nos últimos anos, concentrando-se na transformação de infraestruturas escolares para proteger tanto estudantes quanto a comunidade local de eventos extremos (PLAZAS *et al*., 2023). Os abrigos atuam como uma medida de adaptação de curto prazo e sua localização deve ser estratégica, considerando áreas prioritárias em relação ao risco, à vulnerabilidade social e à acessibilidade (MOLINA, 2026).

Em síntese, os abrigos atuam como uma resposta municipal prática e escalável, entendida como proteção da saúde a curto prazo e resiliência a longo prazo (DÍAZ-LÓPEZ *et al*., 2026). Mais do que espaços físicos, os abrigos climáticos devem ser compreendidos como infraestruturas do cuidado urbano, componentes integrados do espaço que promovem a resiliência territorial e a justiça socioambiental.

METODOLOGIA

O trabalho será realizado nas seguintes etapas:

Etapa 1: Embasamento teórico, com revisão bibliográfica sobre estratégias de mitigação do aquecimento urbano e abrigos climáticos.

Etapa 2: Seleção de 10 escolas públicas de Jundiaí entre as 102 existentes, buscando contextos diversos a partir dos dados:

- Temperatura e umidade, obtidos pelo Projeto Resfria;

- Áreas de risco climático, segundo trabalho elaborado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) em 2025;
- Áreas verdes no lote das escolas (árvores, hortas, jardins), segundo imagem de satélite;
- Áreas verdes (árvores, parques e praças) no entorno das escolas, adotando raios de 500 e 1000 m, conforme PEDRASSOLI (2024) em imagem de satélite;
- Áreas de favelas, considerando o levantamento da Prefeitura de Jundiaí;
- Áreas de vulnerabilidade social no município, considerando os dados do Censo 2022 do IBGE e os dados do CadÚnico do Município.

Etapa 3: Estudo de caso das escolas e seu entorno, analisando: a) área construída e permeável, materiais de revestimento das edificações, elementos de sombreamento; b) zoneamento, usos do solo, largura de vias e calçadas; c) quantidade de área verde no lote e no entorno de 500 e 1000 m.

Etapa 4: Identificação das condições presentes nas escolas com temperaturas mais quentes e mais frescas, para avaliar quais elementos são preponderantes para estes resultados e em que medida.

Etapa 5: Indicação de diretrizes para orientar as políticas públicas a partir dos resultados obtidos, de modo que as desigualdades ambientais e socioterritoriais possam ser compensadas dentro das unidades escolares e no seu entorno imediato.

RESULTADOS ESPERADOS

Com a pesquisa, pretende-se fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas de adaptação ao calor, a partir de diretrizes construtivas, ambientais e urbanísticas a serem implementadas nas escolas e seu entorno, contribuindo para a redução das injustiças climáticas e socioespaciais e na cidade.

REFERÊNCIAS

AMORIM-MAIA, Ana Terra; ANGUELOVSKI, Isabelle; CONNOLLY, James; CHU, Eric. Seeking refuge? The potential of urban climate shelters to address intersecting vulnerabilities. **Landscape and Urban Planning.** v. 238, n. 104836, 2023. DOI: 10.1016/j.landurbplan.2023.104836. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S016920462300155X. Acesso em: 20/01/2026.

AMORIN, Margarete Cristiane de Costa Trindade. Ilhas de calor urbano em cidades de pequeno e médio porte no Brasil e o contexto das mudanças climáticas. **Dossiê Políticas e mudanças climáticas.** n. 46, 2020. DOI: 10.4000/confins.31403. Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/31403. Acesso em: 25/01/2026.

DÍAZ-LÓPEZ, C.; MORA-ESTEBAN, R.; CONEJO-ARRABAL, F.; CASTRO-BONAÑO, J.M. Urban Adaptation to Climate Change: Climate Refuge Networks as a Strategy to Mitigate Thermal Stress. **Urban Sci**. 2026. 10, 100. DOI: 10.3390/urbansci10020100.

MOLINA, Jesús Vargas; BARRIONUEVO, Juan Francisco Sortino; NOBLEJAS, Hugo Castro. An integrated assessment of heat hazard, vulnerability, and accessibility to climate shelter networks for identifying urban adaptation priority areas in Andalusia (Spain). **International Journal of Disaster Risk Reduction.** v. 136, n. 106057, 2026. DOI:10.1016/j.ijdrr.2026.106057. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212420926000695. Acesso em: 02/04/2026.

NCPI - NÚCLEO CIÊNCIA PELA PRIMEIRA INFÂNCIA. Early Childhood Scientific Council on Equity and the Environment, Center on the Developing Child at Harvard University. O calor extremo afeta o desenvolvimento e a saúde na primeira infância. **Working Paper**. n.1, 2024. Disponível em: https://ncpi.org.br/publicacao/o-calor-extremo-afeta-o-desenvolvi-mento-e-a-saude-na-primeira-infancia/.Acesso em: 28/04/2025.

PEDRASSOLI, Julio; HIRYE, Mayumi; CANSADO, Julia; MELO, Breno Malheiros de; RODRIGUES, Edimilson; JUSTINIANO, Eduardo; SHIMBO, Julia. **Nota Técnica**. Uso e Ocupação do Solo nas Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental das Capitais Brasileiras. MapBiomas, 2024. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/up-loads/sites/4/2024/11/Nota_Tecnica_Vegetacao_Escolas-25-11-2024.pdf. Acesso em: 10/02/2026.

PLAZAS, Fabian López; SÁNCHEZ, Eva Crespo; PÉREZ, Raquel Llorca; ALBANILLA, Emma Santacana. Schools as climate shelters: Design, implementation and monitoring methodology based on the Barcelona experience. **Journal of Cleaner Production**. v. 432, p. 139588, 2023. DOI: 10.1016/j.jclepro.2023.139588. Disponível em:https://www.science-direct.com/science/article/abs/pii/S0959652623037460. Acesso em: 20/01/2026.

UNICEF - FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. Learning Interrupted. **Global snapshot of climate-related school disruptions in 2024**. Disponível em: https://www.unicef.org/media/170626/file/Global-snapshot-climate-related-school-disruptions-2024.pdf. Acesso em: 06/02/2026.

ARQUITETURA E AUTONOMIA POPULAR: PROCESSOS CONSTRUTIVOS COLABORATIVOS A PARTIR DE MATERIAIS PLÁSTICOS RECICLÁVEIS

Valdemir Lúcio Rosa[1], Vera Santana Luz[2]

[1] Doutorando - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
vlr.arq@gmail.com

[2] Profa. Dra. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
veraluz@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: técnicas construtivas; plástico reciclável; fábrica/ canteiro/ escola; vulnerabilidades urbanas; economia solidária.

A pesquisa investiga métodos para produção de componentes construtivos leves a partir de plástico reciclável, em manufaturas organizadas sob princípios da economia solidária em cooperativas e associações. Fundamenta-se em processos horizontalizados de troca de saberes academia-comunidades, propondo integração entre teoria e prática, em unidades conceituadas como fábricas-canteiros-escolas populares, instaladas em comunidades vulnerabilizadas, cuja concepção, fabricação, distribuição e uso seriam realizados em processos colaborativos. A premissa consiste em investigar a reutilização de plásticos recicláveis como matéria-prima para sistemas construtivos leves destinados a edificações populares, visando reduzir impactos socioambientais, em processos de baixo custo, em bases manufatureiras e operações de desenvolvimento em canteiro experimental permanente.

Parte-se de contextualização crítica da crise socioambiental contemporânea e de movimentos por justiça ambiental, que denunciam distribuição desigual dos riscos e racismo ambiental (Acselrad; Mello; Bezerra, 2009; Marques, 2023), dando continuidade à dissertação anterior (Rosa, 2021). A ênfase volta-se ao plástico, material abundante e de alto impacto ambiental, tratado não como lixo, mas como matéria-prima valiosa, tendo, como analogia, programas e ações iniciados por Dave Hakkens (s.d.), alinhando-se a fundamentos da economia solidária (Singer, 2002) e à crítica à alienação do trabalho (Ferro, 2006; 2024).

A hipótese central questiona: "É possível estabelecer estratégias de fabricação de componentes leves a partir de plástico reciclável, implementando manufaturas em processos cooperativos fundamentados na economia solidária, em áreas vulnerabilizadas, em associação com processos pedagógicos na universidade?" O objetivo geral é investigar a viabilidade de reutilizar plásticos recicláveis como matéria-prima para sistemas construtivos em habitações populares, desenvolvendo soluções que reduzam impactos socioambientais a baixos custos, em processos de autogestão popular.

Abarca-se concepção, produção, distribuição, uso e crédito cooperativo, com potenciais fontes

de financiamento, priorizando linguagens acessíveis (Bookchin, 1976; Morin, 2001), diante do déficit habitacional brasileiro (FJP, 2023) e da favelização global (Davis, 2006), com destaque para países do Sul Global (Santos, 2018). Contrapondo-se ao modelo capitalista que aprofunda desigualdades (OXFAM Brasil, 2024) e diante do fato de que apenas 9% do plástico produzido globalmente desde 1950 foi reciclado – propõe-se relações produtivas baseadas em autogestão, cooperação e distribuição equitativa (Singer, 2002),

Os plásticos apresentam múltiplas possibilidades de reciclagem – mecânica, química e energética – ampliando alternativas de reaproveitamento. Catadores emergem como atores fundamentais, cuja integração em modelos cooperativos pode potencializar eficiência e gerar equidade (ANTEAG, 2004; Zanin; Mancini, 2015; Nações Unidas Brasil, 2024). A aplicação de plásticos reciclados em sistemas construtivos pré-fabricados tem o potencial de gerar benefícios ambientais, sociais e econômicos, exigindo estratégias inclusivas que abranjam toda cadeia — da coleta à construção — através de processos participativos em rede.

A pesquisa propõe investigação para orientar a constituição de fábricas, canteiros experimentais e escolas universidade-comunidade articulados em polos nas situações de demanda, como periferias urbanas, como espaços permanentes de produção e aprendizagem coletiva (Figura 1).

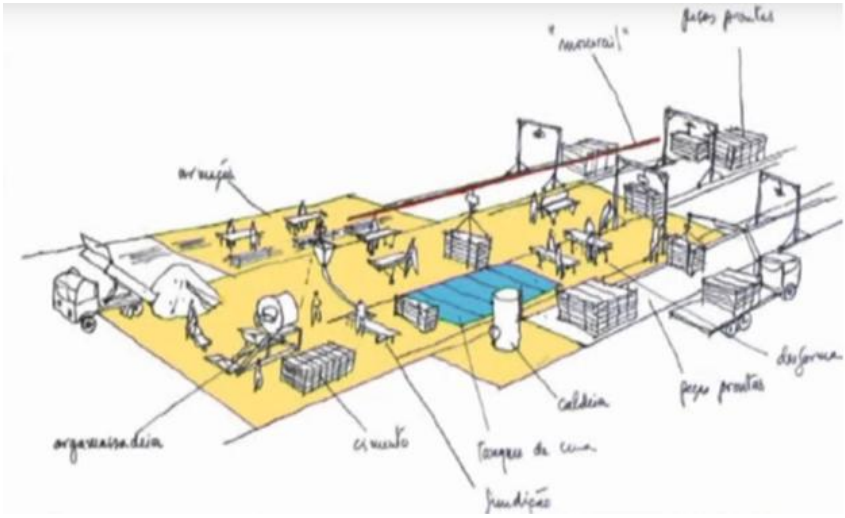


Figura 1- Perspectiva geral de unidade móvel de fabricação. Apresentação de Lelé no XXIV Congresso Pan-americano de Arquitetos. Fonte: João Filgueiras Lima (2012).

A metodologia compreende: revisão bibliográfica e documental sobre plásticos recicláveis aplicáveis à construção civil e processos manufaturados; pesquisa documental de analogias ao escopo prático; revisão de modelos de economia solidária para identificar processos cooperativos e de autogestão; procedimentos empíricos para ensaios propositivos de componentes leves para uso habitacional; e reflexão sobre processos pedagógicos participativos envolvendo comunidade e universidade.

Como resultados esperados, intenta-se evidenciar possibilidades de conversão de plástico reciclável em componentes adequados para territórios vulnerabilizados, com fragilidades socioambientais. Visa-se configurar componentes de sistema construtivo pré-fabricado leve, de forma manufaturada, como pilotos para atividades com autogestão e participativas, orientadas por demandas populares reais, com integração em rede, assentando-se em limites e possibilidades de integração da arquitetura a processos pedagógicos articulados ao produtivo. Tem-se como horizonte sua realização concreta como ação política, pela inserção social e compromisso acadêmico engajado.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral Mello; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ANTEAG. **Autogestão e economia solidária:** uma nova metodologia. São Paulo: ANTEAG Edições, 2004.

BOOKCHIN, Murray. **Para uma tecnologia libertadora**. Lisboa: Via Editora, 1976.

DAVE HAKKENS. Precious plastic. **Dave Hakkens**, [s.d.]. Disponível em: <https://davehakkens.nl/community/forums/index.html>.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

FERRO, Sérgio. **Sérgio Ferro**: arquitetura e trabalho livre. ARANTES, Pedro (Org.). São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

FERRO, Sérgio. **Histórico dos canteiros experimentais no Brasil**. Conferência. *In*: III Seminário e I Encontro Nacional de Canteiros Experimentais RENACE 2024. São Paulo, 27-30 maio 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HLMfMHzHBgc>.

FJP. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2022**. Belo Horizonte: FJP, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 67.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

MARQUES, Luiz. **O decênio decisivo**: propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Editora Elefante, 2023.

MORIN, Edgar. **A religação dos saberes**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. ONU Meio Ambiente aponta lacunas na reciclagem global de plástico. **Nações Unidas Brasil**, Notícias, 3 jan. 2019. Disponível em:

<https://brasil.un.org/pt-br/82048-onu-meio-ambiente-aponta-lacunas-na-reciclagem-global-de-pl%C3%A1stico>.

OCEANA BRASIL. **Combate à poluição marinha por plásticos**: reduzir o uso de produtos plásticos descartáveis. Oceana Brasil, [s.d.]. Disponível em: <https://brasil.oceana.org/campanhas/combate-a-poluicao-marinha-por-plasticos/>.

OXFAM BRASIL. Desigualdade S.A. **OXFAM Brasil**, 14 jan. 2024. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/desigualdade-s-a/>.

ROSA, Valdemir Lúcio**. Pré-fabricação de sistemas leves em situação de fragilidade socioespacial**. 2021. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, 2021. Disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16441>.

SANTOS, Boaventura de Souza. Introducción a las Epistemologías del Sur. In: MENESES, Maria Paula; BIDASECA, Karina. **Epistemologías del Sur**. V. 1. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 25-61. ISBN: 978-987-722-394-1.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1.ed. 6.reimpr. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

ZANIN, Maria; MANCINI, Sandro Donnini. **Resíduos plásticos e reciclagem:** aspectos gerais e tecnologia. 2.ed. São Carlos: EDUFSCAR, 2015.

ARQUITETURA MODERNA E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: REFLEXÕES ACERCA DA PRESERVAÇÃO DO TEATRO NACIONAL CLÁUDIO SANTORO EM BRASÍLIA

Sophia Lelis[1]; Ana Paula Farah[2]

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Território da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - e-mail: sophia.leitelelis@gmail.com

[2] Professora Doutora/ Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Território da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - e-mail: ana.farah@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural; preservação da arquitetura moderna; restauração arquitetônica.

INTRODUÇÃO

A preservação da arquitetura moderna apresenta impasses teóricos e éticos decorrentes da curta distância temporal entre a concepção da obra e seu reconhecimento como patrimônio cultural. Nesse contexto, insere-se o Teatro Nacional Cláudio Santoro, em Brasília (DF), projetado em 1958 por Oscar Niemeyer. O edifício constitui um exemplar da arquitetura moderna brasileira, caracterizado pela monumentalidade de sua estrutura em concreto armado. A edificação enfrentou décadas de interrupções até a conclusão de suas três salas, em 1981. Em 2014, foi fechado por não atender às normas de acessibilidade e segurança contra incêndio, permanecendo sem uso até o início de um novo processo de intervenção, em 2023. A pesquisa concentra-se nas intervenções formuladas com atenção particular ao processo atualmente em desenvolvimento.

À luz dessas questões, esta pesquisa busca analisar intervenções contemporâneas na arquitetura moderna, considerando a tensão entre diretrizes de conservação da materialidade e uma cultura de intervenção que tende a privilegiar a recomposição de uma imagem original idealizada. Como alerta Oksman:

> "como o reconhecimento do moderno é um processo recente e, portanto, as intervenções também o são, a discussão ainda é acalorada e demanda aprofundamento, principalmente devido ao olhar fetichista lançado para o moderno" (Oksman, 2017, p. 19).

A fim de ilustrar essa trajetória, apresentam-se a seguir duas imagens do Teatro Nacional Cláudio Santoro, a primeira datada entre as décadas de 1960–1970 e a segunda registrada em 2025, evidenciando as transformações sofridas pelo edifício ao longo do tempo.



Figura I – Teatro Nacional, sem data**. Fonte:** Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF).



Figura II – Teatro Nacional, 2025. **Fonte:** Acervo pessoal

REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa fundamenta-se no debate contemporâneo acerca da preservação da arquitetura moderna, tomando como referência as posições do IPHAN, DO.CO.MO.MO e ICOMOS/ISC20C. Esses orgãos expressam perspectivas distintas quanto aos critérios de intervenção. Conforme apontam Bierrenbach e Meneghel:

> "revela-se o discurso assertivo do Docomomo versus a abordagem ponderada e mais abrangente do Icomos/ISC20C", configurando uma tensão entre "a priorização da intenção do projeto" e "a multiplicidade de significados vinculados ao edifício" (Bierrenbach; Meneghel, 2022, p. 38).

A investigação é orientada pela seguinte questão central: quais são os desafios específicos e as implicações teórico-críticas e técnico-operacionais dos princípios contemporâneos da preservação aplicados à arquitetura moderna, tomando como estudo de caso o projeto de intervenção no Teatro Nacional Cláudio Santoro. A análise organiza-se a partir de três dimensões: material, técnica e simbólica, compreendidas como eixos analíticos para a interpretação das intervenções propostas e executadas no edifício.

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem hipotético-dedutiva e dialética, com métodos de investigação histórica, comparativa e qualitativa. Os procedimentos incluem: análise documental do Arquivo Público do Distrito Federal, relatórios do IPHAN e registros fotográficos; análise bibliográfica e iconográfica; levantamento arquitetônico dos projetos originais e das propostas de intervenção; pesquisa de campo com observação direta das obras de restauração em curso; e método comparativo com estudos de caso similares, a exemplo do restauro da sede do IAB-SP, que ilustra boa prática fundamentada nos princípios de mínima intervenção e reversibilidade, constituindo parâmetro comparativo para a análise do Teatro Nacional.

RESULTADOS EM DESENVOLVIMENTO

A pesquisa encontra-se em desenvolvimento e compreendeu, até o momento, o levantamento bibliográfico e a sistematização dos dados documentais relativos aos problemas construtivos e patológicos do edifício, bem como das sucessivas intervenções realizadas ao longo das décadas. A investigação busca avaliar criticamente os métodos e critérios adotados no atual projeto, à luz dos debates contemporâneos sobre preservação e restauro. Nesse sentido, emerge uma preocupação recorrente: o risco de que intervenções orientadas por leitura formalista promovam a descaracterização da materialidade original em detrimento do valor histórico e documental da obra. A esse respeito, Salvo ressalta:

> "A maior parte das intervenções feitas nas obras do movimento moderno declara ter intenções filológicas apenas por princípio, enquanto, de fato, se concretiza através de operações de pura repristinação, voltadas a recuperar a imagem primeira [...] mesmo a custo de anular a autenticidade material da obra" (Salvo, 2007, p. 141-142).

Ao evidenciar convergências e divergências metodológicas nas práticas em curso no canteiro do Teatro Nacional Cláudio Santoro, a pesquisa pretende aportar elementos ao debate sobre a preservação da arquitetura moderna, identificando dilemas técnicos, éticos e metodológicos que permeiam as intervenções nesse tipo de patrimônio, e fomentar reflexões que contribuam para práticas de preservação mais consistentes com as especificidades do patrimônio moderno.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL (ArPDF). Fotografias do Teatro Nacional.

BIERRENBACH, Ana Carolina de Souza; MENEGHEL, Júlia Pela. Considerações sobre a conservação da Arquitetura Moderna: contrapontos entre Docomomo e Icomos/ISC20C. Cadernos Proarq, n. 38, p. 36-53, 2022.

PINTO, Francisco Ricardo Costa. Produto V – Inventário – Teatro Nacional Cláudio Santoro. Brasília: Superintendência do IPHAN no Distrito Federal / UNESCO, 2019.

OKSMAN, Silvio. Contradições na preservação da arquitetura moderna. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. (IAB-SP).

OKSMAN, Silvio; VICINO, Beatriz. Restauro da sede do Instituto de Arquitetos do Brasil [Tavole]. [S. l.: s. n.], [201-]. em: https://www.premiorestauro.it/documents/69803/247394/Tavole+Oksman.pdf/8858e505-12c1-4aae-a800-a2ef8b500a1c. Disponível

SALVO, Simona. Restauro e "restauros" das obras arquitetônicas do século 20: intervenções em arranha- céus em confronto . Revista CPC, São Paulo, Brasil, n. 4, p. 139–157, 2007. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i4p139-157.

ARQUITETURA PÚBLICA PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CENTROS DE ACOLHIDA PARA ADULTOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Ana Clara Vogt-Sampaio[1]; Vera Santana Luz[2]

[1] Doutoranda - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
anaclaravogts@gmail.com

[2] Profa. Dra. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
veraluz@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: população em situação de rua; políticas públicas; equipamentos públicos; Centros de Acolhida para adultos; São Paulo.

O aumento da população em situação de rua no Brasil revela a continuidade de problemas socioeconômicos estruturais e a urgência em fortalecer as políticas públicas direcionadas a esse grupo social. O fenômeno está diretamente relacionado ao déficit habitacional brasileiro (FJP, 2025), como o número de moradias necessárias para suprir necessidades habitacionais acumuladas (habitações precárias, coabitação e ônus excessivo com aluguel urbano). Em 2023, mais de 1,2 milhão de domicílios foram classificados, no país, como rústicos ou improvisados, evidenciando a permanência de condições degradadas (FJP, 2025, p. 45). Embora estes dados não contemplem a população em situação de rua, revelam a dimensão estrutural da precarização habitacional e evidenciam como o fenômeno de pessoas vivendo nas ruas tende a permanecer obscurecido nas estatísticas relativas à habitação, reforçando a urgência de sua análise.

A Lei nº 14.821/2024, que Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua), assim define a população em situação de rua:

> [...] considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que tem em comum a falta de moradia e utiliza os logradouros públicos como espaço de moradia e de sustento, bem como as unidades de acolhimento institucional para pernoite eventual ou provisório, podendo tal condição estar associada a outras vulnerabilidades como a pobreza e os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados. (Brasil, 2024)

A última pesquisa censitária realizada pela Prefeitura Municipal (São Paulo, 2021), apontou aproximadamente 31.884 pessoas em situação de rua, número significativamente superior ao registrado em 2019, que apresentava o contingente de 24.344 pessoas, indicando crescimento expressivo, correspondendo a 31% em apenas dois anos — refletindo uma combinação de fatores, como crise habitacional, desemprego, desigualdade social, despejos, entre outros (São Paulo, 2021). A população em situação de rua é um grupo populacional que desafia as políticas públicas e a sociedade como um todo, e a cidade de São Paulo se destaca como um dos principais cenários.

Esta população enfrenta inúmeras adversidades, vivenciando condições precárias de vida, violações de direitos fundamentais e exclusão social. Nesse contexto, os equipamentos públicos têm um papel central no desenvolvimento e implementação de políticas, programas e ações que visem garantir o respeito a dignidade, qualidade de vida e promoção dos direitos, materializando diretrizes das políticas socioassistenciais, na rede de proteção social e acolhimento. Questiona-se, entretanto, em que medida suas condições edilícias e urbanas correspondem aos parâmetros normativos e às demandas concretas da população atendida.

A pesquisa tem como tema os equipamentos públicos denominados Centros de Acolhida, mais especificamente os Centros de Acolhida para adultos, compreendendo, como estudos de caso, o CA 24h – Oficina Boracea e o CA Santo Amaro.

O objetivo consiste em investigar a qualidade destes equipamentos públicos na cidade de São Paulo, analisando criticamente suas condições arquitetônicas e inserção urbana, à luz dos direitos preconizados pelo estatuto legal.

A hipótese da pesquisa é: “As condições edilícias e urbanas da arquitetura de acolhimento de Centros de Acolhida para adultos oferecidas pela Prefeitura Municipal de São Paulo à população em situação de rua não estão em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela legislação vigente”.

A metodologia compreende revisão bibliográfica e documental para consolidação do referencial teórico, aliada à investigação empírica. Para tanto, a análise crítica e sistematizada do estatuto legal pertinente ao tema, comparada aos dados censitários relativos à população em situação de rua (São Paulo, 2020; 2021), bem como à estrutura da rede socioassistencial e a oferta de Centros de Acolhida para adultos no município de São Paulo (São Paulo, 2025a; 2025b), indica um estatuto legal robusto, porém sem diretrizes programáticas para orientar programas e ações públicas.

A investigação e sistematização dos Centros de Acolhida para adultos, considerando dados disponíveis e sua inserção territorial, constituiu um panorama que subsidiou a definição dos dois estudos de caso, em articulação às pressões de demanda nas diferentes regiões da cidade de São Paulo (Figuras 1, 2 e 3).

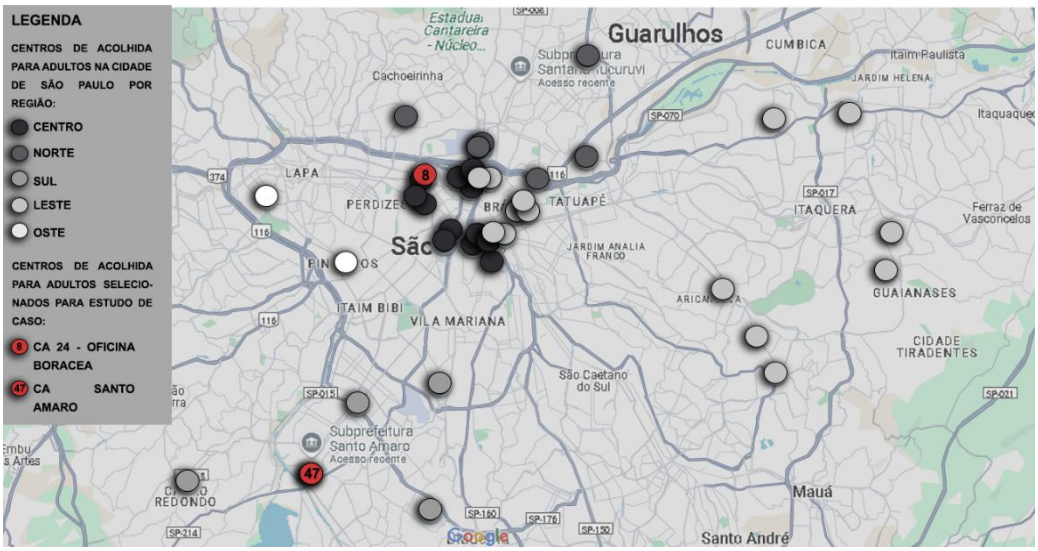


Figura 1 - Mapa da localização dos Centros de Acolhida para adultos na cidade de São Paulo, de acordo com regiões: Centro (14 CAs); Norte (6 CAs); Sul (5 CAs); Leste (16 CAs) e Oeste (2 CAs), conforme endereços válidos em março 2025.
Fonte: Autoral, a partir de dados de São Paulo, 2025b. Base de mapa de Google Maps, 2025.



Figura 2 - Imagem aérea do Centro de Acolhida 24H - Oficina Boracea e seu entorno imediato.
Fonte: Autoral, a partir de base Google Maps, 2025.



Figura 3 – Imagem aérea do Centro de Acolhida Santo Amaro e seu entorno imediato.
Fonte: Autoral, a partir de a partir de base Google Maps, 2025.

A pesquisa empírica será estruturada para abordagem observacional *in loco*, cujo alcance pretende possibilitar sua replicação em outros casos de natureza semelhante, cujos procedimentos no Comitê de Ética em Pesquisa e Plataforma Brasil, já foram aprovados, em 2025.

Como resultados esperados, ao evidenciar potencialidades e fragilidades das condições edilícias e de inserção urbana dos Centros de Acolhida investigados — verificando sua conformidade ou distanciamento em relação às diretrizes legais —, almeja-se contribuir para inspirar o aprimoramento das políticas públicas e para a construção de saberes comprometidos com redes institucionais mais articuladas, bem como configurar instrumentos de luta perante as urgências do presente e alternativas mais justas para o amanhã.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 14.821, de janeiro de 2024.** Institui a Política Nacional e Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua). Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14821.htm. Acesso em: 25 abr. 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil**. Belo Horizonte: FJP, 2025.

SÃO PAULO [Cidade]. QUALITEST INTELIGÊNCIA EM PESQUISA. **Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo. Produto IX. Relatório Final da Pesquisa Amostral do Perfil Socioeconômico**. São Paulo, SP: SMADS, 2020.

SÃO PAULO [Cidade]. SMADS. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. QUALITEST INTELIGÊNCIA EM PESQUISA. **Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo – 2021. Produto V. Relatório Completo do Censo. População em situação de rua**. São Paulo, SP: SMADS, 20 dez. 2021.

SÃO PAULO [Cidade]. SMADS. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **População em situação de rua. Centros de Acolhida.** São Paulo, SP: SMADS, 21 mar. 2025a. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/assistencia_social/w/populacao_em_situacao_de_rua/3183. Acesso em: 17 mar. 2025.

SÃO PAULO [Cidade]. SMADS. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **População em situação de rua. Centros de Acolhida. Centro de Acolhida para adultos.** São Paulo, SP: SMADS, 21 mar. 2025b. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/assistencia_social/w/populacao_em_situacao_de_rua/3183. Acesso em: 17 mar. 2025.

CIDADE DE DEUS: POLÍTICA HABITACIONAL, REMOÇÕES E TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO (RJ, 1964–1980)

Jaqueline de Avila Lourenço[1]; Paula Gorenstein Dedecca[2]

[1] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
al.jaque.avila@gmail.com

[2] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
paula.dedecca@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Cidade de Deus; Favelas; Políticas Habitacionais.

A pesquisa investiga o processo de implantação, ocupação e transformação inicial do conjunto habitacional Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, no recorte temporal de 1964 a 1980. Concebido no contexto das políticas de remoção de favelas, o conjunto foi implementado como parte de uma estratégia estatal de reorganização territorial e modernização urbana, sustentada pelo discurso da erradicação da informalidade e do ideal da casa própria como instrumento de integração social. Partindo do embasamento teórico-metodológico da área de história da arquitetura e do urbanismo, o estudo parte da compreensão de que conjuntos habitacionais não constituem apenas respostas técnicas ao déficit de moradia, neste caso com limitações evidentes desde os seus primeiros dias, mas dispositivos de política urbana que produzem espacialidades específicas, modos de vida e processos de territorialização.

O objetivo geral pretende compreender o contexto histórico e político de criação do Conjunto Cidade de Deus, os discursos institucionais que o legitimaram e as formas de apropriação e transformação do espaço pelos moradores, reassentados após remoção quase sempre forçada das favelas das áreas centrais do Rio de Janeiro. Como objetivos específicos, busca-se: (1) investigar o projeto do conjunto Cidade de Deus e seu lugar na política habitacional e de remoção das favelas no Rio de Janeiro; (2) compreender os processos que levaram à rápida informalização de um espaço originalmente planejado como formal; e (3) entender como o conjunto é representado pela imprensa e outros meios de comunicação da época.

O referencial teórico dialoga com a produção crítica sobre políticas habitacionais e produção social do espaço, com destaque para as contribuições de Licia Valladares, especialmente a obra *Passa-se uma casa* (1978), que permite compreender os conjuntos habitacionais para além de sua dimensão arquitetônica, evidenciando conflitos, estratégias de sobrevivência e disputas simbólicas. A pesquisa também se apoia em autores como Abreu (1997) e Bonduki (2014), que ajudam a compreender o contexto histórico e político no qual a Cidade de Deus foi implantada. Além disso, busca-se

entender a o conjunto a partir dos estudos da antropóloga Alba Zaluar, que investiga a partir da abordagem etnográfica a vida no conjunto habitacional.

Metodologicamente, o trabalho articula pesquisa documental, levantamento iconográfico e análise bibliográfica. Foram consultados os acervos do Arquivo Nacional e da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, onde se localizaram fotografias, plantas e matérias jornalísticas referentes à implantação do conjunto e sua ocupação nos anos imediatamente subsequentes. Também foram realizadas visitas presenciais à CEHAB-RJ, ao Arquivo Público da Cidade do Rio de Janeiro e ao Arquivo Geral da Cidade, além de visita de campo à própria Cidade de Deus, incluindo conversas com moradores. Esse conjunto de fontes possibilitou confrontar o discurso oficial com evidências materiais e relatos locais.



Figura 1 – Cidade de Deus, 1966 Fonte: Código BR_RJANRIO_PH_0_FOT_04266_046; Arquivo Nacional.

Os resultados parciais, já que a pesquisa de mestrado se encontra em desenvolvimento, indicam que a rápida transformação do conjunto esteve diretamente relacionada à inadequação entre o modelo habitacional proposto pelo Estado, as ações estatais efetivas de alocação da população, e as necessidades concretas dos moradores. As unidades padronizadas, implantadas em área periférica e com dimensões reduzidas, não contemplavam dinâmicas familiares ampliadas nem atividades econômicas domésticas. As ampliações, anexos e adaptações construtivas observadas desde os primeiros anos revelam que a chamada "informalização" não pode ser entendida apenas como irregularidade, mas como estratégia de adequação e permanência.

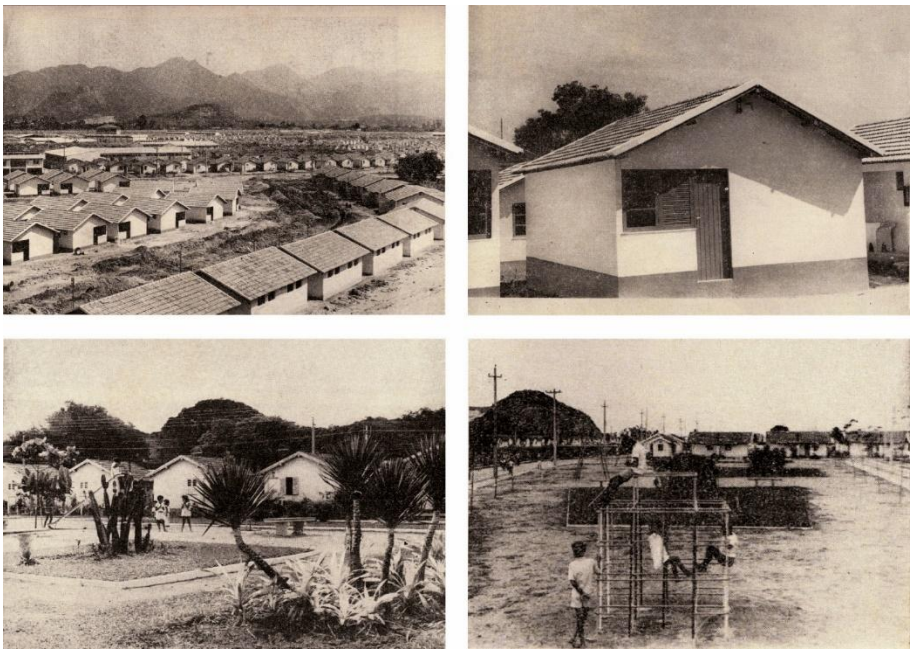


Figura 3 - Cidade de Deus entre 1966 e 1970 FONTE: Revista de Engenharia do Estado da Guanabara, jan.-dez.1968, n.1-4, p.27-38.

Como considerações parciais, conclui-se que a Cidade de Deus evidencia a tensão entre planejamento e uso, entre política pública e cotidiano. O discurso da erradicação das favelas e da casa própria operou como instrumento de legitimação das remoções, mas não assegurou as condições de vida prometidas. Ao analisar as transformações promovidas pelos próprios moradores, a pesquisa contribui para o debate sobre produção social do espaço e para a revisão histórica das políticas habitacionais baseadas na lógica da remoção, ressaltando a centralidade da agência dos habitantes na redefinição do território urbano.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 3 ed. Rio de Janeiro: IMPLANRIO, 1997.

BENMERGUI, Leandro. The Alliance for Progress and Housing Policy in Rio de Janeiro and Buenos Aires in the 1960s. **Urban History**, v. 36, n. 2, p. 303-326, 2009.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social no Brasil**: volume 1. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp: Editora Sesc São Paulo, 2014.

MACHADO, Ludmila Ayres. **Cidade de Deus: a construção imagética da favela.** 2016. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

NEGRELOS, Eulalia Portela. **Estado, planejamento e habitação no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980**: a forma urbana conjunto habitacional no quadro da crítica ao movimento moderno. Tese (Livre Docente em Teoria e História da Arquitetura e do

Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2021.

SERRAN, João Ricardo. **O IAB e a política habitacional brasileira, 1954-1975**. Rio de Janeiro: Schema, 1976.

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa**: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

CIDADES E LONGEVIDADE: UMA REVISÃO DO CONCEITO DE CIDADE SAUDÁVEL A PARTIR DOS CASOS DE LOMA LINDA E ENGENHEIRO COELHO

Mayara Christy Tavares de Lima Faria[1]; Patrícia Rodrigues Samora[2]

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura Urbanismo e Território da Pontifícia Universidade Católica de Campinas mayara.ctlf@puccampinas.edu.br

[2] Professora Doutora / Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura Urbanismo e Território da Pontifícia Universidade Católica de Campinas
patricia.samora@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Determinantes espaciais do bem-estar; longevidade; envelhecimento saudável; ambiente urbano.

INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

O envelhecimento populacional contemporâneo configura-se como um fenômeno demográfico complexo e urgente, com a projeção de que o contingente global de indivíduos com 60 anos ou mais atinja 2 bilhões até 2050 (WHO, 2024). Esse cenário é o cerne da "Década do Envelhecimento Saudável das Nações Unidas", iniciativa coordenada pela Organização Pan-Americana da Saúde que visa reduzir desigualdades e ampliar oportunidades de saúde (OPAS, [s.d.]).

Nesse paradigma, o envelhecimento saudável é compreendido pela manutenção da capacidade funcional, sendo influenciado pelas experiências e interações ambientais acumuladas desde o início da vida (WHO, 2020). Sob essa ótica, a longevidade define-se como o resultado de uma trajetória contínua e cumulativa que reflete a interação entre o indivíduo e seus ambientes físico e social (WHO, 2024). Central a esta discussão está o conceito de Qualidade de Vida (QV), entendida como a percepção subjetiva do indivíduo sobre sua posição na vida e sistema de valores (WHOQOL, 1998).

No planejamento urbano, essa experiência é mediada pelo ambiente construído, consolidando o conceito de "Cidade Saudável", onde espaços com infraestrutura resiliente e inclusão social atuam como determinantes positivos da saúde pública (WHO, 2016). Contudo, persistem lacunas sobre como atributos urbanos específicos contribuem efetivamente para a saúde, justificando a investigação de comunidades intencionais em contextos geográficos distintos. Para suprir essa lacuna, a comparação entre Loma Linda (EUA) e Engenheiro Coelho (Brasil) permite analisar como diferentes arranjos urbanos produzem resultados diversos, contribuindo para uma revisão crítica do conceito de Cidade Saudável sob as especificidades do Sul Global.

JUSTIFICATIVA E HIPÓTESE

A investigação analisa comunidades intencionais adventistas para compreender como valores compartilhados de saúde – como dieta e contato com a natureza – condicionam a produção do espaço. Loma Linda (EUA) destaca-se historicamente pela longevidade, apresentando um ecossistema urbano voltado à cura e ao incentivo à atividade física, onde estudos correlacionam o estilo de vida à melhoria na expectativa de vida (Spencer-Hwang, 2018; Galenieks, 2017). No Brasil, Engenheiro Coelho reflete a influência institucional do UNASP e uma singularidade demográfica com 47,34% de evangélicos, ocupando a segunda posição em qualidade de vida na RMC (IBGE, 2025; PORTAL ON, 2025). A hipótese central postula que, embora os atributos espaciais influenciem a longevidade, as disparidades socioespaciais entre o Norte e o Sul Global condicionam os desfechos de saúde. Assim, investiga-se se a intencionalidade desses espaços promove o envelhecimento saudável ou se é limitada por desigualdades estruturais e configurações urbanas divergentes.

OBJETIVOS

Esta pesquisa objetiva investigar a influência dos atributos espaciais na qualidade de vida e na longevidade dos moradores de Loma Linda (EUA) e Engenheiro Coelho (Brasil), analisando como essas comunidades intencionais, apesar de configurações socioespaciais distintas, moldam o envelhecimento saudável. Para isso, busca-se aprofundar os conceitos de bem-estar em contextos urbanos derivados de processos socioeconômicos diversos, identificando os atributos espaciais que impactam os habitantes e verificando a promoção da qualidade espacial como recurso fundamental para a saúde. Por fim, a investigação pretende resgatar o conceito de Cidade Saudável sob a ótica do Sul Global, contribuindo para sua adaptação às especificidades da realidade brasileira.

MATERIAIS E MÉTODOS

A estrutura metodológica baseia-se em um modelo que integra o pensamento urbanístico clássico de Jacobs, Gehl, Bachelard e Kowarick à produção científica contemporânea em saúde urbana, consultada via PubMed e Capes Periódicos — incluindo periódicos como *The Lancet*, *Nature Urban Sustainability* e *Journal of Urban Health* — além das diretrizes internacionais da OMS e OPAS. O desenho do estudo adota a estratégia de caso comparado entre Loma Linda (EUA) e Engenheiro Coelho (Brasil), utilizando uma matriz analítica autoral que correlaciona atributos físicos do ambiente a indicadores de saúde urbana e às especificidades das cidades do Sul Global. Os procedimentos de coleta englobam entrevistas com moradores por amostragem intencional para captar percepções sobre desafios cotidianos, observação sistemática com registros fotográficos e croquis para documentar a qualidade física e o uso do espaço, além de pesquisa documental em arquivos oficiais e periódicos locais. Todo o protocolo será submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC-Campinas, e os dados finais serão processados por meio da técnica de Análise de Conteúdo para validação da hipótese socioespacial.

RESULTADOS ESPERADOS

Pretende-se evidenciar como os atributos espaciais condicionam a longevidade, identificando características urbanas que favorecem o envelhecimento saudável em contextos socioculturais distintos. A pesquisa visa gerar subsídios teóricos e aplicados para novas diretrizes urbanísticas brasileiras, adaptando o conceito de Cidade Saudável às especificidades do Sul Global.

REFERÊNCIAS

BAUER, M. W. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão**. In: BAUER, M. W.; GASKELL G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

GALENIEKS, A. Importance of urban street tree policies: A comparison of neighbouring Southern California cities. **Urban Forestry & Urban Greening**, v. 22, p. 105-110, 2017.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**: Religiões: Resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

OPAS. **Década do Envelhecimento Saudável nas Américas (2021-2030)**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/decada-do-envelhecimento-saudavel-nas-americas-2021-2030>. Acesso em: 16 nov. 2025.

PORTAL ON. Engenheiro Coelho é 2ª melhor cidade em qualidade de vida na RMC, aponta pesquisa. Artur Nogueira, 31 maio 2025. Disponível em: < https://portalon.com.br/engenheirocoelho/engenheiro-coelho-e-2a-melhor-cidade-em-qualidade-de-vida-na-rmc-aponta-pesquisa/>. Acesso em: 7 mar. 2026.

SPENCER-HWANG, R. et al. Adverse childhood experiences among a community of resilient centenarians and seniors: Implications for a chronic disease prevention framework. **The Permanente Journal**, v. 22, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Ageing and health**. Genebra: WHO, 2024. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/ageing-and-health>. Acesso em: 4 jun. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Healthy ageing and functional ability**, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/healthy-ageing-and-functional-ability>. Acesso em: 16 nov. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Health as the pulse of the new urban agenda**: United Nations Conference on Housing and Sustainable Urban Development, Quito, October 2016. Geneva: WHO, 2016. Disponível em: https:<//www.who.int/publications/i/item/9789241511445>. Acesso em: 9 junho de 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. Programme on mental health: WHOQOL user manual. In: **Programme on mental health: WHOQOL user manual**. 1998.

CONSTRUINDO SABERES SOBRE ENVELHECIMENTO NO LUGAR: UMA INVESTIGAÇÃO COLABORATIVA, MULTIMÉTODOS E MULTIESCALAR

Isabela de Oliveira Bastos[1]; Ana Beatriz Rabelo[2], Maria Eduarda Campos dos Santos[3], Gustavo Augusto Araújo Marques[4], Patrícia Rodrigues Samora[5], Alejandro Pérez-Duarte Fernández[6]

[1] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
isabelabastos.arq@gmail.com

[2] Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
anabeatriz.rabelo2005@gmail.com

[3] Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
camposduda2801@gmail.com

[4] Graduação em Terapia Ocupacional e Vitalità
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
dr.gustavoaugustomarques@gmail.com

[5] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
patricia.samora@puc-campinas.edu.br

[6] *Laboratorio del Hábitat para Personas Mayores*
ITESO, Universidad Jesuíta de Guadalajara
apdf@iteso.mx

PALAVRAS-CHAVE: *Aging in place*; Autonomia; Gerontologia Ambiental; Hábitat Urbano; Mobilidade Urbana

O aumento da expectativa de vida e a transição demográfica em curso no Brasil (IBGE, 2025) impõe a necessidade de refletir sobre o envelhecimento também a partir do ambiente urbano e do espaço construído e habitado. A abordagem do envelhecimento desde o ambiente ainda é pouco explorada, restrita a aspectos normativos como a acessibilidade universal (OSWALD et al, 2024), questão fundamental mas que não esgota a complexidade das dimensões sociais, culturais e afetivas.

A Gerontologia Ambiental é uma base teórica sólida, que oferece um olhar crítico ao hábitat. Este trabalho ancora-se na Estrutura Integrativa da Troca Pessoa–Ambiente (CHAUDHURY E OSWALD, 2019) e no conceito de *aging in place*, entendido como a possibilidade de permanecer no lugar de moradia com independência, pelo maior tempo possível (PANI-HARREMAN et al., 2021). No Brasil, a ampla maioria envelhece em

suas casas e bairros, mas é preciso estudos empíricos que possam explorar a natureza da cultura habitacional regional. Apresentam-se aqui reflexões metodológicas e resultados de uma pesquisa que buscou compreender o fenômeno a partir de casos de estudo no Brasil em três eixos: casa, bairro e mobilidade.

A pesquisa consistiu em estudos de caso com oito residentes idosos de Campinas-SP, em pesquisa interdisciplinar e colaborativa entre a pós-graduação e graduação em Arquitetura e Urbanismo e o Vitalità - Centro de Envelhecimento e Longevidade da PUC-Campinas[2]. Adotou abordagem qualitativa, exploratória, multimétodos e multiescalar, inspirada metodologicamente em uma investigação desenvolvida em Guadalajara, México (PÉREZ-DUARTE E ENRÍQUEZ ROSAS, 2025). Foi estruturada em quatro etapas.

A Etapa 1, realizada no Vitalità, consistiu na coleta dos dados pessoais e aplicação de escalas gerontológicas validadas: Barthel e Lawton-Brody (atividades básicas e instrumentais de vida diária), Gijón (vulnerabilidade social) e Duke-UNK-11 (apoio emocional), com as quais foi possível caracterizar o perfil do envelhecimento dos participantes. A análise apontou um grupo com uma preservação cognitiva, manutenção de papéis sociais e níveis significativos de funcionalidade e autonomia, mesmo diante de limitações clínicas, reforçando a importância de articular condição funcional e contexto de vida para analisar o envelhecimento no lugar.

A Etapa 2 ocorreu na residência dos participantes, com entrevista face a face (42 questões sobre saúde, relações sociais, moradia, envelhecimento e *aging in place*) e documentação espacial da moradia (registro fotográfico, croqui da planta e inquérito domiciliar). Verificou-se que o desejo de envelhecer em casa decorre tanto do pertencimento e vínculos familiares construídos no espaço habitado quanto de condições materiais como dimensionamento, conforto térmico, acessibilidade e possibilidade de adaptação, articulando dimensões subjetivas e objetivas, essenciais a autonomia e bem-estar.

A Etapa 3 consistiu no monitoramento da mobilidade cotidiana por meio de dispositivo *tracker* GPS durante uma semana. Os dados permitiram analisar a frequência de saídas, modais utilizados, destinos e amplitude territorial, corroborando as entrevistas. Observaram-se deslocamentos que frequentemente ultrapassam o limite bairro, alcançando outras áreas do município e da Região Metropolitana de Campinas. A mobilidade mostrou-se fortemente associada ao transporte individual, embora o transporte público permaneça relevante em bairros periféricos, evidenciando desigualdades nas condições de circulação urbana.

A Etapa 4 consistiu em entrevistas-caminhada nos bairros de residência, combinando observação direta, registros fotográficos e mapeamento dos percursos. A abordagem permitiu identificar a relação entre percepções e características físicas e sociais do território. Os resultados indicam que infraestrutura, acessibilidade e segurança influenciam a experiência de envelhecer no bairro, atravessada também por pertencimento, memórias e vínculos sociais construídos ao longo do tempo. Evidenciam-

[1] O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC Campinas em 24 de fevereiro de 2025 e aprovado em 24 de abril de 2025 (CAAE nº 87066925.9.0000.5481, parecer nº 7.522.631).

se disparidades socioespaciais que condicionam de forma desigual o acesso a serviços, mobilidade e a participação social.

Dentre os resultados, pode ser apontada a importância do Vitalità como espaço de socialização para os idosos. Adicionalmente, foi evidenciado que o envelhecimento no lugar é uma experiência multiescalar e relacional, atravessada pelo contexto socioeconômico, autonomia, funcionalidade, apoio social e características territoriais. A permanência no lugar depende tanto de vínculos simbólicos e redes de suporte quanto de condições estruturais de moradia, mobilidade e infraestrutura urbana, profundamente afetadas pelas desigualdades socioespaciais. O *aging in place* no Brasil, portanto, deve ser compreendido como questão estrutural, demandando saberes e redes de cooperação capazes de orientar práticas interdisciplinares que promovam condições dignas, autônomas e socialmente sustentadas de envelhecimento nos territórios urbanos.

REFERÊNCIAS

CHAUDHURY, H.; OSWALD, F. Advancing understanding of person-environment interaction in later life: one step further. **Journal of Ageing Studies**, 5, 2019. pp. 1–10.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2022. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/inicial. Acessado em: 12 de setembro de 2025.

OSWALD, F. et al. Gerontologia Ambiental: Conceitos, fundamentos e pesquisas no Brasil. In: DOLL, J. and KOHLRAUSCH, E. (eds.) **Educação e envelhecimento: perspectivas e tendências.** 1st ed. Porto Alegre: CirKula. 2024. pp. 1–20.

PANI-HARREMAN, K. et al. Definitions, key themes and aspects of "ageing in place": A scoping review'. **Ageing & Society**, 41(9), 2021. pp. 2026–2059.

PÉREZ-DUARTE, A. F.; ENRÍQUEZ ROSAS, M. del R. Envejecimiento en casa: exploración y aplicación de una metodología cualitativa. **Intersticios Sociales**, 29, 2025. pp. 23–44.

CRESCIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E IMPACTOS NA MOBILIDADE URBANA EM CIDADES BRASILEIRAS

Vinicius Luis Arcangelo Silva[1]; Leticia Moreira Sigolo[2]

[1] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
viniciusarcangelo@gmail.com

[2] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
leticia.sigolo@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Mobilidade urbana; Frota de veículos; Política de mobilidade sustentável.

INTRODUÇÃO

A mobilidade urbana nas cidades brasileiras foi historicamente estruturada em torno do automóvel individual, resultado de políticas rodoviaristas e incentivos à indústria automobilística que priorizaram o transporte motorizado individual em detrimento do coletivo e da mobilidade ativa (VASCONCELLOS, 2014). Estudos indicam que cidades dependentes do automóvel apresentam maiores níveis de congestionamento, consumo energético e emissões de poluentes, frequentemente associados a padrões urbanos dispersos (NEWMAN; KENWORTHY, 1999; BANISTER, 2008). Na América Latina, o crescimento da motorização individual também tem impactado a eficiência dos sistemas de transporte, sobretudo onde o transporte público não se expandiu no mesmo ritmo (HIDALGO; HUIZENGA, 2013).

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo analisar a evolução da frota de veículos no Brasil, no estado de São Paulo e nas regiões metropolitanas de Campinas e São José do Rio Preto, no período de 2000 a 2023, com base em dados secundários da Secretaria Nacional de Trânsito, buscando compreender suas implicações para a mobilidade urbana em diferentes escalas.

METODOLOGIA

Esta investigação integra uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento sobre mobilidade urbana em pequenas cidades paulistas e, por meio de abordagem quantitativa, analisa a evolução da frota de veículos no Brasil, no estado de São Paulo e nas regiões metropolitanas de Campinas e São José do Rio Preto, bem como seus impactos na mobilidade urbana em diferentes escalas.

Metodologicamente, o estudo baseia-se na análise de dados secundários provenientes do Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM), sistema oficial que consolida

informações sobre o cadastro e a evolução da frota veicular em todo o território nacional, disponibilizados pela Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN) (BRASIL, 2025). Foram utilizados dados anuais consolidados, referentes ao total de veículos registrados, discriminados por recortes territoriais (Brasil, estado de São Paulo e regiões metropolitanas), permitindo a comparação entre diferentes escalas espaciais. O recorte temporal adotado de 2000 a 2023.

RESULTADOS

A análise dos dados evidencia forte crescimento da frota de veículos no Brasil nas últimas duas décadas. Conforme apresentado na Tabela 01, em 2000, o país possuía cerca de 29,7 milhões de veículos registrados, número que ultrapassou 120 milhões em 2023, representando aumento superior a 300% (BRASIL, 2025). Nesse período, a frota apresentou taxa média anual de crescimento aproximada de 6,2%, valor muito superior ao crescimento médio anual da população brasileira, de cerca de 0,8% entre 2000 e 2022, segundo dados do Censo/IBGE.

A maior expansão da frota ocorreu entre 2005 e 2015, período marcado por crescimento econômico, ampliação do crédito e incentivos à indústria automobilística, como a redução do IPI para automóveis, o que estimulou a aquisição de veículos particulares no país (CARVALHO; PEREIRA, 2012).

No estado de São Paulo, incluindo as regiões metropolitanas de Campinas e São José do Rio Preto, observa-se crescimento generalizado da frota, com taxas médias anuais superiores a 5,5%, também acima do crescimento populacional no período.

Região	Frota 2000	Frota 2023	Crescimento total	Média anual	Crescimento populacional anual
Brasil	29.700.000	120.700.000	306%	6,2% a.a.	0,8% a.a.
Estado de São Paulo	9.800.000	33.000.000	236%	5,5% a.a.	0,84% a.a.
Região Metropolitana de Campinas	1.050.000	4.500.000	328%	6,6% a.a.	1,6% a.a.
Região Metropolitana de São José do Rio Preto	280.000	1.200.000	329%	6,5% a.a.	1,6% a.a.

Tabela 01: Evolução da frota de veículos (2000–2023) Fonte: Autores (2026) com base em dados da Secretaria Nacional de Trânsito (BRASIL, 2025).

Embora o estado de São Paulo apresente crescimento expressivo da frota (306%), as regiões metropolitanas do interior analisadas registraram taxas médias anuais ligeiramente superiores à média estadual. Esse resultado sugere que o processo de motorização tem avançado de forma particularmente acelerada em cidades médias e regiões metropolitanas emergentes, como é o caso de Campinas e São José do Rio Preto.

CONCLUSÃO

Os resultados indicam que o Brasil apresentou forte expansão da frota de veículos entre 2000 e 2023, com crescimento superior a 300% e taxa média anual próxima de 6%, evidenciando um processo acelerado de motorização superior ao crescimento populacional. A análise em diferentes escalas territoriais (nacional, estadual e metropolitana) mostra que esse fenômeno também ocorre em regiões metropolitanas do

interior paulista, como Campinas e São José do Rio Preto, que envolvem cidades médias e pequenas, indicando que os desafios da mobilidade urbana não se restringem às grandes metrópoles. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de políticas públicas de mobilidade que priorizem o transporte coletivo, os modos ativos e o planejamento urbano orientado à mobilidade sustentável.

REFERÊNCIAS

BANISTER, David. The sustainable mobility paradigm. **Transport Policy**, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.tranpol.2007.10.005. Acesso em: 14 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.587**, de 3 de janeiro de 2012: institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm. Acesso em: 14 abr. 2026.

BRASIL. Secretaria Nacional de Trânsito. **Frota de veículos.** Brasília: SENATRAN, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-Senatran Acesso em: 14 abr. 2026.

CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro de; PEREIRA, Rafael Henrique Moraes. **Efeitos da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre o mercado de automóveis.** Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/58af5698-ba61-4cd3-847c-a67c25825d38/content .Acesso em: 14 abr. 2026.

HIDALGO, Dario; HUIZENGA, Cornie. Implementation of sustainable urban transport in Latin America. **Research in Transportation Economics**, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.retrec.2012.06.034. Acesso em: 14 abr. 2026.

NEWMAN, Peter; KENWORTHY, Jeffrey. **Sustainability and cities: overcoming automobile dependence.** Washington, DC: Island Press, 1999.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara de. **Política de transporte no Brasil: a construção da mobilidade excludente.** Barueri: Manole, 2014

DA MULTITERRITORIALIDADE AO TERRITÓRIO INFORMACIONAL: IMPLICAÇÕES ESPACIAIS DO E-COMMERCE EM JUNDIAÍ

Marco Alexandre Ribeiro Fernandes[1]; Manoel Lemes da Silva Neto[2]

[1] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
e-mail: marco.arf1@puccampinas.edu.br

[2] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
e-mail: manoel.lemes@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Comércio eletrônico; morfologia urbana; plataformização.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A pesquisa investiga as transformações territoriais em Jundiaí entre 2010 e 2025, destacando os efeitos da plataformização da economia. Analisa-se o esvaziamento das centralidades tradicionais, a expansão do setor logístico e o agravo da desigualdade socioespacial. O caso de Jundiaí, evidencia como a expansão do e-commerce e de empresas como Mercado Livre, Oxxo e GLP reconfiguram a morfologia urbana, os fluxos territoriais e as formas de trabalho. Os resultados parciais indicam que a circulação tende a assumir papel central na organização do espaço urbano, deslocando-se de seu caráter mediador.

A expansão do comércio eletrônico e das plataformas introduz novas racionalidades territoriais, associadas à centralidade da circulação e às infraestruturas logísticas. A partir dos conceitos de multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004) e território informacional (LEMOS, 2008), a pesquisa investiga as implicações espaciais desse processo em Jundiaí no período 2010–2025. A hipótese sustenta que as cidades médias se reorganizam sob a primazia da circulação, subordinadas à valorização financeira e à governança algorítmica. A circulação torna-se categoria-chave para compreender como tempo e mobilidade operam como mercadorias, reorganizando o território e produzindo novas hierarquias espaciais. Esse processo se materializa na proliferação de galpões logísticos (GLP), hubs de distribuição e agências de envios, usos monofuncionais (Oxxo) configurando uma urbanização logística (DE MATOS, 2025; FERNANDES, PEREGALLI; CANETTIERI, 2023). Tal dinâmica dialoga com a formulação de Mezzadra e Neilson (2019), que identificam a logística como operação central do capitalismo contemporâneo. Propõe-se que, com a plataformização da economia, a circulação ultrapassa sua condição de meio da produção e da distribuição, assumindo o papel de princípio organizador do território. A urbanização logística observada em cidades como Jundiaí expressaria, assim, uma forma particular de territorialização dessa racionalidade, na qual fluxos e dispositivos técnicos vinculados à circulação passam a orientar a organização do espaço urbano. A centralidade da circulação redefine a própria condição territorial da cidade média.



Figura 1 - Agência de retirada e devolução de mercadorias da plataforma Mercado Livre, integrada a loja pré-existente na Avenida 9 de Julho, na área central de Jundiaí. Fonte: Google Maps Street View, 2025 acesso em 15/07/2025.

Ano	Valor
2020	126.45
2021	150.82
2022	169.59
2023	185.70
2024	204.27
2025	235.52

Tabela 1 - Faturamento do setor de e-commerce nacional em bilhões de reais, demonstrando o crescimento acelerado do setor. Fonte: Associação Brasileira de Comércio Eletrônico, 2025 acesso em 15/07/2025.

OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa é compreender como o e-commerce, na plataformização da economia induz, em Jundiaí (2010–2025), um processo de reconfiguração territorial. Especificamente: (i) examinar o percurso conceitual que vai da multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004) ao território informacional (LEMOS, 2008), evidenciando como as plataformas digitais se territorializam na cidade; (ii) analisar como a circulação, progressivamente autonomizada em relação à produção, organiza o espaço urbano por critérios técnico-econômicos de mobilidade; (iii) mapear as transformações morfológicas e funcionais do território, com ênfase na proliferação de galpões, hubs logísticos e usos monofuncionais; (iv) analisar as tensões entre racionalidades hegemônicas da circulação e usos sociais do espaço, mobilizando a categoria de território usado (SANTOS, 1996); e (v) discutir as implicações dessas transformações para o planejamento urbano.

METODOLOGIA

A metodologia verifica a hipótese de que a urbanização contemporânea em cidades médias, como Jundiaí, se reorganiza sob a primazia de usos funcionais vinculados à circulação, subordinada à lógica da valorização financeira e da governança algorítmica. A pesquisa articula dois polos: morfológico (exposição, causação, objetivação das formas urbanas) e técnico (aplicação de técnicas de coleta e análise), conforme Bruyne et al. (1977). No polo morfológico, há três níveis: teórico, voltado à construção do referencial; morfológico, dedicado à leitura das formas espaciais associadas ao e-commerce e as imposições ao espaço urbano; e normativo, centrado na identificação dos dispositivos institucionais que viabilizam tais transformações. No polo técnico, utilizam-se procedimentos como a análise cartográfica e estatística das transformações territoriais (2010–2025), mapeamento georreferenciado de infraestruturas logísticas — incluindo as unidades do Mercado Livre, Oxxo e empreendimentos da GLP —, análise de planos diretores e legislações urbanas e observações empíricas voltadas à identificação de tensões entre usos sociais e racionalidades logísticas.

RESULTADOS PARCIAIS

Os resultados parciais indicam a refuncionalização do espaço urbano expressa na proliferação de usos monofuncionais de baixa densidade, substituindo usos mais diversos. Esse movimento enfraquece centralidades históricas, reduzindo seu papel de síntese da vida urbana e de articulação entre comércio e serviços. A análise avança na identificação de padrões territoriais da urbanização logística e analisar como a centralidade da circulação redefine a morfologia urbana, intensifica desigualdades socioespaciais e desafia os instrumentos convencionais de planejamento.

REFERÊNCIAS

BRUYNE, Paul De.; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc De. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

DE MATOS, Diogo David. “Comércio eletrônico e urbanização logística na última milha da entrega”. **Cadernos Metrópole**, [S. l.], v. 27, n. 64, 2026. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/74316.

FERNANDES, Bruno Siqueira; PEREGALLI, Alessandro; CANETTIERI, Thiago. “Costurando a cidade: crise do capital, urbanização logística e entregadores de aplicativo”. **Cadernos Metrópole**, *[S. l.]*, v. 26, n. 59, p. 97–121, 2023. DOI: 10.1590/2236-9996.2024-5905. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/61097. Acesso em: 15 set. 2025.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEMOS, André. Mídia locativa e territórios informacionais. In: [SANTAELLA, Lúcia; ARANTES, Priscila (Org.)]. **Estéticas tecnológicas: novos modos de sentir**. São Paulo: EDUC, 2008.

MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. **The politics of operations: excavating contemporary capitalism.** Durham; London: Duke University Press, 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

DO COTIDIANO, OUTRA CIDADE: SIGNIFICADOS DAS APROPRIAÇÕES DOS ESPAÇOS COLETIVOS DA VILA DOS PESCADORES, CUBATÃO/SP

Jonathan Willian de Melo[1], Jane Victal Ferreira[2]

[1]Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
jonathanwilliammelo@gmail.com;
jonathan.wm1@puccampinas.edu.br

[2]Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
janevictal@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Região costeira; Mangue; Periferia; Território popular; Identidade territorial.

INTRODUÇÃO

Pertencente ao campo dos "Estudos Urbanos e Identidade Cultural", o enfoque da presente pesquisa reside nas práticas cotidianas do bairro popular e periférico Vila dos Pescadores, localizado em Cubatão/SP. A origem da ocupação remonta à virada da década de 1960, quando pescadores artesanais autoconstruíram suas casas sobre palafitas às margens do Rio Casqueiro (braço de mar), em área de mangue (Machado et al., 2018; Granziera; Gonçalves, 2012; Gillam, 2016; VPC/Brasil, [s.d.]; Painel, 2021). Com o grande afluxo de migrantes nordestinos para a cidade de Cubatão nas décadas seguintes, atraídos pela vertiginosa industrialização na cidade (Couto, 2006; Goldenstein, 1970), a pequena comunidade de pescadores foi submetida às pressões da expansão *urbano-industrial* e sofreu mudanças radicais. Embora o nome ainda possa sugerir uma pequena comunidade (vila) de pescadores de um município costeiro, a Vila dos Pescadores é classificada como Favela e Comunidade Urbana com 9.838 habitantes (IBGE, 2022), localizada na periferia da cidade de Cubatão e descontinuada do tecido urbano em função da rod. Anchieta e ferrovia (Figura 1).

No contexto das revisões epistemológicas acerca do ambiente construído, sujeitos e espaço-tempos subalternizados, como entre os habitantes de periferias urbanas e povos tradicionais, constroem seus territórios a partir de outra abordagem epistêmica e de outras práticas socioculturais, subversoras daquelas de matriz europeia propagadas pelos grupos hegemônicos (Haesbaert, 2020). Residem no bairro de estudo tanto habitantes de periferia urbana, quanto habitantes de periferia urbana considerados povos tradicionais não-indígenas. Essa especificidade confere ao estudo de caso relevância para o campo de estudo pois, se as práticas sociais são formadas e significadas pelas diferentes *identidades*

sociais (Durham, 2004), o *hibridismo identitário* (Canclini, 1990) presente na Vila dos Pescadores pode resultar em práticas e relações espaciais ainda não identificadas.[3]

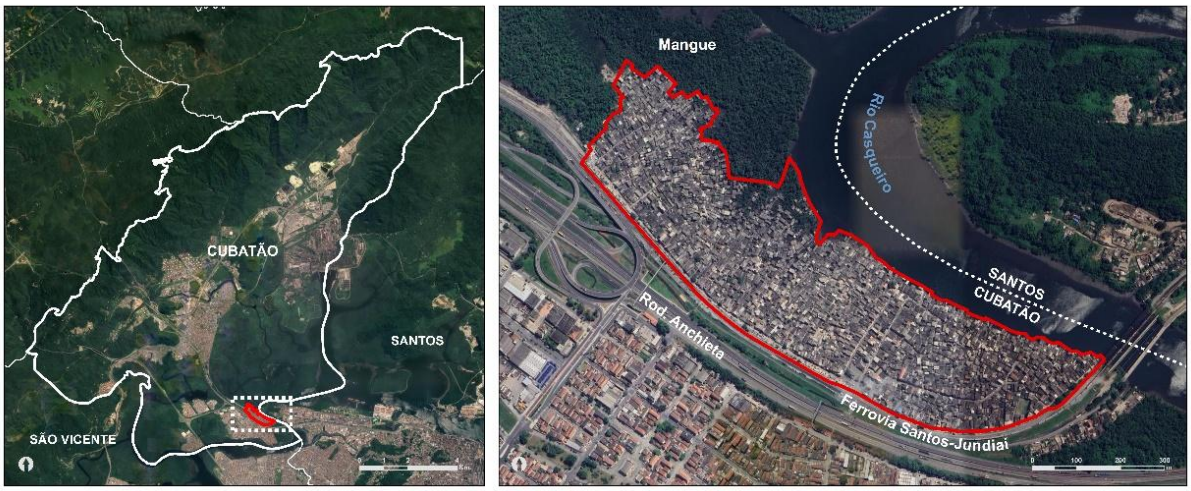


Figura 1: Inserção da Vila dos Pescadores no município de Cubatão (esquerda) e sua situação em relação ao entorno imediato (direita). Fonte: Google Earth Pro e IBGE (elaborado pelo autor em SIG, 2025).

OBJETIVOS

Com base no conhecimento local, a presente pesquisa visa compreender como as apropriações cotidianas dos espaços coletivos da Vila dos Pescadores expressam a identidade territorial de um bairro popular e periférico marcado pelo hibridismo entre saberes tradicionais de pescadores artesanais e trajetórias de migrantes nordestinos operários. O enfoque dessa investigação reside na esfera do lugar, no plano cotidiano e nos aspectos imateriais do território (cultural e identitário), mas sem desconsiderar a interescalaridade do fenômeno urbano e suas diferentes camadas.

METODOLOGIA

Para tanto, a presente pesquisa se caracteriza pela abordagem qualitativa, classificada como básica estratégica e de caráter exploratório (Gil, 2017). Em relação ao seu delineamento, será aplicado o método estudo de caso etnográfico, principalmente por resgatar um olhar *de perto* e *de dentro* em relação aos fenômenos estudados, capaz de identificar, descrever e refletir sobre aspectos excluídos da perspectiva macro e dos grandes números, *de fora* e *de longe* (Magnani, 2002). Serão aplicadas as técnicas de observação participante e diário de campo, ferramentas de descoberta e verificação para perceber, memorizar e anotar as práticas cotidianas (Beaud; Weber, 2007) dos moradores da Vila dos Pescadores, bem como entrevistas por pauta, com roteiro prévio, e focalizada, sem estrutura prévia e com um tema bem definido (Gil, 2008). Também será empregada a interpretação visual de imagens de satélite e fotointerpretação para levantar o processo histórico de formação e transformação do bairro de estudo e a cartografia social para compreender e representar de forma espacializada as práticas diárias e as táticas de

Agradecimento: Este resumo expandido é resultado do projeto de pesquisa de mestrado em andamento (02/2025-02/2027), financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

sobrevivência dos moradores do bairro invisibilizadas pela cartografia oficial (Acselrad, 2012).

RESULTADOS ESPERADOS

Ao documentar a identidade territorial, memórias e práticas subversoras da Vila dos Pescadores em contextos de *urbanização corporativa* (Santos, 2023), acreditamos que um projeto dessa natureza possa apresentar resultados positivos para o (i) fortalecimento da identidade local, protagonismo comunitário e modos de vidas do bairro; para a (ii) área das ciências sociais aplicadas, principalmente ao desafiar epistemologias hegemônicas acerca do ambiente construído, investigar outras formas de praticar e produzir espaços e enfatizar contrarracionalidades e territorialidades do Sul Global; e para a (iii) formulação de políticas urbanas sensíveis ao cotidiano popular e periférico e territorializadas por entidades da sociedade civil e órgãos de governos comprometidos com a superação de mecanismos responsáveis pela fragilização do tecido social.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Mapeamentos, identidades e territórios**. *In*: ACSELRAD, Henri (org.). Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2012, pp. 09-46.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: Estrategias para entrar y salir de la modernidad. Miguel Hidalgo: Grijalbo, 1990.

COUTO, Joaquim Miguel. **Entre Estatais e Transnacionais**: o Polo Industrial de Cubatão. 2006. 261 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2006.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A dinâmica da cultura**: ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GILLAM, Cintia Francisca. **Effects of Social and Environmental Inequalities on the Wellbeing of a Slum Community**: the case of Vila dos Pescadores in southeast Brazil. 2016. Dissertação (Mestrado) - Curso de International Development Studies, Saint Mary's University, Halifax, 2016.

GOLDENSTEIN, Lea. **Estudo de um centro industrial satélite**: Cubatão. 1970. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1970.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado; GONÇALVES, Alcindo. Assentamento irregular em áreas de risco na zona costeira: o caso da vila dos pescadores em Cubatão . *In*: **Os problemas da zona costeira no Brasil e no mundo**. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2012. pp. 89–103.

HAESBAERT, Rogério. **Território(s) numa perspectiva latinoamericana**. Journal of Latin American Geography, v. 19, n. 1, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: População residente (Pessoas) - Favelas e Comunidades Urbanas 2022. [s.l.], 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/apps/pgi/#/mapa/. Acesso em: 28 jan. 2026.

MACHADO, Ingrid Cabral et al. **The capture of the mangrove crab (Ucides cordatus) in the estuarine system of Santos-São Vicente**: ethnoecology of the fishermen from Vila dos Pescadores, Cubatão (SP), Brazil. Boletim do Instituto de Pesca, v. 44, n. 2, 5 abr. 2018.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, nº 49, 2002.

PAINEL PESQUISAS E CONSULTORIA. **Diagnóstico Socioeconômico da Vila dos Pescadores do Município de Cubatão/SP**. Cubatão: Prefeitura Municipal de Cubatão, 2021.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2023.

VPC/BRASIL TECNOLOGIA AMBIENTAL E URBANISMO LTDA. **Etapa de Prospecção Arqueológica Intensiva e Educação Patrimonial (fase - LI)**: projeto de renovação urbana e ambiental da vila dos pescadores. Cubatão: Prefeitura Municipal de Cubatão, [s.d.]. Versão preliminar.

ENTRE A PRANCHETA E A CIDADE: ATUAÇÃO DO ESCRITÓRIO ROBERTO LEME E RICARDO BADARÓ ASSOCIADOS (CAMPINAS, 1974-1989)

Beatriz Cressoni[1]; Paula Gorenstein Dedecca[2]

[1] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
beatriz.cressoni29@gmail.com

[2] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
paula.dedecca@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Campinas; História da arquitetura; História da Cidade; Escritório de Arquitetura; Ditadura Militar

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os projetos arquitetônicos do escritório Roberto Leme & Ricardo Badaró Associados em todo o seu período de atividade, de 1974 a 1989, com particular atenção à produção na cidade de Campinas (SP), na qual atuou de modo relevante para a conformação da paisagem urbana no período – seja a partir da encomenda privada ou pública. A pesquisa adota como documentação primária o acervo do escritório, que permanecia sob o cuidado de Badaró e que hoje encontra-se sob a guarda da família. Será complementada com pesquisas no Arquivo Municipal de Campinas (AMC), bem como por referências bibliográficas e demais acervos secundários complementares. Se por um lado, trata-se de contribuir para o entendimento de uma trajetória de uma parceria profissional ainda não mapeada pela historiografia da arquitetura, a pesquisa pretende pensá-la a partir de suas associações com a história urbana de Campinas e a história disciplinar, em específico sobre os modos de diálogo local com a ideia de uma identidade paulista de arquitetura e seus agentes.

O escritório fundado pelos arquitetos Ricardo Badaró e Roberto Leme, formados pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (FAU USP), nos anos de 1969 e 1971 respectivamente, projetou edificações de diferentes escalas, das quais destacamos a preponderância de projetos de residência unifamiliar e de edifícios multifamiliares, com a presença, ainda que reduzida, de encomendas públicas ou institucionais, conforme tabela abaixo:

NOME	ANO	PROPIETÁRIO	ENDEREÇO	STATUS	DOCUMENTO	TIPLOGIA
Câmara Municipal de Campinas	1974	Prefeitura de Campinas	Paço Municipal	Não Construído	Anteprojeto; Processo do concurso	Institucional
Habitacional APE Campinas	-	-	Rua Conseição/ Rua Dr. Quirino	Não Construído	Projeto Legal	Institucional
Planetário Campinas	1985	Prefeitura de Campinas	Parque Taquaral	Construído	Projeto Executivo;	Institucional

					Processo do Concurso	
Clube de Fonte São Paulo	1978/1979	Clube de Fonte de São Paulo	R. José Paulino, 2138 - Vila Itapura	Não Construído	Estudo Preliminar; Processo do Concurso	Institucional
Projeto de Ampliação Edifício Sede Cohab	1979	Companhia de Habitação Popular de Campinas	Avenida Faria Lima, nº 10	Não Construído	Estudo Preliminar; Projeto Legal	Institucional
Conjunto de Apartamentos para Professores	1979	-	Rua Latino Coelho, Esq. com Padre Domingos Giovenni	Construído	Projeto Legal	Habitacional
Sede Telebrás	1979	Telebrás	Rua Bernardino do Campos	Inconclusivo	Projeto Legal	Institucional
Edifício Residencial Santos Dumont	-	Unitec	Rua Santos Dumont/ Maria Monteiro	Não Construído	Estudo de Viabilidade	Habitacional
Residencial Cidade do México	1986	ABM Engenharia e Comércio LTDA	Avenida Nossa Senhora de Fátima - Jardim Bela Vista - Vila Lima	construído	Projeto Executivo; Projeto Legal	Habitacional
Edifício Sada Jorge	1983	Cezario Gabriel Jorge, Jorge Gabriel, Alberto Zogbi	Rua Irmã Serafina/ Rua da Conceição	Construído	Projeto Legal; Projeto Executivo	Comercial
Edifício Noruega		Abramides Empreendimentos Imobiliários	Rua Barreto Leme, nº 354	Construído	Projeto Legal; Projeto Executivo	Habitacional
Edifício Coliseu	1988	Abramides Empreendimentos Imobiliários	Rua Sales de Oliveira - Vila Industrial	Construído	Projeto Legal; Projeto Executivo	Habitacional
Edifício Orion	1982	Celso Feliciano Passos	Rua Salustiano Penteado/ Rua Cesário Mota	Construído	Projeto Legal; Projeto Executivo	Habitacional
Edifício Letícia	1983	Abramides Empreendimentos Imobiliários	Rua General Osório/ Rua Padre Vieira	Construído	Projeto Legal; Projeto Executivo	Habitacional
Condomínio Conde do Pinhal		Condomínio Conde do Pinhal	Avenida Princesa do Oeste	Construído	Projeto Legal; Projeto Executivo	Habitacional
Edifício Parthenon	1983	-	Rua Coronel Quirino,1615	Construído	-	Habitacional
Edifício Dinamarca	1986	-	Rua Álvares Machado, 445	Construído	-	Habitacional
Edifício Áustria	1986	-	Rua Álvares Machado, 409	Construído	-	Habitacional
Edifício Anselmo Pithon	1985/1986	-	Rua Barreto Leme, 1507	Construído	-	Habitacional
Condomínio Rainha Vitória	1982	-	Rua Cônego Nery	Construído	-	Habitacional
Edifício Dom Nery	1981	-	Avenida Glicério	Construído	-	Uso Misto
Edifício Dona Philomena	1980	-	Rua Padre Vieira, 565	Construído	-	Habitacional
Edifício Ticiano	1986	-	Rua Riachuelo	Construído	-	Habitacional
Edifício Rainha Izabel	1982	-	Avenida Aquidabã,101	Construído	-	Habitacional
Edifício Tordesilha	1981	-	Avenida Princesa D'Oeste, 1910	Construído	-	Habitacional
Edifício Residencial Athenas	1986	-	Rua Sacramento, 518	Construído	-	Habitacional

Condomínio Laranjeiras	1986	-	Rua Coronel Quirino,1639	Construído	-	Habitacional

Tabela 01 –Relação de projetos arquitetônicos de Ricardo Badaró e Roberto Leme, entre os anos de 1974 a 1986. Fonte: Elaborado pela autora com base no acervo pessoal da família Badaró e no AMC.

As atividades do escritório se iniciam no começo da década de 1970, período do regime militar caracterizado pelo "milagre econômico", que acelerou o processo de urbanização desigual das cidades brasileiras, caraterizado pela expansão periférica e pela verticalização de suas áreas centrais, implicando na imensa transformação do ambiente construído, seja a partir das novas obras de infraestrutura, de adensamento populacional, de serviços e equipamentos públicos. A migração do campo a cidade e a nova lógica de descentralização industrial, interiorização dos investimentos, conjuntamente com o financiamento governamental, através de sistemas como o BNH, fomentaram esse desenvolvimento (Bernardini, 2018). As obras de Leme e Badaró são relevantes para a compreensão deste processo em Campinas.

As bases para a intensa transformação da paisagem urbana de Campinas na década de 1970, muito em decorrência de políticas de verticalização, tem origem ainda nos anos de 1940. Momento no qual o crescimento urbano mais intenso, junto de um pensamento que se quer progressista abraçado pela elite e governo local, planejava transformar a cidade num expoente da modernização do estado paulista (Dezan, 2007), desenvolvendo um plano de melhoramentos urbanos para a cidade.

Este plano, elaborado pelo engenheiro Prestes Maia, visava mudanças diversas na cidade, principalmente viárias, bem como a reconfiguração de sua área central – processo, inclusive, historiado pelo próprio Badaró em sua dissertação de mestrado defendida em 1987 (Badaró, 1996). Ao plano se somavam um Código de Construções de 1934, que regulava a verticalização da área com a proposição de gabaritos altos e alinhamentos entre edifícios. Já na década de 1950, Campinas passava por um processo de verticalização e de transformações urbanas, em parte imaginadas e desejadas pelos técnicos, poder público e capital (Dezan, 2007).

Nesse cenário, o Plano de Melhoramentos Urbanos, a legislação vigente e o ideário progressista que associava verticalização à modernidade foram cruciais para estabelecer as bases para o desenvolvimento da cidade nas décadas posteriores. Campinas chega então, nos anos 1970, com uma infraestrutura acima da média para cidades do interior paulista, como um complexo viário robusto, distribuição ampla de água e esgoto, além de contar com duas universidades importantes no cenário estadual, além de ser a quarta cidade do país com construções financiadas pelo BNH (Souza, 1994). Neste contexto, cria-se um imaginário de modelo de cidade moderna e progressista, a despeito de sua promoção por um governo autoritário, observado na imprensa diária e com um discurso estruturado sobretudo por obras arquitetônicas e de infraestrutura como símbolo do desenvolvimentismo (Próspero, 2024).

Com este pano de fundo, a pesquisa, que se encontra em desenvolvimento, pretende interpretar a documentação à luz deste processo de urbanização específico. Considera que a análise histórica do escritório se mostra importante para a compreensão das transformações urbanas da cidade, assim como para a construção de uma historiografia da arquitetura campineira. É nesse sentido que consideramos como questão chave da pesquisa entender esse escritório dentro do processo de urbanização de Campinas e seu impacto como agente modelador da paisagem urbana, analisando conjuntamente o contexto histórico desse período.

REFERÊNCIAS

BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. **Campinas: O Despontar da Modernidade.** Campinas: UNICAMP, 1996.

BERNARDINI, Sidney Piochi. **O planejamento da expansão urbana na interface com a urbanização dispersa: uma análise sobre a região metropolitana de Campinas (1970-2006)**. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 10, n. 1, p. 172-185, 2018.

DEZAN, Waldir Vilalva**. A Implantação de uma Modernidade**: O Processo de verticalização da área central de Campinas. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007.

PRÓSPERO, Victor Piedade de. **Arquitetura paulista e ditadura militar (1964-1985).** Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2024.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida. **A identidade da Metrópole:** A verticalização em São Paulo. 1. ed. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1994.

ENTRE MARGENS E MARÉS: A INFLUÊNCIA DA ARQUITETURA NO CUIDADO OFERTADO NO TRECHO CIDADE-RIO PELAS UNIDADES DE SAÚDE FLUVIAIS DA AMAZÔNIA

Mateus Santos de Oliveira Neto[1]; Patricia Rodrigues Samora[2]

[1] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Território da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - mateus.son@puccampinas.edu.br

[2] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura Urbanismo e Território da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - patricia.samora@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Equipamento de saúde; arquitetura flutuante; cidades amazônicas.

INTRODUÇÃO

Inserida na vastidão da Amazônia brasileira, a região do Marajó — conhecida como Grécia Tropical

[1] constitui um dos territórios mais complexos e singulares do país. Trata-se de uma porção insular marcada pela presença ancestral de populações ribeirinhas que, conforme Diegues (2001), vivem em profunda simbiose com os ciclos dos rios, das marés e da floresta. Composta por 16 municípios, a região marajoara (Fig. 1 – mapa 2) abriga, em sua porção ocidental, o município de Oeiras do Pará (Fig. 1 – mapa 3), base territorial desta investigação.

Apesar de sua longa trajetória histórica, os avanços em infraestrutura e políticas públicas permanecem fragmentares e insuficientes (Varela, 2020). O acesso a serviços essenciais, especialmente à saúde, continua condicionado à navegabilidade dos rios, à oscilação das marés e à disponibilidade de embarcações, revelando entraves logísticos que estruturam o cotidiano ribeirinho (Kadri et al., 2015). Em 2023, apenas 52,8% da população de Oeiras do Pará estava potencialmente coberta por equipes de Atenção Primária à Saúde, frente a cerca de 69% no estado do Pará e mais de 80% no cenário nacional, segundo estimativas elaboradas a partir de dados do Ministério da Saúde (FAPESPA, 2023;

[1] O termo Grécia Tropical foi cunhado pelo jornalista e escritor José Marajó Varela em 2020 na obra Breve História da Amazônia Marajoara: Ensaio Decolonial Acerca da Amazoneidade. Ao utilizar essa expressão, o autor ressalta a antiguidade e a complexidade civilizatória da região, marcada por populações originárias com mais de 10 mil anos de presença, hábeis ceramistas e guardiões de um modo de vida ribeirinho que resiste às lógicas coloniais impostas ao longo da história.

Agradecimento: O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2025/20107-1. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

CEBES, 2023). Esses números evidenciam desigualdades territoriais persistentes na distribuição de equipamentos públicos e na garantia de acesso contínuo aos serviços.



Fig 1. 1. Brasil, com destaque em cinza o estado do Pará / 2. Pará, com destaque em cinza Região do Marajó / 3. Região do Marajó, com destaque em cinza a cidade de Oeiras do Pará.
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Tal quadro revela a insuficiência de políticas públicas territorialmente sensíveis. Becker (2010) demonstra que o planejamento na Amazônia foi historicamente orientado por lógicas desenvolvimentistas centralizadas, pouco atentas às dinâmicas locais. Nesta pesquisa, adota-se a perspectiva do território usado[2], conforme Santos (1999), compreendendo-o como produto e condição de relações sociais, políticas e simbólicas. Nessa chave interpretativa, o ribeirurbano[3] expressa um modo de vida singular, resultado da interação entre habitante e território, que "não pode ser ignorado pelos tomadores de decisão" (Montoia; Costa, 2019, p. 194).

Com o objetivo de ampliar o acesso à Atenção Primária em áreas remotas, o Ministério da Saúde instituiu, em 2011, por meio da Portaria nº 2.191, as Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSFs) - (Fig. 3), embarcações adaptadas para atender populações ribeirinhas (Kadri et al., 2015). Embora representem avanço institucional, estudos apontam limitações estruturais relacionadas ao espaço físico, aos fluxos internos e às condições de trabalho das equipes (Kadri et al., 2015; Morais et al., 2021). Soma-se a isso uma lacuna na produção acadêmica acerca das dimensões arquitetônicas dessas unidades: predominam análises epidemiológicas e operacionais, enquanto as questões projetuais permanecem pouco exploradas.

Diante desse contexto, esta pesquisa propõe investigar de forma aprofundada uma UBSF em operação no município de Oeiras do Pará, por meio de abordagem qualitativa baseada em observação participante e análise técnico-espacial da embarcação. Ao compreender a arquitetura como mediadora entre política pública e território, o estudo busca identificar

[2] Milton Santos (1999), "o território só pode ser assumido como categoria de análise quando tomado como "território usado", isto é, como espaço apropriado por ações, valores e práticas sociais que o tornam dinâmico e historicamente situado. Trata-se de uma construção inseparável da vida cotidiana, das técnicas e da política, marcada por desigualdades e contradições, mas também por possibilidades e formas de resistência."

[3] Conceito formulado por Montoia e Costa (2019) para designar as pequenas cidades ribeirinhas da Amazônia como espaços dotados de identidade própria, resultante da interação entre habitante, lugar e modo de vida, articulando elementos urbanos e ribeirinhos.

diretrizes projetuais mais adequadas às realidades amazônicas, considerando as sazonalidades dos rios e os modos de vida ribeirinhos. Repensar as UBSFs, nesse sentido, é também repensar a presença do Estado nas margens fluviais, reconhecendo a arquitetura como componente ativo do cuidado e instrumento de enfrentamento das desigualdades territoriais.



Fig. 3 Unidade Básica de Saúde Fluvial em operação.
Fonte: Prefeitura de Manicoré (2018)

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa de base territorial, adequada à investigação da relação entre arquitetura fluvial, cuidado em saúde e territorialidades amazônicas. Fundamentada na interpretação densa dos contextos sociais (GIL, 2002), a metodologia reconhece que a dinâmica ribeirinha — marcada por fluxos fluviais, sazonalidades e arranjos espaciais híbridos — exige instrumentos sensíveis às práticas cotidianas e às mediações simbólicas do território.

O percurso metodológico organiza-se em quatro frentes articuladas. A primeira consiste em uma revisão integrativa da literatura, conforme Souza, Silva e Carvalho (2010), estruturada em etapas sistemáticas de definição do problema, critérios de seleção, avaliação crítica e síntese dos estudos. As buscas serão realizadas em bases nacionais e internacionais, com ênfase em produções vinculadas ao contexto amazônico.

A segunda frente corresponde à análise arquitetônica da Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF) selecionada, a partir de adaptação do método de Melo (2019), contemplando dimensões normativa, histórica, espacial, tectônica, funcional, formal e de conservação, de modo a relacionar o objeto arquitetônico às especificidades territoriais ribeirinhas.

A terceira frente envolve os procedimentos éticos e a aplicação da observação participante (Mónico et al., 2017), com acompanhamento das rotinas da equipe, registros em campo e documentação autorizada, buscando compreender como a configuração espacial interfere nas práticas de cuidado.

Por fim, a interpretação ocorrerá por triangulação metodológica, articulando documentos técnicos, registros empíricos e narrativas, conforme Bueno e Alves (2020), com vistas à formulação de diretrizes arquitetônicas orientadas à justiça territorial e ao fortalecimento da atenção primária na Amazônia ribeirinha.

RESULTADOS ESPERADOS

A partir do percurso metodológico delineado, espera-se que a pesquisa evidencie, de maneira sistemática, como a configuração arquitetônica da UBSF condiciona e, é condicionada por práticas de cuidado desenvolvidas no território ribeirinho. Ao articular revisão integrativa, análise técnico-espacial, observação participante e triangulação de dados, o estudo pretende revelar convergências e tensões entre modelo projetual, organização do trabalho em saúde e especificidades da territorialidade amazônica.

Espera-se identificar inadequações recorrentes relacionadas a fluxos internos, dimensionamento de ambientes, soluções construtivas e condições de permanência da equipe, bem como potencialidades espaciais ainda pouco exploradas. A análise das dimensões normativa, histórica, espacial, tectônica e funcional da UBSf deverá permitir compreender em que medida o modelo adotado dialoga, ou não, com as sazonalidades fluviais, os modos de vida ribeirinhos e a lógica do território usado (SANTOS, 1999).

No plano teórico, a pesquisa busca contribuir para o avanço do debate ao inserir a dimensão arquitetônica no campo de estudos sobre saúde na Amazônia, tradicionalmente centrado em análises epidemiológicas e operacionais. Ao enfatizar o espaço como mediador ativo da política pública, o estudo reafirma que a arquitetura não constitui mero suporte físico, mas componente estruturante das condições de trabalho, do acolhimento e da qualidade da atenção prestada.

Como desdobramento prático, pretende-se sistematizar diretrizes arquitetônicas e operacionais que possam subsidiar o aprimoramento das UBSFs existentes e orientar futuras proposições mais sensíveis às dinâmicas territoriais amazônicas. Ao final, almeja-se fortalecer a construção de soluções comprometidas com a justiça territorial e com a qualificação do cuidado em saúde nas margens fluviais, contribuindo para que a presença do Estado nesses territórios se realize de forma mais adequada, contínua e territorialmente situada.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. **Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 5, n. 1, p. 17–23, jan./abr. 2010. https://doi.org/10.1590/S1981-81222010000100003 Acesso em: 6 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. **Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 out. 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html. Acesso em: 2 abr. 2025.

BUENO, Thaísa; ALVES, Marcelli. **Triangulação metodológica: conceitos e perspectivas de aplicação**. Interin, v. 25, n. 2, p. 188-204, jul./dez. 2020. DOI: https://doi.org/10.35168/1980-5276.UTP.interin.2020.Vol25.N2.pp188-204. ISSN 1980-5276.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE (CEBES). **Analisando dados de cobertura da Atenção Primária à Saúde no Brasil no início de 2023**. Salvador, BA: CEBES, 16 fev. 2023. Disponível em: https://cebes.org.br/atencao-primaria-a-saude-no-brasil-no-inicio-de-2023/. Acesso em: 21 jun. 2025.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

EL KADRI, M. R. et al. **Unidade básica de saúde fluvial: um novo modelo da atenção básica para a Amazônia, Brasil**. Interface (Botucatu), v. 23, e180613, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/interface.180613.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ (FAPESPA). **Taxa de cobertura da Atenção Primária à Saúde (APS) 2021–2023: Indicadores municipais – Oeiras do Pará.** Belém: FAPESPA, 2023. Disponível em: https://fapespa.pa.gov.br/sistemas/anuario2023/tabelas/social/5.5-saude/tab-5.5.29-taxa-de-cobertura-da-aps-2021-a-2023.htm. Acesso em: 21 jun. 2025.

MELO, Alcília Afonso. **Notas sobre métodos para a pesquisa arquitetônica patrimonial.** Revista Projetar – Projeto e Percepção do Ambiente, v. 4, n. 3, p. 70–87, dez. 2019.

MÓNICO, Lisete S.; ALFERES, Valentim R.; CASTRO, Paulo A.; PARREIRA, Pedro M. **A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa.** Atas CIAIQ2017 – Investigação Qualitativa em Ciências Sociais, v. 3, p. 724-733, 2017.

MONTOIA, Gustavo Rodrigo Milaré; COSTA, Sandra Maria Fonseca da. **O ribeirurbano e as cidades da Amazônia: a construção de uma antropogeografia.** Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 22, n. 2, p. 183-204, maio/ago. 2019.

MORAIS, Cristiano Gonçalves et al**. Abaré I: reflexões sobre formação multiprofissional e saúde ribeirinha na atenção primária à saúde.** Journal of Management & Primary Health Care, v. 13, e011, 2021. DOI: https://doi.org/10.14295/jmphc.v13.1043.

SANTOS, Milton. **O território e o saber local: algumas categorias de análise**. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, ano XIII, n. 2, p. 15-26, 1999.

VARELA, José Marajó. **Breve história da Amazônia marajoara: ensaio decolonial acerca da amazoneidade.** Belém, PA: Amazônica Bookshelf, 2020.

IMPRENSA, INDÚSTRIA E TERRITÓRIO: A GAZETA DE CAMPINAS (1869–1890) COMO FONTE PARA O MAPEAMENTO DOS AGENTES TRANSFORMADORES DO ESPAÇO URBANO

Júlia da Silva Cren [1]; Ana Paula Farah[2]

[1] Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Pontifícia Universidade Católica de Campinas
julia.sc11@puccampinas.edu.br

[2] Doutora e Professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Pontifícia Universidade Católica de Campinas
ana.farah@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa no século XIX; Gazeta de Campinas; Industrialização; Campinas (SP).

INTRODUÇÃO

Campinas, fundada em 1774 como Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, consolidou sua importância com a implantações das ferrovias, conectando a produção agrícola local à capital e ao Porto de Santos. O desenvolvimento econômico transitou da produção açucareira para a cafeeira e, a partir de 1850, o café passou a ocupar posição centrar, levando a cidade a alcançar, já em 1860, posição de destaque na produção da província (BAENINGER, 1992, p. 22). O capital oriundo da produção agrícola impulsionou a industrialização, incialmente vinculada à própria agricultura e, com o declínio do café, progressivamente mais diversificada, contribuindo para a conformação de uma sociedade urbano-industrial (SEMEGHINI, 1988, p. 84-85). Atualmente, restam poucos vestígios do legado dessa sociedade urbano-industrial, das diferentes etapas de desenvolvimento urbano e dos agentes transformadores do espaço urbano. Portanto, a pesquisa tem por objetivo analisar os anúncios das primeiras industriais na Gazeta de Campinas (1869–1890) para compreender a relação entre a industrialização e os agentes transformadores do espaço urbano.

O JORNAL COMO METODOLOGIA DE PESQUISA

O método de pesquisa adotado baseia-se em uma abordagem histórica de caráter exploratório, fundamentada em pesquisa bibliográfica e na investigação de fontes documentais primárias, com destaque para o acervo do jornal Gazeta de Campinas, consultado no Arquivo Público do Estado de São Paulo. A investigação será estruturada em cinco fases distintas: a análise da bibliografia referente à história do município; análise do uso de jornais como fonte documental para pesquisa histórica; coleta de dados por meio da leitura sistemática da Gazeta de Campinas no período de 1869 a 1890; análise e sistematização dos dados coletados; mapeamento das indústrias com a sobreposição das

informações obtidas ao desenho urbano de Campinas, por meio do software ArcGIS. Dessa forma, ao articular a investigação histórico-documental com procedimentos de análise espacial, podemos compreender as relações entre o desenvolvimento industrial e a formação urbana de Campinas, contribuindo para identificar agentes, atividades e dinâmicas que participaram da transformação da cidade no período estudado.

O uso de jornais como fonte histórica consolidou-se no meio acadêmico com a ampliação do conceito de fonte documental, sobretudo a partir da segunda metade do século XX (KARAWEJCZYK, 2011, p. 132). Embora frequentemente criticados em razão da ausência de neutralidade e da credibilidade, por vezes, inconsistente, os periódicos possibilitam o acesso a debates, posicionamentos e representações do período estudado. Nesse sentido, tornam-se fontes fundamentais para articular a análise histórico-documental à compreensão do processo de formação urbana e industrial de Campinas no recorte histórico considerado (LEITE, 2015, p. 6; KARAWEJCZYK, 2011, p. 133; SILVA; FRANCO, 2010, p. 4–15).

RESULTADO PARCIAL

A pesquisa encontra-se em estágio inicial, com objetivo de evidenciar a relação entre o pioneirismo no processo de industrialização – ocorrido entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX – e o desenvolvimento urbano da cidade de Campinas, a partir da análise do jornal Gazeta de Campinas. A historiografia consolidada sobre a história campineira atribui o desenvolvimento e a expansão do território municipal principalmente à produção agrícola, inicialmente baseada na cultura da cana-de-açúcar e, posteriormente, na do café. (FARAH, 2024). Contudo, essa narrativa apresenta uma lacuna ao atribuir pouca importância ao papel pioneiro da cidade no processo de industrialização (CAMILLO, 1998 apud FARAH, 2024). Desde a década de 1840, a então Vila de São Carlos tinha a agricultura como sua principal base econômica, o crescimento da produção cafeeira, aliado a implantação das ferrovias, aumento populacional e à chegada de imigrantes, estimulou transformações econômicas e sociais significativas, contribuindo para a organização do território.

A partir da década de 1870, Campinas passou por um processo de modernização caracterizado pela diversificação das atividades comerciais e pelo surgimento das primeiras indústrias. A inauguração da estação da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, em 1872, intensificou a integração territorial e estimulou a expansão urbana, ao mesmo tempo em que se observava um crescimento industrial expressivo. Esse contexto contribuiu para a formação de uma sociedade urbano-industrial e para o surgimento de uma nova classe social: a classe operária. Portanto, compreende-se que a implantação das indústrias desempenhou papel fundamental tanto para o desenvolvimento econômico quanto para a expansão do território urbano de Campinas, evidenciando a relação entre o pioneirismo industrial da segunda metade do século XIX e o desenvolvimento urbano da cidade.

REFERÊNCIAS

BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. **Campinas: o despontar da Modernidade**. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.

BAENINGER, Rosana Aparecida. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do polo industrial paulista.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1992.

CAMILLO, Ema E.R. **Guia Histórico da Indústria Nascente em Campinas 1850-1887.** Campinas: Mercado das Letras, Centro de Memória da Unicamp, 1998.

FARAH, Ana Paula. **A dimensão urbana e o patrimônio edificado: a primeira periferia histórica da cidade de Campinas (São Paulo).** In M. C. S. Schicchi, E. L. López, A. P. Farah, & E. R. de Oliveira (Orgs.), Paisagens históricas da produção na Ibero-América: Cultura, patrimônio e infraestruturas no território. Campinas: Splendt PUC-Campinas; Cultura Acadêmica, 2024, pp. 151–168.

KARAWEJCZYK, Mônica. **O jornal como documento histórico: breves considerações.** Historiæ, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 131–147, 2011.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. **Teoria, metodologia e possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica.** Revista Escritas, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 03–17, 2015. DOI: 10.20873/vol7n1pp03-17.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. **Histórias de Campinas no período colonial (1775-1822): historiografia e documentação.** Revista Resgate, Campinas, v. 23, n. 29, p. 41-48, jan./jun. 2015.

MONTEIRO, Ana Maria Reis de Góes. **Ramos de Azevedo e seu projeto de posturas para uma nova Campinas.** Oculum Ensaios, [S. l.], n. 2, p. 24–43, 2002.

RIBEIRO, Daisy Serra. **Vilas Operárias na Campinas Estado Novo - uma política de habitação.** Oculum Ensaios, [S. l.], n. 2, p. 90–103, 2002.

SEMEGHINI, Ulysses Cidade. **Campinas (1860-1980): agricultura, industrialização e urbanização.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 1998.

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmara Yoshihara. **Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica.** Revista Eletrônica História em Reflexão, [S. l.], v. 4, n. 8, 2010. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/941. Acesso em: 31 mar. 2026.

MACROURBANIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS: UM ESTUDO CRÍTICO DA REGIÃO SUDESTE BRASILEIRA

Gabriel Giampietro[1]; Manoel Lemes da Silva Neto[2]

[1] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
095giampietro@gmail.com

[2] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
manoel.lemes@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Macrourbanização; desmetropolização; desigualdade socioespacial; rede urbana; práticas territorialmente socialmente necessárias.

RESUMO EXPANDIDO

A pesquisa analisa os processos contemporâneos de macrourbanização na Região Sudeste brasileira, entendendo-os como expressão de transformações estruturais que reconfiguram o território urbano-regional em múltiplas escalas. Nas últimas décadas, a ampliação das redes técnicas, a interiorização da atividade industrial, a ascensão de cidades médias e a difusão seletiva de infraestruturas e serviços consolidaram uma espacialidade dispersa, funcionalizada e hierarquizada. Esse movimento, articulado à financeirização do espaço e ao avanço do capitalismo de plataforma, produz novas centralidades, redefine fluxos interurbanos e intensifica desigualdades socioespaciais. Em uma região marcada por forte concentração demográfica e econômica, tais dinâmicas aprofundam a fragmentação morfológica, a precarização do trabalho e a seletividade no acesso aos bens urbanos, evidenciando a crise da forma metropolitana tradicional.

O objetivo central consiste em examinar, sob perspectiva crítica e multiescalar, como a macrourbanização reestrutura a organização territorial do Sudeste, enfatizando os efeitos da desmetropolização, da dissolução urbana e da involução metropolitana sobre a rede urbana, a forma das cidades e as práticas sociais. Busca-se analisar a região como campo de tensões entre projetos hegemônicos e usos sociais do território; investigar a rede urbana como instrumento de diferenciação funcional, marcada pela ascensão de cidades médias e pela interiorização industrial; interpretar a forma urbana como expressão visível da desigualdade, da segregação e da insegurança; identificar práticas territorialmente socialmente necessárias que emergem diante da racionalidade técnico-financeira; e articular esses níveis em uma abordagem integrada capaz de explicitar os nexos entre reestruturação produtiva, precarização do trabalho e reorganização espacial.

O referencial teórico apoia-se nos aportes de Milton Santos, especialmente nas categorias de macrourbanização, desmetropolização, dissolução urbana e involução metropolitana, que permitem compreender a reorganização do território sob a lógica do capital

globalizado e a seletividade dos fluxos. Dialoga-se com Flávio Villaça, Ermínia Maricato e Raquel Rolnik na análise da valorização desigual do solo e da produção excludente do espaço urbano. As contribuições de Ana Clara Torres Ribeiro fundamentam a leitura das práticas territorialmente socialmente necessárias como expressão de contra-racionalidades. As reflexões de Wilson Suzigan sobre a industrialização brasileira e os choques adversos oferecem base para interpretar a interiorização produtiva e a formação de novas centralidades, enquanto os debates sobre capitalismo de plataforma evidenciam a intensificação do subtrabalho urbano. A noção de paisagem como síntese histórica das relações entre sociedade e espaço orienta a leitura da morfologia urbana como cristalização das contradições sociais.

Metodologicamente, a pesquisa articula o polo morfológico, estruturado nos momentos de exposição, causação e objetivação, ao polo técnico. O primeiro integra quatro níveis analíticos: região como campo de tensões estruturais; rede urbana como instrumento de diferenciação funcional; forma urbana como expressão da desigualdade; e práticas territoriais socialmente necessárias. O polo técnico compreende levantamento bibliográfico, análise de dados secundários (IBGE, SNIS, RAIS, SIS), construção de bases georreferenciadas, análise cartográfica e morfológica comparativa de cidades médias do Sudeste, exame documental de planos diretores e programas de investimento, além de entrevistas semiestruturadas com lideranças de movimentos sociais e iniciativas territoriais autônomas. A hipótese central sustenta que os padrões atuais de urbanização expressam a crise da metrópole tradicional e consolidam uma rede urbana hierarquizada, seletiva e estruturada pela desigualdade.

Espera-se demonstrar que a ascensão das cidades médias, a desconcentração industrial e a expansão de eixos logísticos redefinem a divisão territorial do trabalho urbano e produzem novas assimetrias regionais. Pretende-se evidenciar que a morfologia contemporânea materializa tensões entre valorização econômica e uso social do território, revelando processos de segregação, informalidade e insegurança, mas também formas de resistência e reinvenção urbana. Ao integrar região, rede e forma em uma leitura multiescalar, a pesquisa busca contribuir para a formulação de estratégias territorialmente socialmente necessárias diante da urbanização seletiva no Sudeste brasileiro.

REFERÊNCIAS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 28 maio 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais – SIS 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 28 maio 2025.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2011.

MARICATO, Ermínia. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Teorias da ação. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, Catia Antonia da; BERNARDES, Julia Adão; ARRUZZO, Roberta Carvalho. Formas em crise: utopias necessárias. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005. p. 93–111.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA NETO, Manoel Lemes da. A urbanologia e a constituição do período popular da história. In: SILVA NETO, Manoel Lemes da et al. (org.). Cenários alternativos de planejamento territorial para o século 21. Rio de Janeiro: Letra Capital, no prelo, 2025.

SRNICEK, Nick. Platform capitalism. Cambridge: Polity Press, 2018.

SUZIGAN, Wilson. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 1986.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

OS PÁTIOS FERROVIÁRIOS E A CONFORMAÇÃO DAS PAISAGENS HISTÓRICAS DA PRODUÇÃO: RIO CLARO E JUNDIAÍ (SP)

Rafaela Casagrande Salomão[1]; Maria Cristina da Silva Schicchi [2]

[1] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
rafaela.cs6@puccampinas.edu.br

[2] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
cristina.schicchi@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Pátios Ferroviários; Patrimônio Cultural; Paisagens Históricas da Produção; Jundiaí; Rio Claro.

INTRODUÇÃO:

Na segunda metade do século XIX, a expansão cafeeira no oeste paulista intensificou o crescimento das cidades do interior e impulsionou transformações industriais e de infraestrutura, como a Ferrovia Santos-Jundiaí (1867), da empresa britânica São Paulo Railway Company (SPR). Voltada à exportação do café, foi a primeira a transpor a Serra do Mar e garantir o acesso ao porto de Santos, ficando conhecida como “a Inglesa” (Santos; Mazzoco, 2005, p. 23).

O prestigio da ferrovia foi decisivo para o crescimento de Jundiaí como centro de interconexão, pois estimulou o desenvolvimento de outras ferrovias que conectavam o interior ao porto, consolidando a cidade como um importante polo ferroviário (Fig.1). Entre os anos de 1868 e 1870, com o capital dos fazendeiros de café, foi organizada a Companhia Paulista de Estrada de Ferro (CPEF), que, a partir de Jundiaí, estendeu os trilhos até a cidade de Rio Claro, tornando-a “ponta de trilho” em 1876 (Garcia, 1992, p.26). Apartir daí, a empresa instala oficinas que chegaram a ser uma das maiores empregadoras do estado de São Paulo, responsável pela confecção e manutenção de vagões, locomotivas, máquinas, guindastes e redes de energia.



Figura 1 – Carta das estradas de ferro em São Paulo em 1878. Fonte: Bardi (1983).

Iniciava-se, assim, nas cidades com tais oficinas e pátios, o impulsionamento precoce da urbanização e industrialização das áreas envoltórias - paisagem hoje fragmentada, mas antes unidades industriais integradas, cruciais ao desenvolvimento urbano. Por tanto, o processo de urbanização e industrialização das cidades de Jundiaí e Rio Claro não pode ser dissociado dos bens materiais, como a infraestrutura ferroviária, e dos bens imateriais, como as memórias e práticas a ela associadas.

Mesmo com o declínio do modal ferroviário frente ao rodoviário, a influência das ferrovias no desenho urbano, na formação de centros industriais e no cotidiano operário dos pátios permaneceu inscrita na transformação da paisagem da produção. Por sua vez, como Paisagens Históricas da Produção (PHP) entende-se o conjunto de elementos socioespaciais que revelam a relação entre a produção, o território e a sociedade, sendo a expressão espacial "[...] *de las rupturas, las permanencias y las sustituciones que los procesos económicos han dejado sobre el territorio* [...]" (Sobrino Simal, 2014, p. 11).

OBJETIVOS:

Esta pesquisa objetiva compreender o papel dos pátios ferroviários na conformação das Paisagens Históricas da Produção em Jundiaí e Rio Claro (SP), cidades com importantes pátios ferroviários e vida local marcada pela atividade industrial. Pretende-se ainda discutir ações de preservação e propor novas estratégias de ativação para esses pátios.

METODOLOGIA:

Utiliza-se o método histórico-crítico, com levantamento em arquivos públicos e revisão bibliográfica sobre ferrovias, formação urbana e preservação patrimonial, seguido do método empírico, com visitas in loco e registro das condições atuais. Por fim, o método

comparativo orienta a elaboração de dossiês para os dois pátios, com indicadores sobre organização espacial e formas de apropriação, uso e gestão dos remanescentes.

RESULTADOS PARCIAIS:

Jundiaí e Rio Claro consolidaram-se como importantes entroncamentos ferroviários por abrigarem pátios de manutenção da Cia. Paulista (atual Malha Paulista), diferenciando-as das cidades sem tais oficinas e ampliando sua influência regional como centros comerciais e industriais - efeito de um padrão de interconexão territorial (espaçamento médio de 80 km entre terminais) que predeterminou a expansão industrial no entorno das ferrovias (Fig.2).

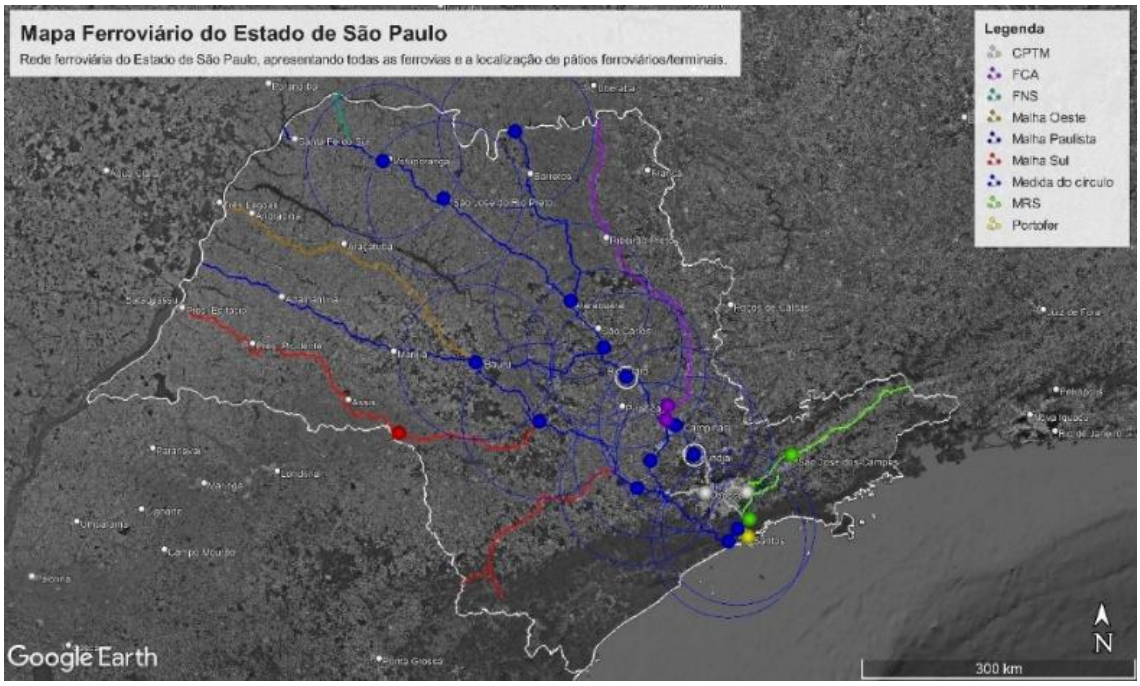


Figura 2 – Mapa das Ferrovias, Pátios e Terminais no Estado de São Paulo, com o raio de 80 km de abrangência. Em destaque, os pátios das cidades de Jundiaí e Rio Claro. Fonte: autora (2024) baseado em Google Earth e dados de Gismaps Sistemas.

A singularidade dessas cidades decorre da inter-relação entre elementos ferroviários e industriais que moldaram seus núcleos urbanos e sua identidade econômica. Além disso, os complexos apresentam semelhanças morfológicas (Fig. 3 e 4), compostos por estações, oficinas, armazéns e vilas ferroviárias, vinculadas à organização social e à expansão urbana articulada às demandas operacionais da ferrovia.

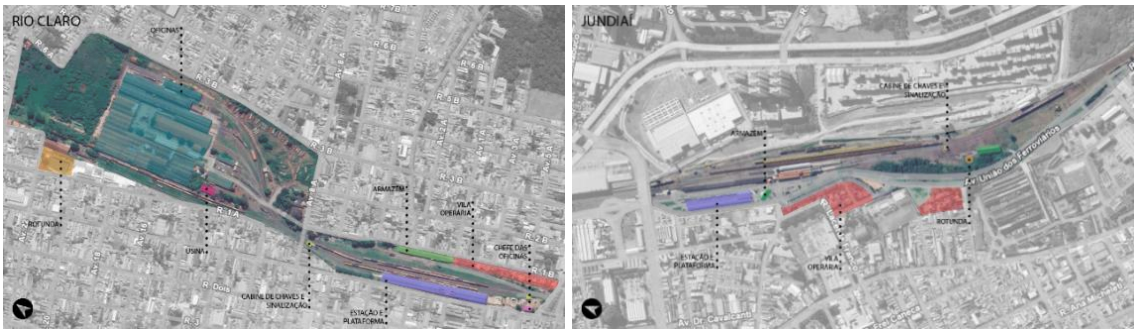


Figura 3 e 4 – Planta esquemática dos remanescentes do complexo ferroviário de Rio Claro e Jundiaí (SP). Fonte: autora (2025) com base no Google Earth.

A partir de 1950, a rede ferroviária tornou-se insuficiente ao novo fluxo de mercadorias, favorecendo o modal rodoviário e o declínio da malha férrea (Soukef Junior, 2012, p. 6). Os casos, apesar de aproximações morfológicas, diferem quanto a usos e conservação. Em Rio Claro, a ferrovia, nos limites da mancha urbana, impulsionou a ocupação "além-trilhos" de trabalhadores de baixa renda (Ferreira; Oliveira; Benincasa, 2012, p. 11), com segregação espacial reforçada pela padronização habitacional e complexos murados/subutilizados que agravam a mobilidade e a fragmentação; Jundiaí, apesar da desativação parcial do patrimônio, está mais integrada, pelo uso ferroviário ativo e a reabilitação de edificações para usos institucionais e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A análise evidencia que, embora os complexos apresentem aproximações morfológicas e papéis semelhantes na conformação das Paisagens Históricas da Produção, seus usos, conservação, apropriações e integração urbana seguiram trajetórias distintas. De qualquer forma, em ambos os casos, os pátios permanecem como grandes territórios que dominam a paisagem urbana, pela permanência de suas infraestruturas ou pelos vazios e barreiras que produzem no tecido da cidade.

Portanto, se a ferrovia redefiniu trabalho, moradia e cotidiano, também se constituiu como limite físico e simbólico, produzindo distinções socioespaciais ainda presentes, o que justifica o estudo aprofundado sobre as perspectivas de preservação, extensível a outros pátios ferroviários. Nesse sentido, considerando as práticas recentes de preservação do patrimônio ferroviário, que reconhecem a indissociabilidade entre remanescentes materiais e imateriais, torna-se necessário também repensar os pátios como espaços de memória coletiva (Halbwachs, 2006), capazes de reativar vínculos entre patrimônio, paisagem e sociedade.

REFERÊNCIAS:

FERREIRA, Monica Cristina Brunini Frandi; OLIVEIRA, Carolina Bortolotti de; BENINCASA, Vladimir. **Urbanização e ferrovia: implantação do sistema ferroviário e suas consequências no espaço urbano da cidade de Rio Claro/SP**. In: Caderno de Resumos do VI Colóquio Latino-Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial. São Paulo: Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, 2012. p. 52.

GARCIA, Liliana Bueno dos Reis. **Rio Claro e as oficinas da Companhia Paulista de Estrada de Ferro: trabalho e vida operária - 1930 - 1940**. Orientador: Michael D. Hall. 1992. 250 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2006.

SANTOS, Cecilia Rodrigues dos; MAZZOCO, Maria Inês Dias. **De Santos a Jundiaí. Nos trilhos do café com a São Paulo Railway.** São Paulo: Magma, 2005.
SOBRINO SIMAL, Julián. **Los Paisajes Históricos de la Producción en Sevilla**. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. Sevilla: Consejería de Educación, Cultura y Deporte, 2014.

SOUKEF JUNIOR, Antonio**. Os remanescentes da SPR em Santos e Jundiaí: memória e descaso com um patrimônio ferroviário do país**. In: Anais do VI Colóquio Latino-Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial. São Paulo: Centro Universitário de Belas Artes de São Paulo/Iphan, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/VI_coloquio_t1_remanescentes_spr.pdf . Acesso em: 30 out. 2024.

PATRIMÔNIO CULTURAL E ACESSIBILIDADE: O COMPLEXO FERROVIÁRIO SOROCABANO

Mônica Pinesso Cianfarani[1]; Maria Cristina da Silva Schicchi[2]

[1] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
mcianarq@gmail.com

[2] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
cristina.schicchi@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade; patrimônio ferroviário; mobilidade urbana; inclusão social.

INTRODUÇÃO

Apesar da existência de uma legislação de acessibilidade consolidada no Brasil, persistem barreiras nos espaços urbanos e edificações, inclusive em patrimônios culturais, cuja adaptação ocorre de forma pontual. Essa questão é relevante nos complexos ferroviários, que permanecem como espaços liminares nas cidades.

Diferentemente dos centros históricos, o patrimônio ferroviário integra o debate sobre a preservação do patrimônio industrial e moderno, com papel fundamental na dinâmica social, econômica e na construção de memórias coletivas, apenas recentemente reconhecido como patrimônio cultural.

Segundo a Carta de Veneza (1964), a restauração do patrimônio cultural, incluído o ferroviário, deve seguir os princípios da reversibilidade, distinguibilidade e mínima intervenção. Estes preceitos vão ao encontro da Instrução Normativa n°1 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 2003, que define que “acessibilidade urbana e patrimônio cultural são temas complexos que exigem um tratamento cuidadoso, não existindo receitas prontas a serem aplicadas” (IPHAN, 2014, p.16), não há uma solução única: cada espaço deve ser analisado para de definir ações específicas e adequadas (IPHAN, 2014).

Assim, a discussão sobre mobilidade e acessibilidade dos remanescentes ferroviários deve considerar o acesso aos edifícios e a criação de rotas acessíveis que incluam o pátio ferroviário e equipamentos, preservando a memória da ferrovia.

Na cidade de Sorocaba (SP), o complexo ferroviário, implantado no final do século XIX, apresenta importância histórica para a identidade do município. No final da década de 1920, possuía edificações e equipamentos para o funcionamento da ferrovia, como oficinas, armazéns e galpões (Souza, 2015).

A partir da década de 1970, iniciou-se a desativação da ferrovia e atualmente o complexo encontra-se subutilizado ou abandonado, com ações pontuais de preservação. Dentre as edificações ocupadas, duas mantêm usos culturais: o Museu da Estrada de Ferro Sorocabana e o Museu de Arte Contemporânea de Sorocaba – MACS. Porém, o complexo permanece isolado e sem relação com o entorno (Figura 1).



Figura 1 - Implantação do Complexo Ferroviário e objetos de estudo da pesquisa (itens 1, 2 e 3). Legenda: 1) Museu de Arte Contemporânea de Sorocaba – MACS; 2) Estação Ferroviária de Sorocaba; 3) Museu da Estrada de Ferro Sorocabana. Fonte: Elaboração sobre imagem do Google Earth, 2025.

Mobilidade urbana pode ser conceituada como "a condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano" (IPHAN, 2014, p.13). Mobilidade e acessibilidade são conceitos interligados pois possibilitam circulação e o acesso aos espaços públicos e privados (IPHAN, 2014).

A mobilidade urbana deve ser analisada em relação à ocupação da cidade e aos acessos às atividades, entendida como problema indissociável do tecido urbano, especialmente quando se discute um equipamento de escala urbana como um pátio ferroviário.

Este trabalho tem como objetivo discutir a mobilidade urbana associada à acessibilidade do pedestre no Complexo Ferroviário de Sorocaba, considerando que, embora ocupe uma área central com infraestrutura e transporte público, hoje se encontra desintegrado do tecido urbano e, ao longo do tempo, foi consolidando espaços liminares que acabam por cindir os fluxos de mobilidade no território.

METODOLOGIA

A análise da acessibilidade foi realizada por visitas *in situ* (visita exploratória) e observação direta sobre o funcionamento interno e externo dos edifícios e do entorno do

complexo ferroviário. Nesta avaliação foram verificados os requisitos das normas NBR 9050/2020 e NBR 16537/2024. Os itens de acessibilidade analisados foram registrados em planilha (Quadro 1).

Os parâmetros escolhidos para a análise da acessibilidade urbana foram os seguintes: 1) Passeio Público, que analisou a qualidade do passeio no entorno imediato do complexo; 2) Semáforos e transposições de vias, que avaliou a oferta de passagens seguras e acessíveis; 3) Acesso ao edifício, onde se verificou como é a acessibilidade para acessar as edificações ou o complexo, quando pertinente.

RESULTADOS

Quadro 1: Planilhas de análise de acessibilidade no passeio público do entorno e acessos do Complexo Ferroviário. Local: Ponto 01 – Acessos à Estação ferroviária, Barração Cultural e MACs.

1. ACESSO PÚBLICO							
ITEM	**LEGISLAÇÃO**		**ITENS A CONFERIR**	**ATENDE**			**OBSERVAÇÃO**
	LEI	**ARTIGO**		**SIM**	**NÃO**	**PARCIAL**	
1.1	NBR9050/ 2020	6.12.3 b)	As calçadas possuem faixa livre com largura mínima de 1,20 m?			X	Há variação da largura do calçamento em alguns trechos mais estreito, com menos de 1,20m, e em outros trechos mais largo
1.2	NBR9050/ 2020	6.12.3 b)	A faixa livre ou passeio das calçadas possui inclinação transversal de até 3%?	X			O calçamento possui pouca variação transversal
1.3	NBR9050/ 2020	6.12.3 b)	As faixas livres não possuem obstáculos (postes de sinalização, vegetação, desníveis, rebaixamentos)?		X		
1.4	NBR9050/ 2020	6.12.3 b)	A altura livre dos passeios é de, no mínimo 2,10m (verificar obstáculos como placas, beirais, ramos de árvores)?			X	
1.5	NBR9050/ 2020	6.3.2	Os passeios possuem piso com superfície regular, firme, estável, não trepidante para dispositivos com rodas e antiderrapante, sob qualquer condição (seco ou molhado)			X	Apesar de estar em bom estado o passeio possui algumas trincas
1.6	NBR 16537/2024	7.8.2	Nos passeios há sinalização tátil direcional?		X		
1.7	NBR 16537/2024	7.3.5 e 7.3.8	A faixa livre ou passeio das calçadas possui inclinação transversal de até 3%?				Não se aplica

2. SEMÁFOROS E TRANSPOSIÇÕES							
ITEM	**LEGISLAÇÃO**		**ITENS A CONFERIR**	**ATENDE**			**OBSERVAÇÃO**
	LEI	**ARTIGO**		**SIM**	**NÃO**	**PARCIAL**	
2.1	NBR9050/ 2020	6.12.7.3	Existe faixa de pedestre com guia rebaixada ou em nível em ambos os lados da via?	X			
2.2	NBR9050/ 2020	5.6.4.3	Na existência de semáforo há sinalização sonora quando aberto?		X		
2.3	NBR9050/ 2020	8.2.2.1	Existe foco de acionamento para travessia de pedestre com altura entre 0,80m a 1,20m do piso?			X	Foco de acionamento acima de 1,50m
2.4	NBR9050/ 2020	6.12.7.3	A rampa para acesso a calçada possui inclinação igual ou inferior a 8,33% (nas rampas laterais e central)?			X	
2.5	NBR9050/ 2020	6.6	Os rebaixamentos de calçadas novas ou reformadas possuem largura maior ou igual a 1,50m, admitindo-se o mínimo de 1,20m?	X			
2.6	NBR9050/ 2020	6.12.7.3	Os rebaixamentos de calçadas são feitos de forma a não reduzir a largura da faixa livre ou passeio em medida inferior a 1,20m?			X	Ocorre no acesso de veículos do MACS
2.7	NBR 16537/2024	6.6	Quando da passagem de pedestres há piso tátil de alerta identificando esta?		X		
2.8	NBR9050/ 2020	6.12.7.3.1	Não há desnível entre o término do rebaixamento da calçada e o leito carroçável em calçadas novas ou reformadas?		X		Na faixa viva não há desnível, no entanto, para acessar o MACS via calçada a rampa possui desnível
3. ACESSO AO EDIFÍCIO							
ITEM	**LEGISLAÇÃO**		**ITENS A CONFERIR**	**ATENDE**			**OBSERVAÇÃO**
	LEI	**ARTIGO**		**SIM**	**NÃO**	**PARCIAL**	
3.1	NBR9050/ 2020	6.2.4	Há rota acessível interligando as vagas reservadas dos estacionamentos aos acessos?		X		
3.2	NBR9050/ 2020	6.2.4 e 6.14.1.2	A vaga acessível se encontra a menos de 50m do acesso a edificação	X			Se encontra a menos de 50m do Barracão Cultural, Estação Ferroviária e MACS.
3.3	NBR9050/ 2020	6.2.4 e 6.14.1.2	A vaga acessível está vinculada a uma guia rebaixada?		X		A guia não é rebaixada, tornando a vaga PCD sem acesso à edificação
3.4	NBR9050/ 2020	6.2.2	A edificação possui alguma entrada em nível ou adaptada com rampas ou plataforma elevatória?	X			
3.5	NBR9050/ 2020	6.3.4.2	Quando da presença de rampas em desníveis maiores que 2cm elas obedecem a inclinação máxima de 8,33%	X			
3.6	NBR9050/ 2020	6.3.4.4 e 6.6.2.6	Há corrimão para as rampas de acesso à edificação?		X		
3.7	NBR9050/ 2020	6.3.4.4	As rampas e passagens de acesso possuem largura mínima de 0,90m?	X			
3.8	NBR9050/ 2020	6.2.8	Há piso tátil de alerta sinalizando o acesso da edificação?		X		

Fonte: Adaptado de DISCHINGER; BINS ELY e PIARDI, 2012.

As visitas de campo indicaram que, exceto por adaptações pontuais, não há um tratamento de acessibilidade urbana no entorno do Complexo Ferroviário de Sorocaba. No local

analisado[4](Quadro 1) há ações pontuais de acessibilidade, tais como acionamento semafórico e faixa elevada. No entanto, nota-se uma leitura equivocada na adaptação da norma, como na instalação de piso tátil desencontrado do piso rebaixado na faixa de pedestres. Dessa forma, os dados analisados demonstram que as soluções existentes não garantem uma rota acessível coerente, comprometendo o acesso seguro e autônomo ao conjunto e aos equipamentos culturais em funcionamento.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

_____. **NBR 16537:** Acessibilidade – Sinalização tátil no piso – Diretrizes para elaboração de projetos e instalação. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena M.; PIARDI, Sonia Maria D. G. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos:** Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público. Florianópolis: MPSC, 2012.

SOUZA, João Márcio D. **Tipologias arquitetônicas nas estações da Estrada de Ferro Sorocabana.** São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo).

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Carta de Veneza.** Veneza: ICOMOS, 1964.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E NACIONAL. **Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Centros Históricos.** Org. Sandra Bernardes Ribeiro. Brasília: IPHAN, 2014. Cadernos Técnicos; Vol. 9.

[4] Na pesquisa de mestrado em andamento, foram selecionados oito pontos de análise de acessibilidade no entorno do Complexo. Neste resumo foi apresentado apenas o primeiro ponto, que é o acesso da antiga estação ferroviária (atualmente desativada) e de dois equipamentos culturais: o Barracão Cultural (provisoriamente fechado) e o MACS.

PLANO DIRETOR PROJETADO E DINÂMICA IMOBILIÁRIA: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS A PARTIR DE ÁGUAS DE LINDÓIA (SP)

Daniel Henrique Ribeiro[1]; Manoel Lemes da Silva Neto[2]

[1] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
dhrarquitetura@gmail.com

[2] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
manoel.lemes@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento urbano; plano diretor projetado; Águas de Lindóia.

O presente trabalho analisa a relação entre planejamento urbano e dinâmica imobiliária a partir do conceito de Plano Diretor Projetado, desenvolvido no âmbito da Urbanologia (SILVA NETO, 2025). Parte-se da hipótese de que o Plano Diretor, quando estruturado como linguagem territorial coerente, não apenas regula o uso do solo, mas também produz expectativas territoriais que antecipam e organizam vetores de transformação urbana posteriormente apropriados pelos agentes do mercado imobiliário.

O conceito de Plano Diretor Projetado refere-se à compreensão do plano diretor não apenas como instrumento regulatório, mas como linguagem territorial capaz de antecipar direções de transformação urbana. Nesse sentido, o plano opera como estrutura projetual que orienta expectativas espaciais e organiza a atuação de agentes públicos e privados na produção da cidade.

Essa interpretação dialoga com o campo dos estudos urbanos críticos, que compreendem o espaço urbano como resultado de processos sociais, políticos e econômicos. A partir da noção de produção social do espaço (LEFEBVRE, 2000) e das contribuições de Milton Santos (1996; 1999) sobre território usado e a centralidade da técnica na organização espacial, entende-se o urbano como campo de disputas entre diferentes racionalidades e projetos de sociedade. Nesse contexto, autores como Harvey (2005), Rolnik (2015) e Ferreira (2007) contribuem para compreender a crescente influência das dinâmicas de financeirização na produção do espaço urbano. Paralelamente, reflexões de Ribeiro (2014) e Swyngedouw (2005) permitem interpretar a governança urbana como arena de mediação entre interesses públicos e privados na organização territorial. Assim, o planejamento urbano pode ser compreendido não apenas como instrumento técnico-normativo, mas como linguagem territorial capaz de estruturar expectativas espaciais e orientar processos de transformação urbana.[5]

Agradecimento: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A relevância do estudo reside na necessidade de compreender se o mercado imobiliário atua como distorção das diretrizes públicas ou como agente que materializa expectativas territoriais previamente pactuadas. Em municípios turísticos, como Águas de Lindóia (SP) (Figura 1), essa questão torna-se central diante da intensificação de investimentos imobiliários e da reconfiguração do tecido urbano.

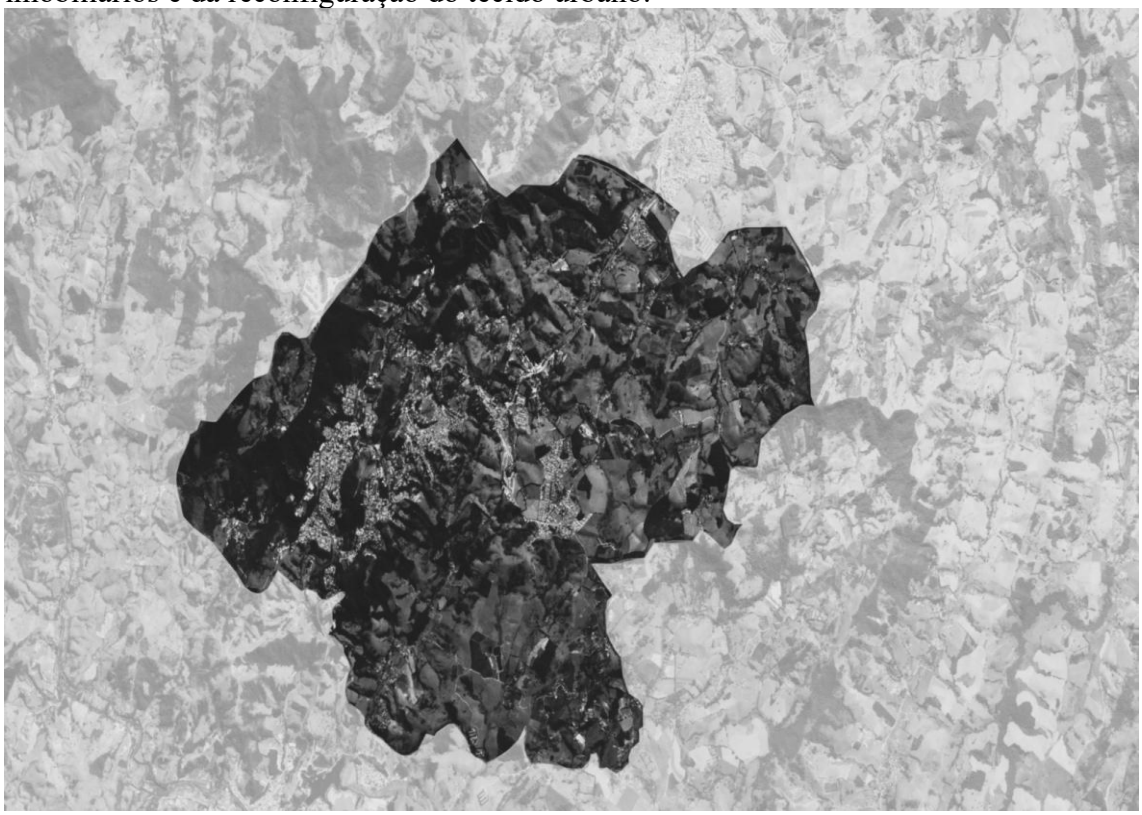


Figura 1 — Recorte territorial do município de Águas de Lindóia (SP) no contexto regional.
Fonte: elaborado pelo autor (2025).

O objetivo é investigar em que medida a produção imobiliária recente confirma, tensiona ou redefine as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor municipal. A pesquisa adota abordagem qualitativa com suporte em análise espacial e documental. Foram examinados o Plano Diretor vigente, mapas de zoneamento, parâmetros urbanísticos e dados de novos empreendimentos protocolados ou executados entre 2020 e 2025, após a aprovação do plano (Figura 2). A metodologia combina leitura normativa crítica, análise comparativa entre diretrizes territoriais e localização de investimentos privados, além de interpretação dos vetores de valorização urbana.



Figura 2 — Sistemas estruturadores do plano diretor de Águas de Lindóia.
Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Os resultados indicam que a dinâmica imobiliária recente tende a concentrar-se em áreas previamente indicadas como vetores de adensamento e qualificação territorial no Plano Diretor municipal, sugerindo alinhamento entre planejamento e mercado. Observa-se que a valorização imobiliária ocorre prioritariamente em zonas onde o plano estabeleceu parâmetros favoráveis à intensificação do uso do solo, à diversificação funcional e à consolidação da infraestrutura urbana. Tal constatação reforça a hipótese de que o mercado opera como mecanismo de validação econômica das escolhas coletivas formalizadas no instrumento legal.

Conclui-se que o Plano Diretor Projetado não se restringe a instrumento regulatório, mas atua como estrutura orientadora da produção do espaço, influenciando decisões privadas e organizando expectativas territoriais. O caso analisado evidencia que a relação entre planejamento e mercado pode assumir caráter complementar quando há coerência entre diretrizes normativas e vocações urbanas. O estudo contribui para o debate sobre planejamento regional e urbano ao propor leitura integrada entre política pública e dinâmica econômica na formação das cidades contemporâneas. Nesse sentido, o planejamento territorial passa a operar também como mecanismo de antecipação espacial da valorização imobiliária, ao estruturar expectativas de uso e transformação do território que orientam a atuação futura dos agentes econômicos. Essa interpretação permite também situar o planejamento territorial no campo da justiça territorial, na medida em que a antecipação espacial da valorização envolve escolhas públicas sobre a distribuição futura de investimentos, infraestruturas e oportunidades urbanas no território.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, João Sette Whitaker. **O mito da cidade global**: o papel da ideologia na produção do espaço urbano. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Teorias da ação social**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. "**O território e o saber local: algumas categorias de análise**". **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 15–26, 1999.

SILVA NETO, Manoel Lemes da. **A urbanologia e a constituição do período popular da história: cenários alternativos de planejamento territorial para o século** 21. 1. ed. 2025. p. 222–245.

SWYNGEDOUW, Erik. "**Governance innovation and the citizen: the Janus face of governance-beyond-the-state**". **Urban Studies**, v. 42, n. 11, p. 1991–2006, 2005.

PLATAFORMAS DIGITAIS COMO PARASITAS URBANOS: O ESPAÇO DA INFORMAÇÃO

Gustavo Escher Dias Canavezzi[1], Jonathas Magalhães Pereira da Silva[1]

[1] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)
Área de Concentração: Arquitetura, Urbanismo e Território
Linha de Pesquisa: Projeto, Inovação e Gestão

PALAVRAS-CHAVE: plataformas digitais; parasitismo urbano; meio técnico-científico-informacional; desigualdade socioespacial; São Paulo.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

A expansão de plataformas digitais como Uber, iFood e Airbnb tem alterado, de modo significativo, a organização de práticas urbanas ligadas à mobilidade, à circulação de mercadorias e à locação temporária. Mais do que oferecer novos serviços, essas empresas coordenam fluxos, usos e acessos por meio de dados, algoritmos e sistemas digitais de gestão. No caso de São Paulo, essa transformação adquire especial relevância, pois a cidade combina alta densidade de infraestruturas, forte heterogeneidade socioespacial e intensa concentração de atividades econômicas e serviços. A pesquisa parte do entendimento de que a plataformização do urbano não se realiza sobre um espaço neutro, mas sobre um território historicamente desigual, cujas infraestruturas e fragilidades constituem condições materiais de operação e expansão das plataformas.

OBJETIVOS

O objetivo geral é analisar como Uber, iFood e Airbnb, entre 2015 e 2025, se apoiam em infraestruturas urbanas existentes e em desigualdades socioespaciais para reorganizar práticas urbanas em São Paulo por meio de processos informacionais. Em termos analíticos, busca-se examinar como dados, métricas, protocolos e algoritmos reordenam usos de infraestruturas, fluxos e práticas sem eliminar a centralidade da base material da cidade. A originalidade da pesquisa reside em comparar, de forma integrada, plataformas de naturezas distintas que incidem sobre o mesmo território e que, apesar de suas diferenças setoriais, revelam mecanismos convergentes de coordenação informacional e apropriação diferencial do espaço urbano.

REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa articula o debate sobre capitalismo de plataforma, colonialismo de dados e meio técnico-científico-informacional com a crítica da urbanização desigual. A hipótese central não é a substituição da materialidade urbana pela informação, mas a reorganização seletiva de seus usos por sistemas privados de mediação e coordenação informacional.

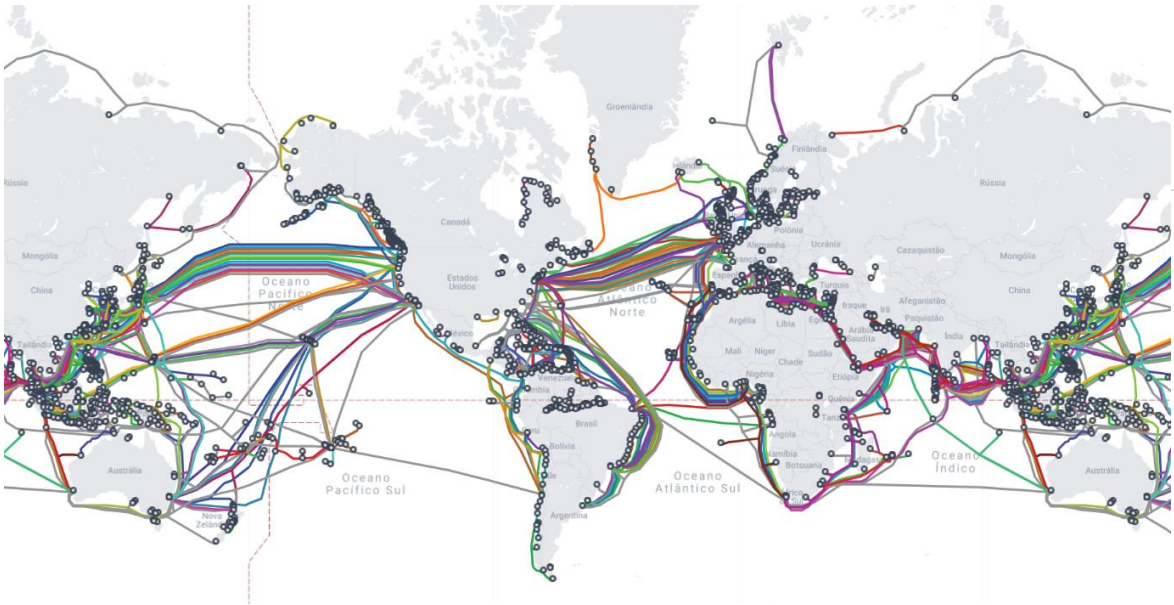


Figura 1: Rede mundial de cabos submarinos de fibra óptica. Fonte: TeleGeography (2024)
Link: https://www.submarinecablemap.com Acesso em 05/11/2025.

Nesse quadro, propõe-se a noção de parasitismo urbano como categoria analítica para descrever plataformas que dependem de condições territoriais e infraestruturas que não produziram originalmente, apropriam-se de capacidades urbanas preexistentes e capturam valor a partir de assimetrias sociais e territoriais. O conceito busca nomear, com maior precisão, a relação entre dependência territorial, extração informacional e apropriação desigual do urbano no contexto periférico brasileiro, sem supor que as plataformas sejam externas à produção do espaço: ao reorganizarem fluxos, usos e acessos, elas passam também a intervir seletivamente em sua reprodução.

METODOLOGIA

Metodologicamente, o estudo adota abordagem qualitativa com suporte em dados quantitativos, articulando revisão bibliográfica, análise documental e levantamento empírico em três eixos: mobilidade individual, circulação de mercadorias e locação temporária. O recorte espacial concentra-se na cidade de São Paulo, escolhida pela escala das operações das plataformas, pela disponibilidade de bases públicas e pela acentuada heterogeneidade socioespacial. O recorte temporal compreende o período de 2015 a 2025, correspondente à consolidação dessas empresas no Brasil. A investigação mobiliza bases públicas, dados administrativos, documentos institucionais e agregadores independentes, com triangulação de fontes para enfrentar lacunas e assimetrias informacionais, sobretudo no caso da locação temporária. A comparação entre os três eixos permite identificar padrões de concentração territorial, coordenação algorítmica e exploração de vulnerabilidades urbanas.

RESULTADOS

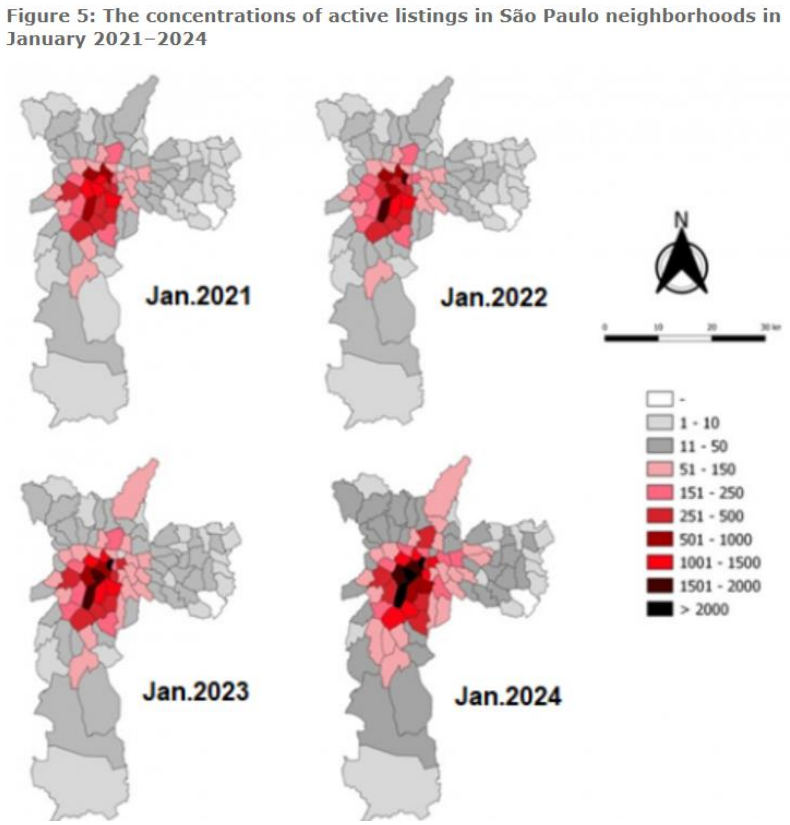
Os resultados preliminares indicam convergências expressivas entre Uber, iFood e Airbnb. Nos três casos, a expansão das plataformas depende intensivamente da tecnosfera urbana preexistente (sistema viário, conectividade digital, estoque habitacional e força de trabalho territorialmente distribuída) e se realiza por mecanismos informacionais que reorganizam fluxos, acessos e usos do território.

Na mobilidade individual e na circulação de mercadorias, as evidências mobilizadas indicam associação entre oferta de trabalho plataformizado e contextos marcados por vulnerabilidade socioeconômica, informalidade e baixa proteção social, com forte presença de trabalhadores oriundos de territórios periféricos.

Fenômeno	Evidência empírica	Interpretação
Crescimento estrutural	+7 vezes 1.500.000 trabalhadores	expansão da plataformização
Pandemia COVID-19	queda motoristas (–16 %) e aumento entregadores (+151 %)	reconfiguração da demanda
Queda de renda real	–25% média geral	pressão competitiva e aumento de oferta de trabalho
Concentração regional	Sudeste com 50% do total	São Paulo: polo de concentração
Perfil social	homens, jovens, não brancos, média escolaridade	segmentação e precarização do mercado informal

Tabela 1: Tendências (2016–2021) crescimento, pandemia, concentração regional. Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Painel da Gig Economy no setor de transportes do Brasil (Nota 14 – Carta de Conjuntura nº 55). Brasília: Ipea, maio 2022. 18 p.

Na locação temporária, a concentração de anúncios do Airbnb em áreas centrais e valorizadas sugere uma apropriação espacial seletiva do estoque construído e sua articulação com mercados imobiliários já tensionados.



Mapa 1: Mapa de calor com a concentração de imóveis cadastrados no Airbnb por bairro na cidade de São Paulo/SP
Fonte: https://journals.openedition.org/viatourism/12292?lang=ca

Em comum, as três plataformas não apenas se apoiam em desigualdades históricas: elas as incorporam seletivamente às suas condições de operação. Em caráter preliminar, conclui-se que a plataformização do urbano deve ser compreendida menos como simples inovação tecnológica e mais como reorganização de práticas, fluxos e usos da cidade mediada pela informação.

REFERÊNCIAS

AVELINO, Rodolfo. Colonialismo de dados e a captura da vida social. In: CASSINO, João Francisco; SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

POÉTICAS TÁTICAS PARA HABITAR: ARQUITETURAS DISRUPTIVAS

Beatriz Fernandes Pinheiro do Amaral[1]; Luisa Paraguai[2]

[1] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
beatriz.fpa2@puccampinas.edu.br

[2] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
luisa.donati@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Poéticas de resistência; corporeidade e espaços construídos; arquitetura subversiva.

Esta pesquisa interdisciplinar se localiza no campo da arte contemporânea a partir do conceito de habitar (Pallasmaa, 2017; Norberg-Schulz, 2008), assume a indissociabilidade das tecnologias com a condição humana, na medida que interferem diretamente nos regimes de organização sociocultural: como se configuram as cidades, os regimes de trabalho, atividades de lazer, assim como o modo de projetar, construir e habitar. Neste contexto, a arquitetura – compreendida como "campo da tecnologia" (Pallasmaa, 2008, p. 483) – é moldada pelas corporações capitalistas que determinam as normas culturais e condicionam o desenvolvimento tecnológico nos projetos arquitetônicos e restringem sua modelização exclusivamente aos interesses dominantes, favorecendo a desconexão e alienação dos habitantes com o lugar. Reconhecer essa problemática implica admitir que a espacialidade do mundo vivido transborda das delimitações físicas dos projetos, desvelando outros contextos de uso (Bollnow, 1963, 2011, apud Jelić, 2015) e possibilitando que o sujeito atento e crítico responda de maneira distinta da prevista nos projetos construídos (Jelić, 2015).

É justamente nesse limiar entre o projeto e espaço vivido, que certos artistas contemporâneos têm procurado subverter a função e o contexto de uso dos recursos tecnológicos para articular poéticamente um modo de questionamento e resistência aos modelos/padrões habitacionais contemporâneos. Assim, o objetivo deste estudo é articular e problematizar as experiências do habitar, operacionalizadas poeticamente, enquanto ações subversivas. Ao tensionar a lógica dominante do habitar e reinscrever práticas de resistência, abrem-se caminhos para outros modos sensíveis e atentos de se relacionar com o ambiente. Dentre os artigos pesquisados, apresentamos "348 West 22nd Street (2011-2015) (Figura 1), de Do Ho Suh, Someone (2020) (Figura 2), de Lauren Lee McCarthy e In Orbit (2014), de Alex Schweder e Ward Shelley (Figura 3).



Figura 1: 348 West 22nd Street. Fonte: Suh, Do Ho (2011-2015).



Figura 2: Someone. Fonte: Lauren Lee McCarthy (2020).



Figura 3: In Orbit. Fonte: Alex Schweder e Ward Shelley (2014).

A hipótese considera as obras como ações táticas (Certeau, 2008), capazes de resistir à lógica funcionalista e ao esvaziamento simbólico da arquitetura, prospectando outros modos de projetar, constuir, experenciar e imaginar, mais sensível e menos alienante entre sujeito e ambiente construído. A pesquisa se utiliza da interdisciplinaridade metodológica (Fortin e Gosselin, 2014) para orientar as abordagens teóricas e empíricas por meio de estudos de caso (Yin, 2001), de caráter qualitativo e exploratório. A partir dos resultados iniciais podemos indicar formatos de análise dos: mapeamento e documentação (imagética/videográfica) de poéticas artísticas sobre modos de habitar; proposição de um corpus metodológico interdisciplinar para a construção de uma reflexão analítica das poéticas, considerando articulações entre arte e arquitetura, arte e filosofia crítica da tecnologia, arte e ciência cognitiva; proposições artísticas como resultado prático da pesquisa interdisciplinar e elaboração de diversos diagramas, considerados como ferramenta analítica de dados coletados, capaz de integrar os conhecimentos teóricos conceituais e metodológicos, além da criação de website para divulgar os resultados parciais e finais obtidos.

Na medida em que os trabalhos artísticos instaurados suscitam potenciais de ação corpórea, o corpo se movimenta e estabelece a correlação de sentido entre corpo, objeto artístico e espaço. E é a partir dessa experiência de interação que se pode despertar de uma relação alienante com o entorno e modificar os discursos que orientam os processos de criação dos espaços arquitetônicos. Portanto, as obras de arte em questão não apenas recontextualizam criticamente as tecnologias empregadas, como também instauram/questionam/propõem modos alternativos de habitar. Nesse sentido, quando exercita o diálogo entre arte contemporânea e arquitetura, reiterando os princípios, linguagens, tecnologias e modos produtivos que os campos compartilham, a tese promove reflexões entre funcionalidade e normalização, controle e autonomia.

REFERÊNCIAS

ALEX SCHWEDER. **In Orbit**, 2025. Disponível em: < https://alexschweder.com/in-orbit/>. Acesso em fev. 2025.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1.** Artes de fazer. Petropolis: Vozes, 2008.

FORTIM, Sylvie; GOSSELIN, Pierre. Considerações metodológicas para pesquisa em arte no meio acadêmico. **Art Research Journal**. Natal: UFRN, vol.1, n.1, pp. 1-17,2014.

JELIĆ, A. Designing "pre-reflective" architecture. **Ambiances,** [S. l.], n. 1, p. 1-15, 2015. Disponivel em: http://journals.openedition.org/ambiances/628. Acesso em: 14 fev. 2026. DOI: https://doi.org/10.4000/ambiances.628.

LACMA. **Do Ho Suh: 348 West 22nd Street**, 2025. Disponível em: <https://www.lacma.org/art/exhibition/do-ho-suh-348-west-22nd-street>. Acesso em mar. 2025.

LAUREN MCCARTHY. **Someone**, s.d. Disponível em: <https://lauren-mccarthy.com/SOMEONE>. Acesso em mar. 2025.

NORBERG-SCHULZ, C. **Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture.** New York: Rizzoli, 1991.

NORBERG-SCHULZ, C. O fenômeno do lugar (1976). In: Nesbitt, K (org.). **Uma nova agenda para a arquitetura.** 2. ed. Sao Paulo: Cosac Naiyf, 2008. p. 443-460.

NORBERG-SCHULZ, C. O pensamento de Heidegger (1974) sobre arquitetura (1983) (1976). In: Nesbitt, K (org.). **Uma nova agenda para a arquitetura.** 2. ed. São Paulo: Cosac Naiyf, 2008. p. 461-474.

PALLASMAA, J. **Habitar**. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

PALLASMAA, J. A geometria do sentimento: um olhar sobre a fenomenologia da arquitetura (1986). In: Nesbitt, K (org.). **Uma nova agenda para a arquitetura.** 2. ed. Sao Paulo: Cosac Naiyf, 2008. p. 481-490.

Oneroom-Babel (2022-2023), s.d. Disponível em: <https://sanghee.xyz/oneroom-babel-2022-2023>. Acesso em jul. 2025.

YIN, R.K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

PROGRAMA BAIRRO PAULISTA DE MELHORIAS URBANAS: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO EM GUAIANASES, SP

Laura Silveira Cyriaco[1]; Vera Santana Luz[2]

[1] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
laura.cyriaco@gmail.com

[2] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
veraluz@puc-campinas.edu.br

Este artigo visa apresentar pesquisa em andamento para aferição de política pública — Programa Bairro Paulista, na modalidade Melhorias Urbanas (São Paulo, 2024a; 2025a) — a partir do estudo de caso em espaço público articulador de conjuntos de habitação de interesse social realizados pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), no distrito de Guaianases/SP (Figura 1), como contribuição para pesquisa de maior amplitude, que visa propor parâmetros e indicadores de aferição de qualidade socioespacial e ambiental, relativos a projetos, obras, participação popular e entrega dos espaços para uso.

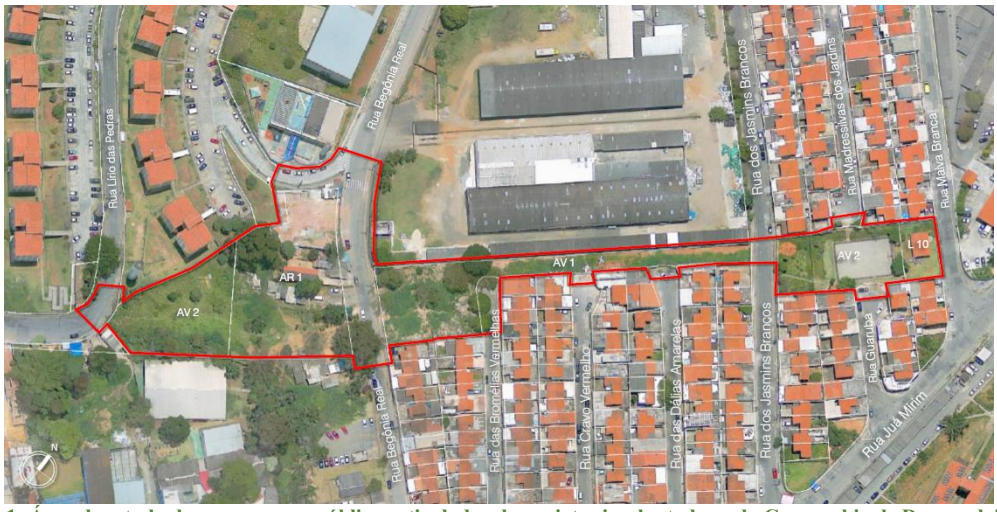


Figura 1: Área de estudo de caso: espaço público articulador de projetos implantados pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) em Guaianases, SP. Fonte: CDHU, 2024.

Guaianases se localiza no extremo leste do município de São Paulo. Se desenvolveu de forma desordenada, a partir da implantação de linha férrea e da estação de trens, em torno de 1875. A oferta de terras por valor reduzido e a facilidade de acesso por transporte ferroviário se tornou atrativa para a região. Resultando em um crescimento sem infraestrutura, acumulando áreas irregulares e precárias (São Paulo, 2016).

O Programa Bairro Paulista, conforme decreto promulgado pelo Governo do Estado de São Paulo (São Paulo, 2024a) tem o seguinte preceito:

> Pela modalidade Bairro Paulista – Cidades Sustentáveis, o Estado vai estimular intervenções por meio de Caderno de Tipologias Urbanas Modulares para implementação de Infraestruturas Verdes, Bioengenharia e Soluções Baseadas na Natureza que privilegiem melhoria da drenagem, redução da impermeabilização do solo, estimulem a mobilidade e a segurança viária, entre outros benefícios diretos para a população (São Paulo, 2024a)

O Caderno de Tipologias Urbanas Modulares (São Paulo, 2025b) é um documento de referência para o Programa, que apresenta opções técnicas dos diferentes eixos que compõem as possíveis soluções a serem adotadas pelos municípios, com orientações gerais, peças gráficas, planilhas orçamentárias e demais informações para que, a partir dele, seja possível definir o rol de aplicações para cada situação.

O objetivo principal da pesquisa é a investigação sistematizada de processos de projeto, obras, serviços e participação social e comunitária, alvo da política pública estadual em tela, tendo como estudo de caso espaço público do distrito de Guaianases, São Paulo, no qual já foram implantados conjuntos de habitação de interesse social.

Os métodos preconizam a investigação socioterritorial urbano-regional da área, mediante referências bibliográficas, documentais, cartográficas e de imagens aéreas, como o Plano Diretor do Município de São Paulo (2014) e o Relatório de Qualidade Ambiental do Estado de São Paulo (RQA) (São Paulo, 2024), bem como por eixos temáticos de leitura territorial conforme metodologia preconizada por Luz (2019), compreendendo, também, pesquisas de campo**. A** análise crítica, sistematização de dados e diagnóstico síntese de aspectos relativos à área estudo de caso, seu entorno imediato, indireto e inserção regional, pretende apontar fragilidades e potencialidades do território, e sua relação com o projeto proposto pelo Programa Bairro Paulista, Melhorias Urbanas. Abarca-se, em consonância, a investigação de documentos relacionados a esta política pública, dos quais a área estudo de caso será alvo, seus métodos, processos e fases de atuação, que compreendem interfaces entre as instâncias 0estadual, municipal, comunitária, de profissionais e prestadores de serviços. Em paralelo, aborda a investigação sistematizada, do documento "Programa Bairro Paulista Cidades Sustentáveis: Caderno de Tipologias Modulares" (São Paulo, 2025b), que consiste em elemento chave para a definição de soluções a serem aplicadas às áreas vulneráveis estudos de caso.



Figura 2: Diagrama do conjunto de pesquisas às quais este mestrado se articula. Fonte: autoral.

Os parâmetros e indicadores produtos de pesquisas articuladas, sob mesma orientação, serão aplicados ao estudo de caso. Estes se referem à síntese proposta a partir de estândares de Soluções baseadas na Natureza (IUCN, 2020; Luciani; Luz, 2022); Processos de Certificação AQUA-HQE para Bairros e Loteamentos e para Infraestruturas (Fundação Vanzolini, 2011; 2021); três Normas Brasileiras para Cidades Sustentáveis (ABNT, 2021a; 2021b; 2021c) e estatuto legal estadual referente a mudanças climáticas (São Paulo, 2022; 2024b; c2025) para verificação dos êxitos e insuficiências da referida política.

Os resultados previstos contemplam a análise crítica e avaliação preliminar dos projetos, obras, serviços e processos de participação social e comunitária realizados para a área estudo de caso alvo do Programa Bairro Paulista, a partir de parametrização e indicadores para aferição de qualidade socioespacial e ambiental da pesquisa principal, de maior envergadura, como contribuição a seu escopo, conteúdos e resultados.

Palavras-chave: Guaianases, São Paulo; Programa Bairro Paulista; parâmetros e indicadores de qualidade socioespacial e ambiental.

REFERÊNCIAS

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ABNT ISO 37120. Cidades e comunidades sustentáveis. Indicadores para serviços urbanos e qualidade de vida**. 2ª ed. Rio de Janeiro: ABNT, 12 mar. 2021a.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ABNT ISO 37122. Cidades e comunidades sustentáveis. Indicadores para cidades inteligentes**. Versão corrigida. Rio de Janeiro: ABNT, 24 jun. 2021b.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ABNT ISO 37123. Cidades e comunidades sustentáveis. Indicadores para cidades resilientes**. Versão corrigida. Rio de Janeiro: ABNT, 21 jan. 2021c.

FUNDAÇÃO VANZOLINI; CERTIVEA. **Processo AQUA Construção Sustentável. Referencial técnico de Certificação***:* bairros e loteamentos. QAB – Qualidade Ambiental do Bairro. set. 2011. Disponível em: <https://vanzolini.org.br/wp-content/uploads/2023/12/aqua-hqe-bairros-e-loteamentos-2011-qabv1.pdf>.

FUNDAÇÃO VANZOLINI. **Processo AQUA Construção Sustentável. Apresentação da Certificação AQUA-HQE de Infraestruturas**. fev. 2021. Disponível em: <https://vanzolini.org.br/wp-content/uploads/2023/12/2infraestruturasapresentacao-2021.pdf>.

IUCN. INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE. IUCN **Global Standard for Nature-based Solutions**: a user-friendly framework for the verification, design and scaling up of NbS: first edition. Gland, Switzerland: IUCN, 2020. DOI: https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2020.08.en

LUCIANI, Mirtes; LUZ, Vera Santana. Soluções baseadas na Natureza. In: TRANI, Eduardo; LUCIANI, Mirtes (Orgs.). **Instrumentos de planejamento, licenciamento e gestão ambiental**: caderno de apoio para profissionais. São Paulo: CETESB, SIMA, CAU/SP, 2022, p. 199-216. ISBN: 978-65-5577-046-9. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/2022/12/instrumentos-de-planejamento-licenciamento-e-gestao-ambiental-no-estado-de-sao-paulo-caderno-de-apoio-para-profissionais/>.

LUZ, Vera Santana. Por uma busca de compromisso socioambiental: reflexões sobre uma metodologia pedagógica em arquitetura e urbanismo. **Arquitecturas del Sur**, Chile, v. 37, n. 56, p. 121-133, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.cl/pdf/as/v37n56/0719-6466-as-37-56-120.pdf>. DOI: https://doi.org/10.22320/07196466.2019.37.056.08.

SÃO PAULO [Cidade]. **Lei no 16.050, de 31 de julho de 2014**. Projeto de Lei no 688/13, do Executivo, aprovado na forma de substitutivo do Legislativo. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE-Suplemento-DOC/PDE_SUPLEMENTO-DOC.pdf>.

SÃO PAULO [Cidade]. **Caderno de propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras. Quadro Analítico – Guaianases**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/QA-GU-.pdf>.

SÃO PAULO [Estado]. SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE. **Plano de Ação Climática e desenvolvimento sustentável para São Paulo. PAC 2050**. São Paulo, dez. 2022. Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/home/2022/11/pac-sp-2050-_coorigidoformato_23_1_12.pdf>.

SÃO PAULO [Estado]. SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA. **Meio Ambiente Paulista**: relatório de qualidade ambiental 2024. São Paulo, SEMIL, 2024. Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/home/2025/06/RQA_2024_online-att_1.pdf>.

SÃO PAULO. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto nº 68.308, de 16 de janeiro de 2024**. Regulamenta a Lei n° 13.798, de 9 de novembro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Mudanças Climáticas, reorganiza o Conselho Estadual de Mudanças Climáticas e o Comitê Gestor da Política Estadual de Mudanças Climáticas, e dá providências correlatas. São Paulo, 2024b. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2024/decreto-68308-16.01.2024.html>.

SÃO PAULO [Estado]. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto nº 69.089, de 26 de novembro de 2024**. Institui o Programa Bairro Paulista, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, e dá providências correlatas. São Paulo, 2024a. Disponível em: ,https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2024/decreto-69089-26.11.2024.html>.

SÃO PAULO [Estado]. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Resolução SDUH nº 09, de 05 de fevereiro de 2025**. Aprova o regulamento do Programa Bairro Paulista, instituído pelo Decreto no 69.089, de 26 de novembro de 2024. São Paulo, 05 fev. 2025a. Disponível em: <https://doe.sp.gov.br/executivo/secretaria-de-desenvolvimento-urbano-e-habitacao/resolucao-sduh-n-09-de-05-de-fevereiro-de-2025-20250205112112208658 77>.

SÃO PAULO [Estado]. SDUH. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO. SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO. COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO HABITACIONAL. CDHU. COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO. **Bairro Paulista**: Cidades Sustentáveis – caderno de tipologias modulares. LUCIANI, Mirtes Maria (Coord.). São Paulo, 2025b. Disponível em: <https://admin.cms.sp.gov.br/dx/api/dam/v1/collections/0d834cce-4e3c-4286-9a38-43abd5b010f6/items/3601581a-445b-431e-a001-3b90ffeb133a/renditions/c68cf3c8-e794-4f26-bee5-7a5205e6f2bd?binary=true>.

SÃO PAULO [Estado]. SEMIL. SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, MEIO AMBIENTE E LOGÍSTICA. **PEMC – Política Estadual de Mudanças Climáticas. Plano de Ação Climática 2050 do Estado de São Paulo (NETZERO)**. São Paulo, c2025. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/pemc/>.

SISTEMATIZAÇÃO DE PARÂMETROS E INDICADORES DE AFERIÇÃO DE QUALIDADE SOCIOESPACIAL E AMBIENTAL PARA MELHORIAS URBANAS: POSSIBILIDADES PARA SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA

Ludmila Raciunas[1]; Vera Santana Luz[2]

[1] Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
lud_raciunas@hotmail.com

[2] Orientadora, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
veraluz@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Soluções baseadas na Natureza (SbN), parametrização qualitativa, justiça socioambiental.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

A intensificação da crise socioambiental nas primeiras décadas do século XXI tem evidenciado não apenas problemas de degradação ambiental, mas impasses estruturais no próprio modelo civilizatório contemporâneo. Para Luiz Marques (2015; 2023), o atual estágio do capitalismo fóssil-industrial inaugura uma trajetória de colapso sistêmico, marcada pela aceleração das mudanças climáticas, erosão da biodiversidade, esgotamento de recursos naturais e aprofundamento das desigualdades socioambientais. Nesse contexto, as cidades emergem simultaneamente como epicentros de vulnerabilidade e como espaços estratégicos de transformação.

O modelo de urbanização, especialmente em países periféricos, produz dinâmicas de ocupação territorial profundamente desiguais. Conforme argumentam Acselrad *et al*. (2009), os riscos ambientais são distribuídos de maneira assimétrica, configurando quadros persistentes de injustiça ambiental. A precariedade infraestrutural, a impermeabilização extensiva do solo e a supressão de ecossistemas naturais em meio urbano ampliam a exposição de populações, especialmente as vulneráveis, a enchentes, ilhas de calor e deslizamentos. A crise climática, portanto, não é apenas ecológica, é, também, territorial e política.

Sob a perspectiva da economia, Martínez-Alier (2007) destaca que os conflitos ambientais expressam disputas materiais e simbólicas pela apropriação de recursos naturais e pela definição dos limites ecológicos do desenvolvimento. A incorporação da natureza como variável econômica, dissociada de seus ciclos biofísicos, aprofunda a ruptura entre sociedade e ecossistemas, sendo urgente refletir sobre novos paradigmas urbanos.

É nesse cenário que as Soluções baseadas na Natureza (SbN) ganham centralidade no debate internacional, como estratégias que se pautam por ações que promovam simultaneamente bem-estar humano e benefícios ao ecossistema, mediante processos que privilegiam seu próprio funcionamento (Luciani; Luz, 2022), colaborando para adaptação e mitigação climática, ao integrarem procedimentos de infraestrutura verde, restauração ecológica, entre outros. Contudo, apesar de sua crescente presença no debate institucional, as SbN ainda enfrentam desafios relacionados à sua difusão, mensuração de desempenho e verificação de efetividade. Muitas iniciativas permanecem no campo discursivo ou carecem de parâmetros claros que permitam avaliar sua contribuição real para processos de resiliência climática, justiça socioambiental e de regeneração ecológica, com algumas exceções (IUCN, 2020).

No contexto brasileiro, autores como Marques e Franco (2022) e Luciani e Luz (2022), apontam para a necessidade de integrar planejamento urbano, governança climática e instrumentos técnicos capazes de traduzir princípios ecológicos em critérios mensuráveis e aplicáveis à gestão pública. A ausência de modelos verificáveis fragiliza a implementação de SbN, abrindo margem para apropriações retóricas, *greenwashing* e soluções de baixa efetividade ambiental.

Nesse cenário, iniciativas institucionais recentes têm buscado a incorporação das SbN à política urbana. O Programa Bairro Paulista (São Paulo, 2024; 2025), sob coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SDUH), propõe melhorias urbanas em áreas vulneráveis, por meio de intervenções que incluem áreas verdes multifuncionais, manejo de águas pluviais e de sistemas hídricos, mediante arborização urbana, drenagem ecológica e renaturalização de canais, por exemplo, para qualificação ambiental de espaços públicos.

Diante da necessidade de uma abordagem que articule fundamentos ecológicos, justiça ambiental e ferramentas de avaliação técnica, a proposição de uma metodologia de parametrização verificável para projetos que utilizem SbN no contexto urbano vem a ser uma estratégia para reduzir a subjetividade, ampliar a transparência e consolidar critérios replicáveis de análise, contribuindo para que as SbN sejam potencializadas para se afirmar como instrumentos estruturantes de transformação urbana.

A pesquisa parte da hipótese de que a consolidação das Soluções baseadas na Natureza no planejamento urbano depende de sua tradução em parâmetros verificáveis e sistematizados, capazes de integrar qualidade ambiental e socioespacial.

OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa é a investigação de referências para a formulação de um modelo de parametrização e indicadores para a avaliação de SbN em contextos urbanos, com ênfase na sistematização de critérios técnicos capazes de aferir sua qualidade socioespacial e ambiental.

Para alcançar esse propósito, o estudo se pauta pela identificação de critérios e indicadores mensuráveis, aplicáveis às SbN no meio urbano, de modo a estruturar parâmetros técnicos de aferição de desempenho ambiental, social e espacial,

desenvolvendo um método de verificação fundamentado em métricas comparáveis. A pesquisa abrange a aplicação deste sistema em um estudo de caso piloto, no sentido de testar sua consistência, replicabilidade e capacidade de operacionalização.

METODOLOGIA

A pesquisa adotará uma abordagem estruturada em etapas complementares e interdependentes. Mediante a revisão sistemática da literatura sobre Soluções baseadas na Natureza, será conduzida a análise crítica de modelos internacionais de avaliação, buscando sintetizar seus critérios, limitações e potencial de operacionalização em contextos urbanos.

A partir do estudo comparado de referências teóricas e documentais, serão sistematizados parâmetros e indicadores próprios — que contemplem a verificação do programa público em tela, no que tange a projetos, obras, serviços e participação social, bem como dos dispositivos aplicados para qualificação de espaços públicos de áreas vulneráveis. A proposição de uma matriz de avaliação composta por temas, variáveis, métricas, escalas de verificação e critérios de validação tem o horizonte de aplicabilidade em situações reais do Programa Bairro Paulista. Nesse sentido, a metodologia da pesquisa preconiza a aplicação do sistema de aferição proposto em um estudo de caso piloto, relativo a melhorias urbanas no Parque das Palafitas, em Santos, permitindo aferir sua consistência, replicabilidade e capacidade comparativa, bem como realizar eventuais ajustes nos parâmetros a partir dos resultados obtidos.

ESTRUTURA DO TRABALHO

A estrutura da pesquisa compreende:

- A abordagem das Soluções Baseadas na Natureza (SbN), mediante a revisão da literatura, em sua trajetória conceitual, institucional e normativa, com ênfase nas formulações consolidadas por organismos internacionais e programas multilaterais;

- A análise crítica de referenciais já selecionados, relativos a propostas de sistematização presentes nos seguintes documentos: o “Global Standard for Nature-based Solutions” proposto pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, 2020); documento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2019) orientativo às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC); referenciais propostos pelo Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI) da América Latina e do Caribe; do projeto City Adapt (c2022), da ONU, na América Latina e no Caribe; e documento orientativo do grupo de especialistas Horizon 2020 para a Comissão Europeia (EC, 2015). A análise buscará identificar critérios recorrentes, lacunas metodológicas e limites na operacionalização dos parâmetros propostos;

- A sistematização de parâmetros e indicadores como instrumento metodológico de apoio à decisão e qualificação de políticas públicas. Esta matriz será

compreendida não apenas como ferramenta técnica, mas como estratégia de tradução de princípios normativos em critérios verificáveis. Nesse sentido, a construção de indicadores buscará articular dimensões ambientais e sociais urbanas, estruturando um sistema de aferição efetivo para mensurar e ampliar a transparência na implementação de SbN.

RESULTADOS ESPERADOS

Intenta-se que a pesquisa resulte na consolidação de uma proposta sistematizada de parâmetros e indicadores para aferição da qualidade socioespacial e ambiental de Soluções baseadas na Natureza, aplicadas a melhorias urbanas em espaços públicos, pela estruturação de uma base metodológica replicável que permita avaliar, comparar e qualificar intervenções, reduzindo a subjetividade frequentemente presente na adoção e validação dessas soluções em intervenções públicas urbanas.

Como produto científico e técnico, a pesquisa pretende constituir uma matriz estruturada, composta por parâmetros, critérios, variáveis e indicadores verificáveis, articulando dimensões ambientais e sociais urbanas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. Movimentos por justiça versus senso comum ambiental: a degradação ambiental não é "democrática" *In:* **O que é justiça ambiental.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

CITYADAPT. **Reconnecting cities with nature.** Página inicial, c2022. Disponível em: https://cityadapt.com/. Acesso em: 23 fev. 2026.

EC. EUROPEAN COMMISSION. **Towards an EU research and innovation policy agenda for nature-based solutions and re-naturing cities:** final report of the Horizon 2020 expert group on 'Nature-Based Solutions and Re-Naturing Cities'. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015. ISBN 978-92-79-46051-7. Disponível em: https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/5d0591c1-d5e5-11e5-8fea-01aa75ed71a1/language-en. Acesso em: 11 jul. 2025.

ICLEI. GOVERNOS LOCAIS PELA SUSTENTABILIDADE. Página inicial, c2026. Disponível em: https://americadosul.iclei.org/ Acesso em: 10 fev. 2026.

IUCN. **Guidance for using the IUCN global standard for Nature-based Solutions**: a user-friendly framework for the verification, design and scaling up of NbS. Gland, Suíça: IUCN, 2020.

LUCIANI, Mirtes Maria. LUZ, Vera Santana. Soluções baseadas na Natureza. *In*: TRANI, Eduardo; LUCIANI, Mirtes (Orgs.). **Instrumentos de planejamento, licenciamento e gestão ambiental no Estado de São Paulo**: caderno de apoio para profissionais. São Paulo: CETESB, 2022, p. 199-216. Disponível em: https://semil.sp.gov.br/2022/12/instrumentos-de-planejamento-licenciamento-e-gestao-

ambiental-no-estado-de-sao-paulo-caderno-de-apoio-para-profissionais/. Acesso em: 20 jan. 2026.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

_____. **O decênio decisivo**: propostas para uma política de sobrevivência. São Paulo: Elefante, 2023.

MARQUES, Taícia Helena Negrin; FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. Editorial Dossier #2: Soluções baseadas na Natureza para a resiliência urbana na América Latina. **Revista LABVERDE**, São Paulo, Brasil, v. 12, n. 1, p. 6–11, 2022. DOI: 10.11606/issn.2179-2275.labverde.2022.203555. Acesso em: 23 fev. 2026.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres:** conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Caminho para o aumento de soluções baseadas na natureza nas NDCs:** uma abordagem em sete etapas para melhorar as contribuições nacionalmente determinadas através de soluções baseadas na natureza. Nova Iorque: PNUD, 2019.

SÃO PAULO [Estado]. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto nº 69.089, de 26 de novembro de 2024.** Institui o Programa Bairro Paulista, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, e dá providências correlatas. São Paulo, SP, 2024. Disponível em: http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/5aeda0f13cd3be5f83256c1e00423b1d/511fd689e440ee6403258be20050217e?OpenDocument. Acesso em: 14 dez. 2025.

SÃO PAULO [Estado]. SDUH. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO. **Resolução SDHU nº 009, de 05 de fevereiro de 2025.** Aprova o regulamento do Programa Bairro Paulista instituído pelo Decreto no 69.089, de 26 de novembro de 2024. Diário Oficial do Estado de São Paulo, SP, 2025a. Disponível em: https://bibliotecavirtual.sp.gov.br/Resolu%C3%A7%C3%A3o++0092025+-+Bairro+Paulista.pdf. Acesso em: 31 jan. 2026.

SÃO PAULO [Estado]. SDUH. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO. **Programa Bairro Paulista: cidades sustentáveis. Caderno de tipologias urbanas modulares.** São Paulo, SP, ago. 2025b. Disponível em: https://admin.cms.sp.gov.br/dx/api/dam/v1/collections/0d834cce-4e3c-4286-9a38-43abd5b010f6/items/3601581a-445b-431e-a001-3b90ffeb133a/renditions/c68cf3c8-e794-4f26-bee5-7a5205e6f2bd?binary=true. Acesso em: 14 dez. 2025.

TERRA URBANA E A APLICAÇÃO DA REGULARIZAÇÂO FUNDIÁRIA (DE 1979 À SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI)

Miguel Reis Afonso [1]; Jonathas Magalhães Pereira da Silva [2]

[1] Doutorando, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Pontifícia Universidade Católica de Campinas
miguel-reis@uol.com.br

[2] Orientador, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Pontifícia Universidade Católica de Campinas
jonathas.silva@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Regularização fundiária; posse da terra; terra urbana; conflitos fundiários.

A partir do estudo da legislação que regula o parcelamento do solo urbano e como consequência a regularização fundiária, ao longo de duas décadas, pretende-se analisar a o processo de urbanização das periferias. Considera-se que mesmo com a evolução da legislação e das concepções aprimoradas de uso do solo urbano e instrumentos urbanísticos, a aplicação desta não serve aos interesses do trabalhador urbano.

Ao longo das últimas décadas as cidades se expandiram e se organizaram de forma irregular ou ilegal. A partir da industrialização brasileira a população pobre que buscava empregos e colocação nas cidades ocupou e se instalou nas franjas das cidades, de modo a possibilitar um melhor acesso a esses empregos (Singer, 1973).

O que se verifica na gestão pública das cidades é a implementação de uma política urbana voltada a atrair investimentos e capital (vide as Parcerias Público-Privadas e os grandes projetos). Uma administração corporativa com foco na eficiência, competitividade urbana e no que se convencionou chamar de cidade empreendedora. Isso reflete na crescente desigualdade social e na desregulamentação, austeridade fiscal e garantia do direito de propriedade em detrimento ao direito à cidade (Costa, 2023).

A comprovação de que todo o arcabouço legislativo analisado não contribuiu para o exercício pleno do direito da cidade, pelas camadas mais populares, será demonstrado a partir da análise de casos concretos, vivenciados ao longo do período indicado.

Em razão do acima exposto, tem-se que a hipótese a ser trabalhada situa-se na observação de que a legislação de parcelamento de solo e regularização fundiária, ao longo das décadas, não atenderam aos interesses do trabalhador urbano no que diz respeito a posse da terra, propriedade e urbanização das cidades. Assim é possível entender que esta mesma legislação é suficiente para garantia do Direito à Cidade? Ou há outros mecanismos – instrumentos urbanísticos ou condições específicas – para a concretização desse resultado. O objetivo é comprovar a falta de efetividade da legislação e as suas consequências.

A metodologia a ser utilizada se circunscreve a **revisão bibliográfica** sobre os diversos aspectos enfocados e, bem assim, a **memória dos processos judiciais** e **processos administrativos** vivenciados pelo doutorando, que redundaram na apresentação dos casos abordados.

ANÁLISE DE CASOS CONCRETOS E UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS.

CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO E A DISPUTA PELA TERRA URBANA

O município de Diadema, localizado na porção Sudeste da Região Metropolitana de São Paulo, foi instalado em 1962, desmembrado do município de São Bernardo, à época caracterizado como "cidade-dormitório". Numa área de 24 km^2, à época tornou-se a cidade com uma das maiores densidades demográficas do País. Cerca de 10% era provido de algum tipo de infraestrutura, com cerca de 170 núcleos de favelas em áreas públicas e privadas.

Diante deste quadro, o governo local (1982-1088) iniciou a discussão com o coletivo de favelas do município, no sentido de regularizar com títulos da Concessão do Direito Real de Uso (Dec. Lei 271/1967) que possibilitaria a titulação das unidades habitacionais localizadas em áreas públicas.

A legislação à época previa o instituto da desafetação das áreas públicas para concessão do direito real de uso. Superada a aprovação legislativa, restaria o registro do documento individual para cada morador beneficiário. Esta demanda seguiu seu curso com a prolação da sentença que autorizou o registro somente em 1990. E os documentos foram efetivamente registrados em 1992.

FAVELA AMADEU

O caso ora apresentado remete a uma ocupação urbana de caráter privado existente desde o ano de 1988, no bairro de Vila Ema, na Capital Paulistana, conhecida como FAVELA AMADEU.

Este núcleo favelado se organiza desde então em torno de uma articulação regional, denominada Movimento de Defesa das Favelas, que presta assessoria cultural, educativa e social aos seus moradores e, principalmente, organizando as demandas existentes para dotar o local com condições mínimas de infraestrutura.

Em 2008, a associação de moradores ingressou com pedido de usucapião urbano – nos termos do artigo 10 do Estatuto da Cidade – para a aquisição do imóvel em nome dos ocupantes em condomínio, como prescreve a lei. De forma inovadora a sentença foi proferida em 2019 onde foi deferida a usucapião em favor dos moradores.

No entanto, garantido o direito a posse da terra traduzido na decisão judicial, a questão da consolidação da propriedade entra na discussão entre o Direito e as normas estabelecidas

pelo Cartório de Imóveis. Mesmo com a decisão favorável aos moradores, há mais de 5 anos, não lograram dar efetividade a decisão judicial.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Miguel Reis, **LISO**, Carlos Henrique, A Concessão de Direito Real de Uso na Regularização Fundiária, *apud* **Direito Urbanístico**, Editora Del Rey, 1998.

ALMEIDA, L. O.; **ALMEIDA**, P. L. F.; **VIEIRA**, A. H. Regularização fundiária urbana à luz da lei 13.465/2017: uma análise acerca da (in) adequação dos pressupostos positivistas à tutela do direito à moradia. ***Cadernos Miroslav Milovic***, Recife, v. 1, n. 2, p. 155-171, 2023. Disponível em: https://miroslavmilovic.com.br/index.php/cadernos/article/view/34 Acesso em: 28 mar.2024. » https://miroslavmilovic.com.br/index.php/cadernos/article/view/34

ARAUJO, J; **VIEIRA**, A; **FARIAS**, Tilden, Regularização Fundiária Urbana: Reflexões sobre sua Potencialidade enquanto Política de Desenvolvimento Urbano e Humano, https://doi.org/10.18623/rvd.v22.2822

COSTA, André Dal'Bo, Dois tempos do neoliberalismo brasileiro como governo das cidades, SciELO 2023, https://doi.org/10.1590/2236-9996.2024-5915.

FERNANDES, Edésio. Desafios da regularização fundiária urbana no contexto da Lei Federal nº 13.465/2017. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico** – RBDU, Belo Horizonte, ano 8, n. 15, p. 9-24, jul./dez. 2022;

FERREIRA, João Sette Whitaker, A Forma Urbana Patrimonialista: Limites da Ação Estatal na Produção do Espaço Urbano no Brasil, **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.24, 2022.

FURTADO, Celso, **O Mito do Desenvolvimento Econômico**, Coleção Explosante, 2024;

OLIVEIRA F. Acumulação monopolista, contradições urbanas, e a nova qualidade do conflito de classes. In: Moisés JA, organizador. **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1978. p. 65-76;

SILVA, Jonathas Magalhães Pereira Da. Desenho como Questionamento: distintas dimensões de planos e projetos. 1. ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2019. v. 1. 268p.

SINGER PI. **Economia política da urbanização**; ensaios. São Paulo: Editora Brasiliense; 1973.

TRAMAS DE UMA GRANDE OPERAÇÃO IMOBILIÁRIA EM TERRAS VOLTADAS À FILANTROPIA: O CASO DO PROJETO CASA FIGUEIRA EM CAMPINAS (SP)

Isabela Said Miguel da Silva Falco[1]; Leticia Moreira Sigolo[2]

[1] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
isabelafalco01@gmail.com

[2] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
leticia.sigolo@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Segregação socioespacial; mercado imobiliário; centralidades; Campinas-SP.

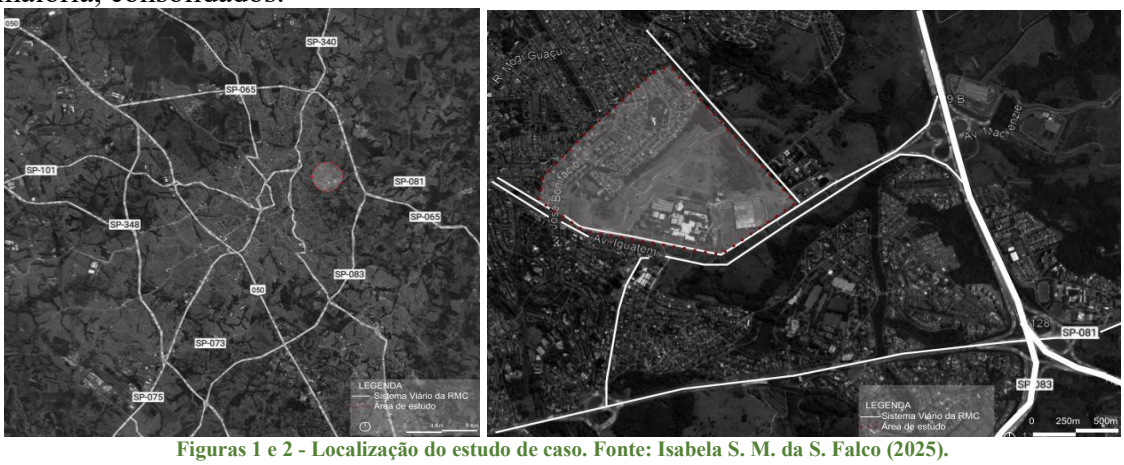
O processo de urbanização brasileiro caracteriza-se, historicamente, pela inserção periférica do país nas dinâmicas mais gerais de acumulação do capital. É marcado um patrimonialismo estrutural, que engendra uma forma urbana garantidora de privilégios e reprodutora de desigualdades (FERREIRA, 2022). Como destaca Maricato (1996), o Estado brasileiro atua como mediador dos interesses do setor privado/imobiliário, utilizando políticas públicas, legislações e investimentos em infraestruturas como meios de valorização fundiária e de transferência de rendas da esfera pública para a privada.

Na esteira de um processo de industrialização com baixos salários, assistiu-se a uma urbanização acelerada marcada por condições precárias de vida, elevados índices de pobreza, aumento da violência urbana e da degradação ambiental. As desigualdades socioespaciais tornaram-se cada vez mais evidentes. Nas últimas décadas, esse quadro se articula a agendas ultra(neo)liberais e à privatização de instrumentos de planejamento e gestão urbana, contribuindo para a manutenção da lógica patrimonialista de produção do espaço.

Frente a essa engrenagem reprodutora de desigualdades urbanas, esta pesquisa de mestrado, em fase inicial, pretende analisar as tramas de uma operação imobiliária em um vetor de expansão em consolidação, a nordeste de Campinas-SP, que tem se constituindo como uma nova centralidade regional. Pretende-se investigar os impactos socioespaciais, econômicos e ambientais decorrentes da implantação do Projeto Casa Figueira, desenvolvido pelo Grupo Iguatemi, com a Federação de Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC).

A escolha desse objeto de investigação justifica-se também pela necessidade de compreender como as políticas públicas de base territorial têm se subordinado aos interesses da iniciativa privada, destacadamente do setor imobiliário, e contribuído para que a produção do espaço urbano se constitua como frente de acumulação do capital sob dominância das finanças (HARVEY, 2011).

Na área de estudo (Figuras 1 e 2), há uma grande concentração de equipamentos comerciais e de serviço voltados a estratos de mais alta renda (como o Shopping Iguatemi), além de extensos vazios urbanos, entremeados a áreas ambientalmente sensíveis pela presença de nascentes e cursos d´água, e assentamentos precários, em sua maioria, consolidados.



Figuras 1 e 2 - Localização do estudo de caso. Fonte: Isabela S. M. da S. Falco (2025).

Segundo os promotores deste empreendimento de uso misto, planeja-se um "complexo com um milhão de m² e 240 mil m² de áreas verdes" alinhado aos preceitos do "urbanismo sustentável". Para a sua promoção, são mobilizadas estratégias de *marketing* que incluem palestras e eventos com arquitetos renomados e professores universitários, para discutir as qualidades urbanísticas e arquitetônicas consideradas inovadoras do projeto, muitas vezes ignorando as favelas presentes no seu entorno há mais de três décadas. Tais ações são direcionadas a um público de renda mais elevada, investidores e compradores interessados em sua valorização futura. Dessa forma, é fundamental analisar criticamente como o discurso do "urbanismo sustentável" é mobilizado neste projeto e de que maneira ele se relaciona com os processos de produção do espaço urbano e de reprodução das desigualdades socioespaciais na região.



Figura 3 - Localização do estudo de caso. Fonte: Adaptado pelo autor (2025), com base no Projeto Casa Figueira (2025).




Figura 4- Condições atuais do caso estudado. Fonte: Google Earth - https://casafigueiracampinas.com.br/sobre#no-back. Acesso em: 25 de jan. de 2026. Figura 5 - Projeto previsto para o caso estudado. Fonte: site do Projeto Casa Figueira (2026) - https://casafigueiracampinas.com.br/sobre#no-back. Acesso em 25 de jan. de 2026.

Assim, busca-se: (i) mapear e analisar as transformações socioespaciais e as dinâmicas imobiliárias da região; (ii) identificar e analisar os impactos da implantação desta operação imobiliária sobre as condições de permanência da população moradora e trabalhadora local; (iii) investigar os impactos ambientais da intervenção; e (iv) problematizar a mobilização do discurso de "urbanismo sustentável" como meio de legitimação da valorização imobiliária.

Metodologicamente, a pesquisa se desenvolverá a partir de uma revisão bibliográfica envolvendo trabalhos que abordam a relação entre Estado e mercado na produção do espaço, regulação urbana e expansão imobiliária, entre outros, pesquisa documental, a partir da consulta a peças do planejamento urbano municipal, bem como ao projeto e relatórios oficiais relacionados ao empreendimento investigado, coleta e análise de dados socioeconômicos, ambientais, entre outros, e visitas técnicas sistemáticas.

Os resultados esperados envolvem mapeamento e análise dos agentes envolvidos, seus interesses, e dos conflitos presentes, tendo em vista o antagonismo entre capital e trabalho, valor de uso e valor de troca, constitutivo da produção do espaço capitalista. Com isso, pretende-se contribuir para o debate acadêmico e público sobre os limites do planejamento urbano frente à forma patrimonialista de organização do Estado brasileiro, e à hegemonia do capital imobiliário no ordenamento de nossas cidades.

REFERÊNCIAS

BACELAR, Tânia. **Como funciona a máquina da desigualdade no Brasil.** São Paulo: Fundação Tide Setubal, 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial.** 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

DEMACAMP. **Plano Local de Habitação de Interesse Social de Campinas**. Disponível em: https://demacamp.com.br/2-1-1_campinas. Acesso em: 22 jul. 2025

FERREIRA, J. S. W. A **forma urbana patrimonialista: limites da ação estatal na produção do espaço urbano no Brasil.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 24, 2022.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência.** São Paulo: Hucitec, 1996.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário**. In: SILVA, Cátia Antônia da; BERNARDES, Júlia Adão; AZURRO, Roberta Carvalho; RIBEIRO, Ana Clara Torres (org.). Formas em crise: utopias necessárias. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005. p. 93–111.

RIBEIRO, Ana Clara Torres (org.). **Geografia e humanismo: o território como fundamento da solidariedade.** Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 143-158.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SECOVI. **Diretor do Secovi-SP destaca alta nas vendas de imóveis em Campinas**. Disponível em: https://secovi.com.br/diretor-do-secovi-sp-destaca-alta-nas-vendas-de-imoveis-em-campinas/ . Acesso em: 25 jul. 2025.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intraurbano no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

PET – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL

EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL: O TROTE SOLIDÁRIO COMO EXPERIÊNCIA FORMATIVA EM ARQUITETURA E URBANISMO

Beatriz Barros Lazinho[1]; Emanuele Rigonato Zanini[2], Ana Paula Giardini Pedro[3]

[1] Bolsista do Programa de Ensino Tutorial - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
beatriz.bl4@puccampinas.edu.br

[2] Bolsista do Programa de Ensino Tutorial - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
emanuele.rz@puccampinas.edu.br

3 Tutora do Programa de Ensino Tutorial - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
ana.pedro@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Extensão universitária; recepção ingressantes universitários, trote solidário, práticas formativas extensionistas, formação em arquitetura e urbanismo.

O Trote Solidário da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo[9] da PUC-Campinas consta de prática extensionista consolidada no âmbito do Programa de Educação Tutorial (MEC SESu)[10], sendo realizado há mais de 20 anos[11] como ação de acolhimento a estudantes ingressantes articulada à promoção da responsabilidade social e ao fortalecimento das relações entre universidade e sociedade. Tem sua origem no intento de contrapor às práticas de trotes universitários, historicamente marcadas por constrangimento ou violência, substituindo-as por atividades colaborativas voltadas à qualificação de espaços em instituições assistenciais e ao estímulo de valores éticos e cidadãos no processo formativo (SILVA *et al*, 2023, p.2,9). Uma ação extensionista que mobiliza integrantes do PET-Arquitetura, estudantes ingressantes e veteranos, docentes e comunidade da instituição parceira, articulando intervenções de pequena escala no ambiente construído preexistente. A dinâmica promove experiências formativas que integram conhecimento técnico, compromisso social e contato direto com diferentes realidades sociais e espaciais. Preferencialmente buscam-se instituições de apoio social situadas no município de Campinas.

O objetivo da iniciativa consiste em recepcionar os estudantes ingressantes da FAU PUC-Campinas por meio de uma experiência formativa orientada pela responsabilidade social e pela integração entre estudantes, além de colaborar para a melhoria das condições do espaço físico em instituições parceiras. Entre os objetivos específicos, destacam-se: a

[9] FAU PUC-Campinas
[10] O nome do grupo conforme cadastro no Sistema de Gestão do Programa de Educação Tutorial (SIGPET) é: *ARQUITETURA Curso específico PET PUC-CAMPINAS 19660*. Neste artigo chamaremos o grupo de "PET-Arquitetura PUC-Campinas".
[11] Cabe observar que a atividade foi interrompida apenas nos anos de 2021 e 2022, em razão das restrições impostas pela pandemia de COVID-19.

prospecção de instituições cujas demandas sejam compatíveis com intervenções de baixa complexidade e cujos espaços comportem o número estimado de participantes (cerca de 150 pessoas); a realização de diagnósticos das necessidades espaciais mediante visitas técnicas e diálogo com os responsáveis pelas instituições; a elaboração de propostas de qualificação do ambiente construído; e, ao final, a realização de mutirão colaborativo que viabilize a execução das intervenções com participação de estudantes e comunidade local. Ao introduzir os ingressantes em práticas relacionadas ao campo profissional desde o início da graduação, a atividade contribui também para explicitar a dimensão social inerente à atuação em Arquitetura e Urbanismo.

A ação baseia-se na compreensão da extensão universitária como prática de interlocução externa, capaz de produzir conhecimento por meio da colaboração entre diferentes sujeitos sociais. Assim, a extensão configura-se como espaço de construção compartilhada de saberes e de articulação entre conhecimento técnico-científico e experiências locais, ampliando o alcance social da universidade. Estudos sobre a percepção discente acerca da extensão indicam que tais atividades favorecem processos formativos críticos e socialmente comprometidos, ao aproximar estudantes de contextos sociais diversos e de demandas cotidianas atuais (FLORIANO *et al.*, 2022, p.11). Documentos orientadores sobre extensão e participação social ressaltam que tal natureza de iniciativa contribui para democratizar a produção do conhecimento e fortalecer a participação cidadã nas ações universitárias (BRASIL, 2014, p.11,18-19). Ainda, processos colaborativos de intervenção no espaço físico tendem a estimular o envolvimento ativo da comunidade e o compartilhamento de responsabilidades na produção e manutenção dos espaços, favorecendo a consolidação de práticas cidadãs assim com a formação de profissionais sensíveis às demandas sociais (MASSIMETTI; HADDAD; DAMASCENO, 2020, p.9-10). Tais princípios estão alinhados às diretrizes internacionais para a educação, que defendem práticas formativas comprometidas com ensino de qualidade, inclusão e aprendizagem ao longo da vida (UNESCO, 2015, p.iv-v).





Figura 01 – Oficina de Restauração de mesas no Recanto Vovô Antônio Lar do Idoso (Fonte: acervo PET Arquitetura, 2023)
Figura 02 – Oficina de Pintura com as crianças na Creche Bento Quirino (Bentinho) (Fonte: acervo PET Arquitetura, 2024)
Figura 03 – Oficina de Pintura Instituto Pe. Haroldo Rahm (Fonte: acervo PET Arquitetura, 2025)

A ação organiza-se em etapas realizadas no ano anterior a realização do mutirão, que ocorre no início do período letivo. Inicia-se com a prospecção da instituição parceira, seguida por visitas técnicas para identificação de demandas e análise da viabilidade das intervenções propostas. Então, são realizados levantamentos métricos, fotográficos e análise das condições para elaboração de propostas de intervenção de baixa complexidade, como projetos de pintura mural, construção de mobiliário, qualificação de

áreas livres bem como planejamento de oficinas educativas voltadas aos usuários da instituição atendida. Na etapa final, durante a semana de acolhida aos ingressantes, ocorre o mutirão coordenado pelos integrantes do PET-Arquitetura, quando se executam as intervenções planejadas em interação ativa com a comunidade atendida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Extensão em participação social: documento de referência.** Brasília, DF: Secretaria Geral Ministério da Educação, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/diversos/EXTENSOEMPARTICIPAOSOCIALDOCUMENTODEREFERNCIAMEC.pdf. Acesso em: 6 mar. 2026.

Silva, V. H. B. C. e, Colnaghi, M. G., & Pedro, Ana Paula G. **Trote Solidário: responsabilidade social através da requalificação dos espaços e integração dos estudantes de Arquitetura e Urbanismo.** Conecte-Se! Revista Interdisciplinar De Extensão, 9 (18), pp. 136–146. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/conecte-se/article/view/36011. Acesso em: 6 mar. 2026.

MASSIMETTI, Flávia T.; HADDAD, Ana M. de C. N. F.; DAMASCENO, Bárbara C. **A dimensão pedagógica, social e política da extensão universitária na formação do arquiteto urbanista**. 2020. Disponível em: https://enanparq2020.s3.amazonaws.com/MT/21983.pdf. Acesso em: 25 jan. 2025.

FLORIANO, Mikaela D. P.; MATTA, Isabela B.; MONTEBLANCO, Felipe L.; ZULIANI, André L. B. **Extensão universitária: a percepção de acadêmicos de uma universidade federal do estado do Rio Grande do Sul.** Revista Em Extensão, Uberlândia, v. 6, n. 2, p. 54–67, 2022. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/38043 . Acesso em: 6 mar. 2026.

UNESCO. **Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação da Educação – rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos.** Brasília: UNESCO; Incheon: Fórum Mundial de Educação, 2015. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/9973/1/243278por.pdf. Acesso em: 6 mar. 2026.

O DESENHO COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO E INCLUSÃO EDUCACIONAL: RELATO DA EXPERIÊNCIA DO CURSINHO POPULAR TRAÇO PET

Maria Gabriela M. A. de Oliveira[1]; Gustavo Piccinin Tebom[2], Ana Paula Giardini Pedro[3]

[1] Bolsista do Programa de Ensino Tutorial - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Pontifícia Universidade Católica de Campinas maria.gmao@puccampinas.edu.br

[2] Bolsista do Programa de Ensino Tutorial - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Pontifícia Universidade Católica de Campinas gustavo.pt1@puccampinas.edu.br

[3] Tutora do Programa de Ensino Tutorial - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Pontifícia Universidade Católica de Campinas ana.pedro@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de desenho; Formação em Arquitetura e Urbanismo; Democratização do ensino; práticas formativas extensionistas.

O Cursinho Popular de Desenho Traço PET (Programa de Educação Tutorial) é uma atividade de ensino e extensão vinculada ao Programa de Educação Tutorial da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. A iniciativa objetiva ampliar o acesso ao ensino do desenho relacionado à "linguagem arquitetônica", oferecendo aulas gratuitas destinadas especialmente a estudantes do ensino médio interessados na área. Ao articular ensino, extensão e formação discente, o projeto promove a difusão de conhecimentos produzidos no ambiente universitário e estabelece uma relação de troca entre universidade e sociedade, ampliando as oportunidades de acesso à formação preparatória para ingresso em cursos de Arquitetura e Urbanismo. Nesse contexto, o curso busca desenvolver competências iniciais de representação gráfica e aproximação com a percepção de espaços e da cidade.

O projeto se constitui como espaço pedagógico para os estudantes integrantes do grupo PET, que – sob orientação da tutora – assumem a responsabilidade pela elaboração de conteúdos, organização do plano de ensino e condução das atividades didáticas. O objetivo central da iniciativa consiste em compartilhar conhecimentos básicos de desenho e representação gráfica com a comunidade, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento de habilidades acadêmicas e pedagógicas entre os petianos[1][2], tais como planejamento didático, comunicação oral e elaboração de materiais de ensino. Entre os objetivos específicos destacam-se a apresentação de técnicas de desenho e de representação do espaço e o estímulo à reflexão sobre temas relacionados à arquitetura e ao urbanismo.

O ensino de artes (assim como o de desenho), na educação básica apresenta fragilidades estruturais decorrentes de reformas educacionais políticas curriculares insuficientes e enfraquecendo o desenvolvimento de habilidades cognitivas essenciais em jovens (Barbosa, 2017 p.9-13). O processo de alfabetização em si configura como forte inibidor

[1] Termo usado para referir aos estudantes integrantes de grupos PET em todo Brasil.

da expressão gráfica em crianças (Derdyk, 1989, p.104), algo que é reforçado com as limitações que se verificam no ensino fundamental e médio no Brasil.

Nesse sentido, a proposta do grupo contribui com estudos sobre o papel do desenho na formação em Arquitetura e Urbanismo – área específica dos integrantes do PET. De acordo com Arruda e Castral (2018, p.2), o desenho de observação constitui uma prática fundamental no ensino da arquitetura, pois mobiliza competências perceptivas, espaciais e cognitivas que contribuem para a compreensão e investigação do espaço construído. Também Ladeira (2024, p.3) destaca que o desenho desempenha papel estruturante na formação do arquiteto ao constituir simultaneamente instrumento de expressão, investigação e comunicação das ideias projetuais.

Essas abordagens reforçam a importância de experiências formativas que estimulem a percepção espacial, o croqui e o desenho de observação como ferramentas de leitura e representação do ambiente construído.

A metodologia do Traço PET baseia-se na articulação entre momentos teóricos e práticos. O planejamento das aulas é realizado anualmente pelos integrantes do grupo PET, sob orientação da tutora, a partir de leituras de textos de referência e do estudo de provas específicas aplicadas em vestibulares da área. Esse processo resulta na elaboração de um plano de ensino que organiza o cronograma de atividades e define os conteúdos abordados ao longo do curso. As aulas são estruturadas em etapas que incluem a apresentação e discussão dos exercícios realizados pelos estudantes (socialização e compartilhamento de resultados), a exposição de conteúdos teóricos (aula expositiva e dialogada) e a realização de exercícios práticos de desenho voltadas ao desenvolvimento de técnicas de representação gráfica e de percepção espacial (Edwards, 2005; Arnheim, 2001). A dinâmica didática busca integrar momentos de reflexão e prática, possibilitando que os estudantes experimentem diferentes estratégias de representação e compreendam os fundamentos da linguagem gráfica.

As atividades são realizadas aos sábados, com duração aproximada de três horas, em salas de aula da FAU PUC-Campinas. Cada encontro envolve a apresentação de conteúdos com apoio de recursos visuais, seguida da realização de exercícios práticos e da proposição de atividades a serem desenvolvidas fora da sala de aula, de modo a estimular a continuidade do aprendizado entre os encontros. O curso destina-se principalmente a estudantes do ensino médio interessados em ingressar em cursos de Arquitetura e Urbanismo, mas também está aberto a pessoas interessadas em adquirir noções básicas de desenho e representação do espaço.





Figuras 01 e 02: integrantes do PET ministrando aulas no Cursinho popular Traço PET (Fonte: acervo PET-Arquitetura. PUC-Campinas, 2023-2025)



Figura 03: socialização dos desenhos produzidos no Cursinho popular Traço PET (Fonte: acervo PET-Arquitetura PUC-Campinas, 2025)

Considerando o contexto de desigualdades sociais que marca o acesso à formação básica no Brasil, o Traço PET busca ampliar as oportunidades educacionais para estudantes que não dispõem de recursos financeiros para frequentar cursos de desenho. Ao oferecer gratuitamente um curso estruturado de introdução à linguagem arquitetônica, a iniciativa contribui para a democratização do acesso ao conhecimento e para o fortalecimento do vínculo entre universidade e sociedade. Espera-se que a experiência contribua para o desenvolvimento das capacidades de observação, representação gráfica e leitura do espaço entre os participantes, ao mesmo tempo em que fortalece a formação acadêmica e a responsabilidade social dos estudantes envolvidos na condução do projeto. Nesse sentido, o Traço PET se configura como uma prática extensionista que articula difusão do conhecimento, formação discente e compromisso social da universidade com a sociedade.

REFERÊNCIAS

ARNHEIM, Rudolf. **Arte e Percepção Visual: uma Psicologia da Visão Criadora.** Tradução: Ivonne T. de faria. São Paulo: Pioneira – Thomson Learning. 2001

ARRUDA, Mateus José Almeida de; CASTRAL, Paulo César**. "O ensino de desenho de observação: estudo do processo perceptivo na formação em arquitetura"**, Revista Brasileira de Expressão Gráfica, v.6, n.1, 2018, p.2. Disponível em: https://rbeg.net/index.php/rbeg/article/view/59. Acessado em 07 de março de 2026.

BARBOSA, Ana Mae. **O dilema das Artes no Ensino Médio no Brasil.** PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG, v. 7, n. 13, p. 9–16, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15702.

Acessado em 03 de abril de 2026.

DERDYK, E. **Formas de Pensar o Desenho: Desenvolvimento do Grafismo Infantil.** São Paulo: Scipione, 1989.

EDWARDS, Betty. **Desenhando com o lado direito do cérebro.** Rio de Janeiro: Ediouro, 10ª ed. rev., 2005. Revista

LADEIRA, Marcillene. **"A presença do desenho artístico na formação do arquiteto e urbanista"**, Cartema, 2024, p.3. Disponível https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/CARTEMA/article/view/261717. Acessado em 07 de março de 2026.

PRODUÇÃO EDITORIAL E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO EM ARQUITETURA E URBANISMO: A EXPERIÊNCIA DA REVISTA TULHA

Maria Fernanda Láua Nogueira[1]; Ana Luiza Torete [2], Ana Paula Giardini Pedro[3]

[1] Bolsista do Programa de Ensino Tutorial - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Pontifícia Universidade Católica de Campinas maria.fln@puccampinas.edu.br

[2] Integrante do Programa Ensino Tutorial - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Pontifícia Universidade Católica de Campinas ana.lpt1@puccampinas.edu.br

[3]Tutora do Programa de Ensino Tutorial - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Pontifícia Universidade Católica de Campinas ana.pedro@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Revistas científicas; Open Journal Systems (OJS); Produção editorial universitária; Acesso aberto ao conhecimento.

A Revista Tulha constitui uma atividade de ensino, pesquisa e extensão vinculada ao grupo PET - Programa de Educação Tutorial - Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Trata-se de uma iniciativa editorial sem fins lucrativos dedicada à produção e difusão de conhecimento no campo da Arquitetura e Urbanismo e áreas correlatas. Criada em 2015, a publicação possui periodicidade anual e é disponibilizada em formato digital na plataforma Open Journal Systems (OJS) do portal de periódicos científicos da universidade, estando registrada sob o ISSN 2763-9258. A revista tem como finalidade divulgar produções acadêmicas e culturais por meio de diferentes formatos de ensaio, incluindo textos científicos, ensaios gráficos e projetuais, além de registros visuais e experimentações vinculadas à reflexão sobre o espaço construído, a cidade e o território.

A proposta editorial da Tulha insere-se no campo mais amplo da comunicação científica, entendida como o processo por meio do qual resultados de pesquisas e reflexões acadêmicas são registrados e disseminados em publicações especializadas, permitindo sua circulação, validação e preservação no interior das comunidades científicas.

Historicamente, os periódicos científicos consolidaram-se como canais formais de comunicação do conhecimento, possibilitando a divulgação rápida e confiável de novos estudos e contribuindo para a construção coletiva do saber acadêmico (F ; C , 2008, p.171-173). A difusão de revistas científicas em formato eletrônico ampliou significativamente o acesso às informações e a circulação do conhecimento, ao permitir que os conteúdos sejam disponibilizados de forma simultânea a um número maior de leitores e com maior rapidez de disseminação (; C 2008, p.173). ,

A revista também dialoga com o movimento contemporâneo de acesso aberto ao conhecimento científico, que busca ampliar o acesso público à produção acadêmica por meio de publicações digitais. Conforme argumenta Mueller (2006, p.27), os periódicos científicos ocupam posição central no sistema de comunicação científica, pois funcionam como instrumentos de certificação do conhecimento por meio de processos de avaliação

e validação realizados pela própria comunidade acadêmica. Assim, iniciativas editoriais vinculadas às universidades contribuem para ampliar a visibilidade da produção científica e fortalecer a circulação do conhecimento, especialmente em contextos institucionais e regionais (, 2006, p. 36).

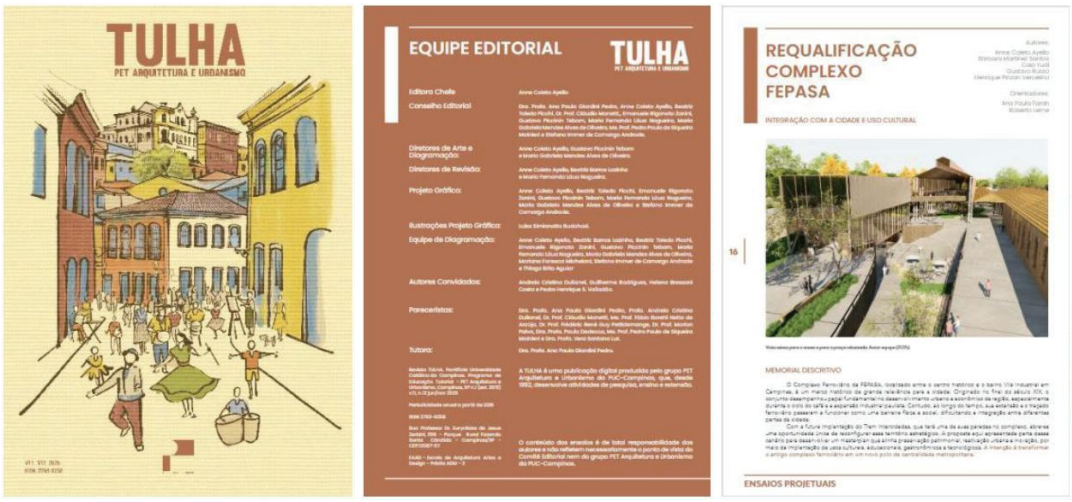
O processo de produção da Revista Tulha envolve a participação direta dos estudantes integrantes do grupo PET, organizados em diferentes funções editoriais. Inicialmente constitui-se um corpo editorial, no qual é designado um editor-chefe responsável por coordenar as etapas metodológicas e operacionais da publicação. Entre as primeiras atividades encontra-se a definição do eixo temático da edição anual, seguida da elaboração do edital de chamada para submissão de trabalhos.

As submissões são realizadas por meio da plataforma OJS e, após o encerramento do período de submissão, os trabalhos passam por processo de avaliação por pares em sistema duplo-cego, conduzido por profissionais convidados da área de Arquitetura e Urbanismo. Esse procedimento corresponde a uma etapa essencial do processo editorial científico, uma vez que a avaliação prévia por especialistas permanece como mecanismo central de legitimação e validação do conhecimento acadêmico (, 2006, p.35-36).

Posteriormente, os textos aprovados passam por etapas de revisão textual e ortográfico gramatical, seguidas do desenvolvimento do projeto gráfico e da diagramação da revista. Essas atividades são realizadas coletivamente pelos integrantes do PET, que desenvolvem competências relacionadas à editoração científica, à organização editorial e à produção gráfica. Ao final do processo, a edição é publicada na plataforma OJS do portal de periódicos da PUC-Campinas e divulgada por meio dos canais institucionais do grupo (PET - Arquitetura PUC-Campinas).

A denominação “Tulha” estabelece uma referência simbólica ao patrimônio histórico de Campinas, evocando o conjunto arquitetônico Casa Grande e Tulha, associado às antigas fazendas café do século XIX. A escolha do nome também constitui uma homenagem ao arquiteto, urbanista e professor Antônio da Costa Santos, cuja atuação acadêmica e política esteve vinculada à valorização do patrimônio histórico da cidade.

Em 2025 foi publicado o edital para o 12º volume da revista, que recebeu 30 submissões provenientes de estudantes, docentes e pesquisadores, das quais 16 foram selecionadas para publicação. A edição foi lançada em novembro de 2025, evidenciando a consolidação da Tulha como espaço de divulgação da produção acadêmica no campo da Arquitetura e Urbanismo. Para 2026 está prevista a publicação do 13º número da revista, dando continuidade ao processo editorial e ampliando a participação de autores de diferentes instituições.



Figuras 01, 02 e 03: Capa, ficha catalográfica e página de abertura de um dos trabalhos publicados. Todas as imagens extraídas do volume 12 da Revista Tulha publicada em 2025 (Fonte: PET-Arquitetura PUC-Campinas, 2025).

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Ana Gabriela Clipes; CAREGNATO, Sônia Elisa. **Editoração eletrônica de revistas científicas brasileiras: o uso do SEER/OJS.** TransInformação. Campinas: S. l.], v. 20, n. 2, 2008. Disponível em: https://periodicos.puccampinas.edu.br/transinfo/article/view/6256. Acessado em 06 de março de 2026.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **Comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento.** Ciência da Informação, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27–38, maio/ago. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/nGD3MkKfNxtjnnWshf3YVjP/?format=pdf&lang=pt Acessado em 07 março de 2026.

PET ARQUITETURA E URBANISMO – PUC-Campinas. Revista Tulha. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Disponível em: https://periodicos.puccampinas.edu.br/tulha acessado em 06 de março de 2026.

IC – INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A OFERTA RESIDENCIAL NO CENTRO DE CAMPINAS NOS ÚLTIMOS 15 ANOS: NOVOS PRODUTOS E NOVAS DEMANDAS?

Júlia Déo Lui[1]; Letícia Moreira Sígolo[2]

[1] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
e-mail: julia.dl2@puccampinas.edu.br

[2] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
e-mail: leticia.sigolo@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Oferta residencial; mercado imobiliário; centro de Campinas-SP.

As áreas centrais de Campinas têm passado por transformações socioespaciais impulsionadas pelo capital imobiliário, caracterizadas por verticalização, diversificação de produtos e valorização fundiária, especialmente em bairros como Cambuí e Centro. A atuação das construtoras segue parâmetros do zoneamento municipal, priorizando ZM4 e ZC4, que permitem maior densidade construtivo e, consequentemente, maior rentabilidade. A pesquisa analisa a oferta residencial dos últimos 15 anos, articulando regulação urbana, padrões construtivos e implicações socioespaciais para políticas urbanas voltadas às áreas centrais.

As áreas centrais de muitas grandes cidades brasileiras vêm passando por transformações significativas em suas dinâmicas socioespaciais, impulsionadas pela retomada e intensificação das atividades imobiliárias. As novas estratégias do capital imobiliário têm se apoiado nos atributos locacionais privilegiados dessas regiões como forma de potencializar o retorno financeiro dos investimentos, especialmente em um contexto no qual o setor se articula de maneira crescente com o mercado de capitais (CASTRO, SÍGOLO, 2022; AKAISHI, 2022).

O centro de Campinas constitui um espaço privilegiado para os estudos urbanos por concentrar processos complexos de produção do espaço, marcados por sucessivos ciclos de ocupação, esvaziamento, revalorização e disputas. Abriga uma sobreposição de temporalidades urbanas e arquitetônicas que refletem, simultaneamente, a vitalidade, as contradições e as tensões associadas ao desenvolvimento urbano capitalista (OLIVEIRA, 2012). O uso e a apropriação do solo central não apenas revelam a dinâmica socioeconômica local, mas também evidenciam as sucessivas intervenções que buscaram redefinir seu papel na região.

A heterogeneidade que caracteriza o centro de Campinas é constantemente tensionada pelo avanço de políticas de requalificação que, historicamente, oscilam entre propostas de recuperação patrimonial e programas de incentivo à produção imobiliária para estratos de maior renda. Schicchi (2006) alerta que compreender os usos e apropriações do solo central é fundamental para orientar intervenções urbanas para as demandas da cidade contemporânea, sem reproduzir desigualdades.

A partir dos anos 2000, o centro de Campinas avança em um novo ciclo, caracterizado pela intensificação da verticalização, substituição de edificações horizontais e diversificação de produtos, em articulação com mudanças na regulação urbana, investimentos e dinâmicas metropolitanas. Tais movimentos não podem ser compreendidos isoladamente, uma vez que o centro está inserido em um contexto metropolitano, de forte integração econômica.

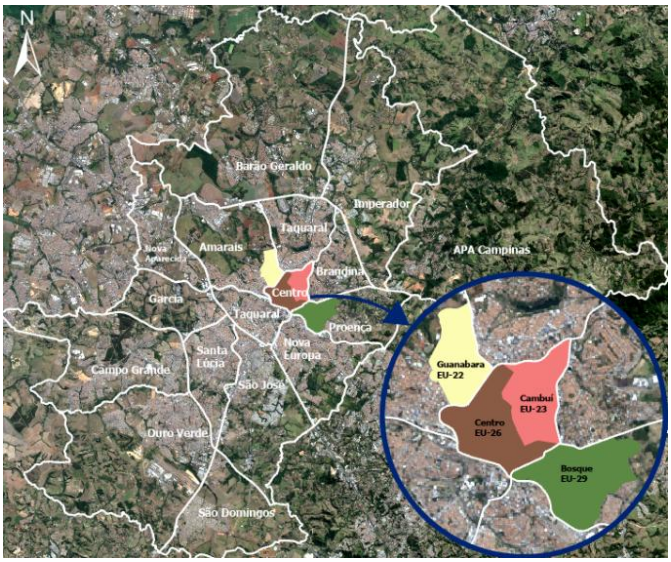


Figura 1 – Localização do Centro de Campinas-SP (Centro, Cambuí, Guanabara e Bosque). Fonte: Dados extraídos do Zoneamento do município de Campinas-SP - Lei Complementar n° 208 de 20 de dezembro de 2018. Elaboração de Julia Deo Lui (2025).

Ao analisar a oferta residencial nos bairros centrais (Centro, Cambuí, Bosque e Guanabara) nos últimos 15 anos, o Cambuí se destaca. Tradicionalmente associado a moradias de alto padrão, reúne atributos valorizados, como: proximidade ao centro histórico, ampla oferta de comércio e serviços e boa acessibilidade. No Centro, embora o número de lançamentos seja inferior ao do Cambuí, a atuação do mercado apresenta especificidades decorrentes da heterogeneidade de usos, da fragmentação fundiária, da presença de imóveis tombados e da coexistência de diferentes formas de habitação. Já nos bairros Bosque e Guanabara, apesar de integrarem a área central ampliada e possuírem infraestrutura consolidada, há menor incidência de novos empreendimentos, indicando atuação mais seletiva, condicionada pela disponibilidade fundiária e estratégias de rentabilidade dos agentes promotores.

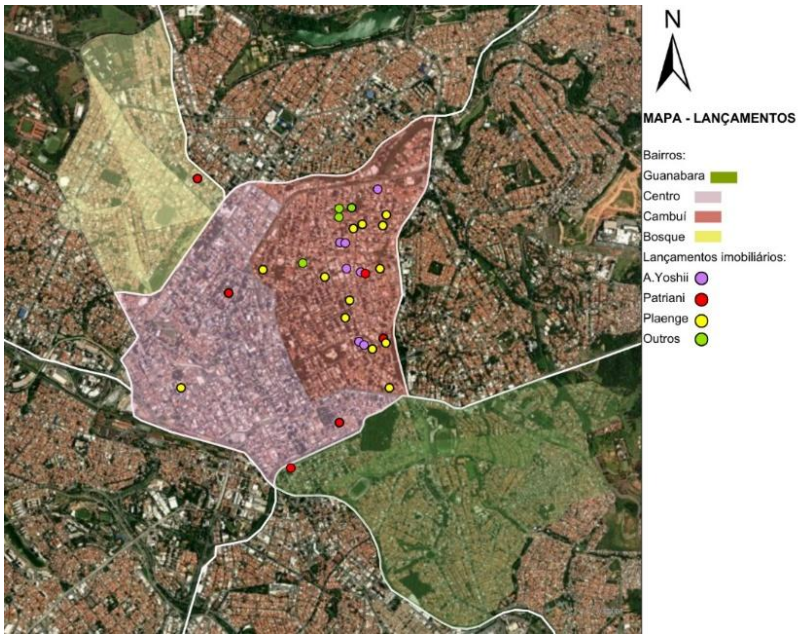


Figura 2 – Localização dos empreendimentos imobiliários residenciais por bairro e incorporadora. Fonte: Dados extraídos dos sites das Incorporadoras estudadas. Elaboração de Julia Déo Lui (2025).

Dos 27 empreendimentos identificados, evidencia-se a forte atuação das construtoras Patriani, Plaenge e A.Yoshii, responsáveis por 17 deles. O Cambuí, já destacado, concentra a maior parte dos investimentos e apresenta diversidade tipológica, de unidades compactas a produtos maiores, de médio e alto padrão. O Centro destaca-se pela produção de unidades menores e maior densidade por torre, enquanto Guanabara e Bosque registram menor volume de investimentos.

Quanto à localização dos empreendimentos, verifica-se forte concentração na Zona Mista 4 (ZM4), que permite coeficiente de aproveitamento (CA) máximo de 4 e admite habitação multifamiliar vertical (HMV) e uso misto (HCSEI). Esses parâmetros ampliam o potencial construtivo, possibilitando maior área a ser comercializada e diluição do custo do solo, maximizando o potencial de retorno financeiro dos investimentos. Situação semelhante ocorre na Zona de Centralidade 4 (ZC4), que também admite CA 4 e se beneficia da articulação entre adensamento e mobilidade em áreas estruturadas por eixos importantes.

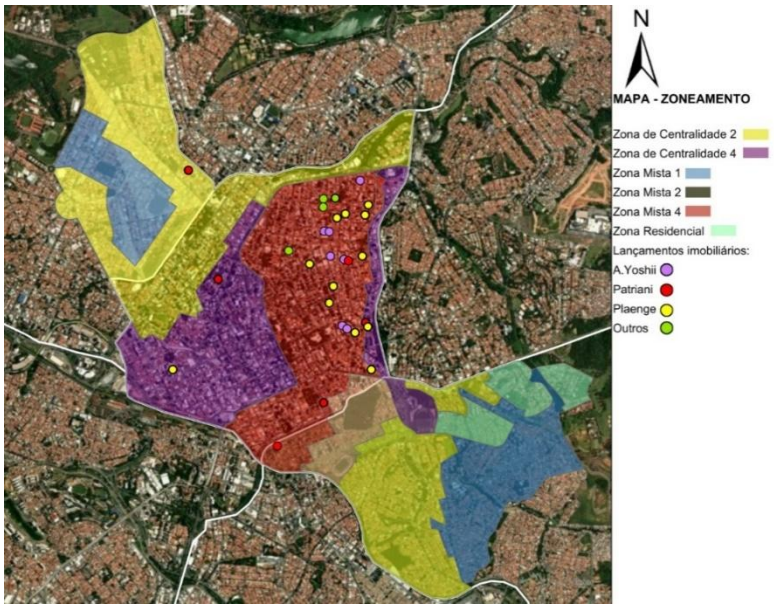


Figura 3 - Zoneamento vigente, Lei Complementar n° 208 de 20 de dezembro de 2018, com localização dos empreendimentos analisados Fonte: Dados extraídos do Zoneamento do município de Campinas-SP - Lei Complementar n° 208 de 20 de dezembro de 2018, e dos sites das Incorporadoras estudadas. Elaboração de Julia Deo Lui (2025).

O mercado imobiliário atua de maneira estratégica dentro dos parâmetros estabelecidos pelo zoneamento municipal, priorizando áreas que maximizam o potencial construtivo e, consequentemente, a rentabilidade dos negócios. A preferência pelas zonas ZM4 e ZC4 evidencia que o CA mais elevado, aliado à permissão para habitação multifamiliar vertical e uso misto, constitui fator determinante na escolha dos terrenos. Ao possibilitar maior área a ser comercializada e elevada densidade habitacional, essas zonas reduzem proporcionalmente o impacto do custo do solo urbano sobre o preço final das unidades, maximizando o potencial de retorno financeiro do investimento.

Assim, buscou analisar as dinâmicas da oferta imobiliária residencial no centro de Campinas nos últimos 15 anos, investigando os tipos e padrões dos novos empreendimentos, cotejados com a regulação urbana incidente. E, assim, contribuir para o debate acadêmico sobre políticas e projetos urbanos voltados a áreas centrais.

REFERÊNCIAS

AKAISHI, A. G. **A herança mercantil e os entraves dos imóveis ociosos no centro de São Paulo.** (Tese de Doutorado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2022.

CASTRO, C. M. P., SIGOLO, L. M. **A oferta residencial na retração imobiliária da metrópole paulistana nos anos 2000.** Cadernos Metrópole, v. 24, n. 53, pp. 225-255, jan/abr 2022.

GONÇALVES, Viviana Pereira; PINA, Silvia A. Mikami G. **Habitação e dinâmicas urbanas em áreas centrais: o caso de Campinas/SP.** Anais XVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, São Paulo, 2017.

_____. **O Centro de Campinas: habitação e ocupação do território 2000-2015.** In: Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades, v. 04, n. 28, 2016.

OLIVEIRA, M. R. S. **Intervenções Urbanas e Representações do Centro da Cidade de Campinas/SP: Convergências e Divergências.** Tese (Doutorado) Instituto de Geociências Universidade Estadual de Campinas, 2012.

PIRES, Maria Conceição Silvério; MARANDOLA JR., Eduardo. **Onde Morar? Qualidade de Vida e Mercado Imobiliária na Região Metropolitana de Campinas.** In: Anais XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Belém, PA, 2007.

SCHICCHI, M. C. **O estudo dos usos e da apropriação do solo como base para a definição do destino das áreas de requalificação urbana: o caso do centro de Campinas.** Oculum Ensaios: Revista de Arquitetura e Urbanismo, Campinas, n. 5, 2006. p. 52-67.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

ARQUITETURA, URBANISMO E COTIDIANO EM CAMPINAS DA DITADURA: O CASO DO PARQUE PORTUGAL (1970-1985)

Marina Budin Martins[1]; Paula Gorenstein Dedecca[2]

[1] Graduação em Arquitetura e Urbanismo Pontifícia Universidade Católica de Campinas marina.bm4@puccampinas.edu.br

[2] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Pontifícia Universidade Católica de Campinas paula.dedecca@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Campinas; Parque Portugal; Ditadura militar; Taquaral

A pesquisa tem como objetivo compreender o projeto, construção e o uso do Parque Portugal e de seus equipamentos entre 1970 e 1985, em Campinas. Dada a ausência de estudos acadêmicos sobre tal intervenção, fundamenta-se em pesquisa histórica baseada em documentação primária e revisão bibliográfica. Busca também entender o processo de urbanização de Campinas durante o regime militar e sua articulação com tal obra, colaborando com o debate sobre as transformações da paisagem em cidades médias brasileiras sob o contexto autoritário. Por fim, pretende-se contribuir com a análise da produção arquitetônica de Denis Roberto Castro Perez, Miguel Gilberto Pascoal, Renato Righetto e equipe.

Em uma área de 630 mil m², o Parque Portugal abriga hoje a popularmente conhecida Lagoa do Taquaral, contendo quadras, campos esportivos, ginásio, pistas de skates, parques infantis, pedalinhos, a caravela Anunciação, centros de luta, academias ao ar livre e a Concha Acústica. A Av. Dr. Heitor Penteado contorna o parque e é também espaço de esporte, circulação e convivência. Nas proximidades, encontra-se o Lago do Café, outro importante ponto turístico. Essas obras se concretizaram aos poucos, quase todas ao longo do regime militar, sendo esta a historicidade que a pesquisa busca resgatar pela análise documental histórica de reportagens publicadas na imprensa diária.

O Taquaral, bairro onde a obra está implantada, teve um desenvolvimento tardio se comparado aos outros do entorno, consolidando-se somente após a construção do Parque, devido aos novos investimentos públicos e privados na área. Essa interdependência é antiga e começou com a Fazenda Taquaral, uma das primeiras sesmarias de Campinas, lugar de cultivo de açúcar e café, quando o município era protagonista do interior paulista. Em 1946 e 1949, o município recebe a doação da área, primeiro por Joaquim Bento Alves Lima e depois pela Associação Agrícola de Educação e Assistência. É também em 1949, que se autoriza o uso público dos espaços de lazer a serem construídos, como vestiários, banheiros e casas de barcos. No ano seguinte, atribui-se o nome em homenagem à comunidade lusitana de Campinas (Xavier, 2007).



Figura 1: Registro da inauguração do Parque Portugal (1972).
Fonte: Revista Manchete, Edição 1163, 03 de agosto de 1974, pp.142

O parque foi inicialmente imaginado por Prestes Maia e efetivamente projetado por Denis Roberto Castro Perez com coautoria de Miguel Gilberto Pascoal e paisagismo de Renato Righetto. Mesmo com todas as questões jurídicas aprovadas, os investidores dispostos a implantar o empreendimento, e a Prefeitura apoiando a construção do complexo, será somente em 1971, sob a gestão do Prefeito Orestes Quércia, que se inicia a urbanização do local com a construção do kartódromo, das pistas de aeromodelismo, do balneário e das praças de esporte, como é apontado por Xavier (2007). No ano seguinte, o Parque é inaugurado, junto com sua mais famosa atração: a caravela Anunciação. Nos anos de 1980, recebe o rinque de patinação, o Instituto de Fisioterapia e o anúncio de construção do Planetário e Museu de Ciências – ponto de contato das novas universidades da cidade com a comunidade, projeto de Roberto Leme e Ricardo Badaró.



Figura 2: Caravela na inauguração do Parque (1972).
Fonte: Revista Manchete, Edição 1163, 03 de agosto de 1974, pp.143

O parque, desde o início, teve um uso popular, de livre lazer e contemplação, oferecendo eventos esportivos, culturais, religiosos, aulas gratuitas e celebrações de feriados, dos quais os mais comentados foram o Dia do Trabalho, Dia das Mães e 7 de setembro –que resultaram na criação de uma linha de ônibus ligando o centro ao local nos domingos. A partir de 1979, a progressiva abertura política se reflete no uso do parque, tornando-o ponto de greves, como a dos sindicatos de Campinas contra o pretendido aumento das passagens; a Assembleia do Povo, movimento da periferia para trazer reivindicações de infraestrutura pública nos bairros; ou as comemorações do Dia do Trabalho, na Concha Acústica, condenando as ações do governo e de empresários na greve do ABC paulista. Em 1980, como reação aos movimentos da oposição, os militares organizam a Semana do Exército, com a exposição de armas, tanques e carros – evento amplamente noticiado pela mídia sob um olhar ufanista.

Em 1984, as greves se intensificam – tal como quando a Concha Acústica reuniu cerca de 12 mil pessoas pelas Diretas-já. Em 1985, o clima do Parque Portugal volta a ser mais lúdico, com eventos variados como uma prova para caiaques e uma exposição de carros antigos. Vale mencionar o contraponto percebido com outro grande parque do estado – o Ibirapuera na cidade de São Paulo – que, ao longo da ditadura, manteve seus espaços sob controle contra o uso livre, sendo somente aberto ao uso público ao fim da ditadura (Baroni, 2007; Curi, 2017). Trata-se de fato interessante, que ilumina como os espaços públicos foram utilizados de maneiras variadas, a despeito do rigor autoritário, com respostas sociais distintas.

REFERÊNCIAS

BARONE, Ana Cláudia Castilho. **Ibirapuera**: parque metropolitano (1926-1954). 2007. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CURI, Fernanda Araujo. **Ibirapuera, metáfora urbana**: o público/privado em São Paulo (1954-2017). 2017. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

XAVIER, Milton Cesar. **A formação do bairro Taquaral em Campinas (SP) e sua consolidação como subcentro**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

ARQUITETURA, URBANISMO E COTIDIANO EM CAMPINAS NA DITADURA: O CASO DA AVENIDA AQUIDABÃ (1973-1985)

Helena Sartorel[1]; Paula Gorenstein Dedecca[2]

[1] Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
helena.s1@puccampinas.edu.br

[2] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
paula.dedecca@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Campinas; ditadura; infraestrutura viária; modernização urbana; demolições.

A pesquisa investiga o processo de projeto, construção e uso da transformação da Rua Aquidabã em avenida e via expressa, em Campinas, entre 1973 e 1985, durante o regime militar. Busca compreender a intervenção como parte das transformações urbanas promovidas pelo Estado durante a consolidação metropolitana da cidade. Fundamenta-se no entendimento de que, durante a ditadura, sob o signo do desenvolvimentismo e do "milagre econômico", o forte investimento em infraestrutura viária foi frequentemente acompanhado de demolições, desapropriações e reconfigurações do tecido urbano.

O caso da Aquidabã foi a maior desapropriação já realizada na cidade até então, inserida em um plano mais amplo de vias expressas. Trata-se de evento ainda pouco abordado pela historiografia. A metodologia baseia-se em pesquisa histórica com base documental. Ao longo da primeira etapa da pesquisa, um conjunto de fotos da obra, sob a guarda do Centro de Memória da Unicamp, se tornou material imprescindível para a discussão proposta. A pesquisa realizada no Arquivo Municipal de Campinas, bem na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, também trouxe resultados documentais relevantes.

A avenida foi projetada e construída a partir dos anos 1970, e finalizada em meados de 1980. Tinha como intuito declarado facilitar a locomoção de automóveis, mas sob tal discurso estava implicado o interesse econômico de remodelação da região. Trata-se uma grande obra rodoviária, que liga o centro ao sul da cidade, mais especificamente a Avenida Anhanguera, então principal eixo de conexão com São Paulo. O projeto tem ligação importante com o Plano de Melhoramentos Urbanos, desenvolvido entre 1930 e 1960 por Francisco Prestes Maia. Desde então, a lógica de valorização do transporte individual norteou os planos urbanos para a cidade, resultando em grandes projetos de alargamento e aberturas de avenidas e vias expressas, incluindo a Aquidabã – tal como na proposta do Plano de Desenvolvimento Integrado (PPDI, 1971).



Figura 1 - Vista aérea da Avenida Aquidabã após alargamento e construção da via expressa, 1980. Fonte: Cedoc/Campinas.

A obra em questão também se insere em um momento relevante da urbanização de Campinas, marcado pelo rápido crescimento no contexto da desconcentração industrial paulista, no qual a cidade consolida-se como polo estratégico de atração econômica e populacional no interior do estado. Tal crescimento acelerado ajudou a intensificar a segregação espacial do município, na qual o progresso econômico coexistia com, e muitas vezes aprofundava, problemas sociais e urbanos, especificamente em relação à pressão sobre a infraestrutura existente e a fragmentação do tecido urbano.

A nova avenida deve ser analisada também como uma intervenção relevante na paisagem urbana, tendo em vista a quantidade expressiva de desapropriações e de demolições para sua construção. Um processo conduzido por decisões políticas, por vezes muito pouco técnicas, que teve impactos profundos sobre os moradores, muitas vezes deslocados sem consulta pública, característica recorrente das intervenções urbanas realizadas sob o regime autoritário. Esta paisagem, antes composta majoritariamente por casas, alguns poucos comércios e ruas estreitas de paralelepípedo, foi substituída pela avenida como cicatriz e por uma ocupação mais agitada, mais verticalizada e mais comercial.



Figura 2 - Vista parcial do cruzamento entre as avenidas Aquidabã e Francisco Glicério, com escombros dos imóveis demolidos para a remodelação da avenida. Fonte: Aristides Pedro da Silva (1975). Arquivo do CMU.



Figura 3 - Cruzamento entre a Rua Barão de Jaguara e a Avenida Aquidabã, com escombros do "Ciro's Bar". À direita, observa-se parte do Patronato São Francisco e do Largo do Pará. Fonte: Aristides Pedro da Silva (1975). Arquivo do CMU.

A avenida era imagem de modernização da cidade, em pleno acordo com os discursos desenvolvimentistas, já desfeitos de suas perspectivas progressistas e alinhados a uma característica conservadora e autoritária. Na realidade, rompeu a articulação histórica de bairros, desarticulou áreas consolidadas e reforçou processos de segregação. A transformação da Rua Aquidabã entre 1970 e 1985 constitui um marco significativo da urbanização de Campinas, evidenciando como as escolhas de planejamento urbano daquele período refletiam não apenas demandas técnicas de mobilidade, mas um projeto político e ideológico mais amplo. Ao privilegiar o automóvel, as vias expressas e a lógica da circulação rápida, o poder público redefiniu a paisagem urbana e as dinâmicas sociais do entorno, deixando marcas duradouras na cidade.

REFERÊNCIAS

BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. **Campinas, o despontar da modernidade.** Campinas: CEAP/PUCCAMP, 1996.

BERNARDINI, Sidney Piochi. **O planejamento da expansão urbana na interface com a urbanização dispersa: uma análise sobre a região metropolitana de Campinas (1970-2006).** Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 10, n. 1, p. 172-185, 2018.

FLORENCE, Luiz Ricardo Araujo. **Arquitetura e autopia: infraestrutura rodoviária em São Paulo-1952-1972.** Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021. Tese de doutorado.

RODRIGUES, Fabíola. **A invenção da cidade: população e planejamento urbano, imaginário e poder na formação urbana de Campinas (1930-2006).** Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008. Dissertação de mestrado.

ROXO, Rafael. **A formação urbana de Campinas (SP): de pouso à margem do caminho do ouro a lugar mundial.** *Geosul*, Florianópolis, v. 35, n. 74, p. 38-63, jan./abr. 2020.

CAMPINAS NA DITADURA: O CASO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA CULTURAL CARLOS GOMES (1967-1985)

Maria Eduarda Negrucci Euphrosino[1]; Paula Gorenstein Dedecca[2]

[1] Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Maria.ene@puccampinas.edu.br

[2] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
paula.dedecca@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Centro de Convivência Cultura; Campinas; Fábio Penteado

A pesquisa tem como objeto o Centro de Convivência Cultural Carlos Gomes. O projeto foi encomendado em 1967 ao arquiteto Fábio Penteado, pelo prefeito de Campinas, Ruy Hellmeister Novaes (Gestão 1964–1969), para responder ao descontentamento público com a demolição do único equipamento cultural da cidade, o Teatro Municipal, em 1965. A escolha de Penteado estava relacionada com uma comissão prévia, a do Teatro Ópera, não construído, resultado de concurso e que seria implantado no bairro do Taquaral.

A intervenção arquitetônica e urbanística é analisada a partir do contexto político da ditadura militar, buscando compreender as transformações na paisagem urbana promovidas pelo Estado e o papel do projeto para a demonstração à população das benfeitorias promovidas pelo governo vigente em pleno "milagre econômico". Campinas, naquele momento, vivenciava um acelerado processo de expansão territorial e de adensamento populacional e, a despeito das imensas desigualdades, buscava consolidar a imagem de modernização exemplar no cenário brasileiro.

Considerando a historiografia existente sobre o projeto, pretende-se contribuir com novos entendimentos acerca de suas etapas de construção e pós-ocupação, a partir da análise de registros documentais coletados no Arquivo Municipal de Campinas, do Centro de Memória da Unicamp, do Arquivo do Estado de São Paulo e da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A obra, iniciada em 1967, foi interrompida com a posse de Orestes Quércia (Gestão 1969–1973), sendo retomada apenas por Lauro Péricles Gonçalves (Gestão 1973–1977), quando parte da estrutura se encontrava comprometida em razão da exposição às intempéries. A retomada era motivada pela recepção pública positiva do Teatro José de Castro Mendes – inaugurado em 1970 – e pela crítica ao prejuízo sociocultural decorrente da paralisação da obra.

O projeto consiste em quatro blocos de concreto aparente, com dimensões variadas, separados conforme seus usos distintos, porém interligados um metro abaixo do nível do solo. No nível da praça, encontra-se um teatro de arena, caracterizado por arquibancadas em planta em forma de leque, dispostas ao redor de uma área central destinada às manifestações culturais. Sob essas arquibancadas, encontram-se os teatros fechados. O projeto conta com uma galeria de exposição circular aberta à circulação livre. No lado oeste da praça, observa-se a presença de uma massa vegetal, enquanto no lado leste estavam previstas dunas artificiais, estrategicamente posicionadas como elementos acústicos – elementos não executados.

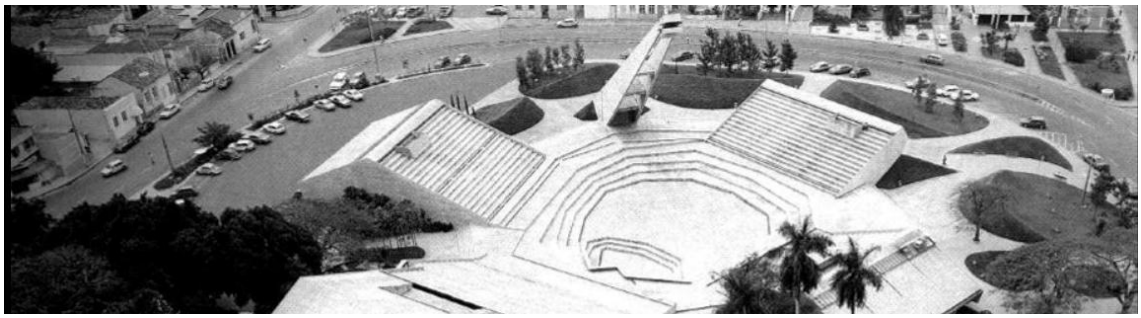


Figura 1 – O CCC e seu entorno residencial. Fonte: Fábio Penteado: Ensaios de Arquitetura (1998).



Figura 3 – O CCC e seu entorno após o processo de verticalização. Fonte: Cândido Mariano Gomes Cintra (2012).

A implantação do Teatro se deu em duas quadras, anteriormente separadas pela Avenida Júlio de Mesquita. O entorno era caracterizado predominantemente por edificações horizontais, visto que Campinas encontrava-se em processo inicial de verticalização (Figura 1). O projeto previa que os imóveis lindeiros seguissem a lei de zoneamento vigente, que estabelecia o limite de edifícios com até oito pavimentos e térreos em forma de *loggias* — áreas livres cobertas destinadas à circulação pública e à instalação de equipamentos culturais e comerciais. Diretrizes que não foram respeitadas, o que comprometeu a complementaridade urbana prevista pelo projeto original (Figura 3).

O projeto, em sua gênese, enfrenta um paradoxo. O conjunto foi concebido como espaço aberto ao encontro e à integração entre diferentes camadas sociais, sendo apresentado pelo arquiteto como obra aberta. Trata-se, portanto, de espaço de convívio que favoreceria o fluxo contínuo da população e o contato direto com a cultura – um discurso com caráter político dissociado das reais condições de reunião popular durante o regime militar. Um discurso coerente com as obras anteriores de Penteado, que nesse momento já era arquiteto que gozava de grande legitimidade no meio profissional, e em cujos projetos observa-se a preocupação com a generosidade dos espaços abertos de encontro, a fluidez entre ambientes internos e a integração entre programa arquitetônico e paisagem urbana.



GIUSFREDO SANTINI
Diretor-Presidente
ROBERTO MÁRIO SANTINI
Diretor-Superintendente

A TRIBUNA

Propriedade de "A Tribuna" de Santos - Jornal e Editora Ltda

M. NASCIMENTO JUNIOR
(Diretor 1909-1959)

Ano XC — Santos, sábado, 9 de julho de 1983 — Número 106

II Exército inicia a prontidão

Telefoto AE

As tropas do II Exército entraram em regime de prontidão a partir das 13 horas de ontem, após encontro entre o general Sérgio Pires e o governador Franco Montoro, no qual foram discutidos detalhes da greve no setor de produção de petróleo e dos metalúrgicos do ABC. À tarde, enquanto os empregados da Refinaria do Vale do Paraíba voltavam ao trabalho protegidos por um acordo garantindo que os grevistas não serão punidos, o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, decretava intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e no dos Trabalhadores em Petróleo da Bahia. No ABC, os operários promoveram manifestações durante parte do dia, obrigando a Polícia Militar a intervir em sucessivos tumultos, resultando em prisões e várias pessoas feridas, não se registrando, porém, nenhuma vítima fatal. O presidente da Petrobrás, Shigeaki Ueki, reuniu-se no início da noite com o secretário da Segurança Pública para agradecer o esforço da polícia no sentido da manutenção da ordem, da proteção das refinarias e dos operários que querem trabalhar, mas não podem fazê-lo, devido à ação dos piquetes de greve. Disse, na ocasião, que já passou a fase de apelos aos funcionários: "Estamos dando uma ordem para que voltem ao trabalho, pois, infelizmente, os que não atenderem a esta determinação terão que ser dispensados". Ainda em São Paulo, funcionários do Banco do Brasil insistem na greve, que prometem deflagrar na próxima terça-feira.

(Páginas 10 e 11)

Juros tabelados em estudo, para

Jacó Bittar fala aos trabalhadores petroleiros reunidos no Centro de Convivência Cultural de Campinas

Figura 4 – Assembleia dos proletariados no Centro de Convivência Cultural. Fonte: A Tribuna (SP) (1983, 1).

Na pesquisa, que se encontra em desenvolvimento, as atividades que ocorreram no espaço a partir da sua inauguração, em 1976, estão sendo sistematizadas. Destaca-se, além de programas de entretenimento como exposições e oficinas infantis, o local foi reconhecido, nos anos que acenavam para a redemocratização do país, como espaço de manifestação política, com, por exemplo, assembleias do movimento operário (Figura 4) e o "Concerto-Comício", de Benito Juarez, que buscava resgatar os direitos civis (Figura 5).

REFERÊNCIAS

CONCERTO - comício por eleições diretas, já. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1984, n. 10634, p. 5.

CULTURA: uma tradição campineira revalorizada. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 1274, p. 152, 1976.

PENTEADO, Fábio. Fábio Penteado: ensaios de arquitetura. São Paulo, Empresa das Artes, 1998a.

GOMES, Valderez. Fábio: Aqui Vivia castro Mendes. **Correio Popular**, Campinas, 05 jul. 1977, p.18

II EXÉRCITO inicia a prontidão. **A Tribuna**, São Paulo, 09 jul. 1983, n. 00105, p. 18.
TREVISAN, Ricardo. **Centro de Convivência Cultural:** um olhar sobre a arquitetura de Fábio Penteado. Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo - Programa de pós-graduação do departamento de arquitetura e urbanismo EESC-USP. São Carlos, 2010.

ÍNDICE DE JUSTIÇA AMBIENTAL URBANA (IJAU) COMO FERRAMENTA DE LEITURA E ANÁLISE ESPACIALIZADAS DOS CONDICIONANTES SOCIAMBIENTAIS DA MICROBACIA HIDROGRÁFICA ANHUMAS NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS-SP

Isabelly Araujo do Rozario1; Felipe da Motta Bueno2; Letícia Moreira Sígolo[3]

[1] Graduação em Arquitetura e Urbanismo Pontifícia Universidade Católica de Campinas isabelly.ar@puccampinas.edu.br

[2] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Pontifícia Universidade Católica de Campinas felipemottabueno@gmail.com

[3] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Pontifícia Universidade Católica de Campinas leticia.sigolo@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: justiça ambiental; bacias hidrográficas; sustentabilidade urbana; Campinas-SP.

O desafio das cidades contemporâneas é alcançar formas mais sustentáveis de produção e reprodução da vida, diante da intensificação da crise ambiental e das desigualdades socioespaciais. Nesse contexto, a justiça ambiental evidencia que parcelas da população mais vulneráveis são as mais afetadas por danos e riscos ambientais. A pesquisa analisa a Microbacia Hidrográfica do Anhumas, em Campinas-SP, sistematizando dados socioambientais para subsidiar a construção de um Índice de Justiça Ambiental Urbana voltado à formulação de políticas públicas de base territorial integradas.

O dilema da maioria das cidades no mundo contemporâneo tem sido alcançar um modo de produção e reprodução da vida que seja mais sustentável que o praticado na atualidade. A importância da cidade reside no fato de concentrar mais de 80% da população mundial, ou seja, é nela onde a vida humana mais se reproduz. As cidades têm sido atravessadas pelos impactos danosos dos cada vez mais frequentes extremos climáticos, na esteira de uma profunda crise ambiental marcada pelo esgotamento de recursos naturais, produção desenfreada de resíduos sólidos e utilização sem controle e discernimento de produtos químicos, resultando em condições, além de insustentáveis, extremamente hostis à vida e que não atingem de forma equitativa as distintas parcelas da população, reservando às mais vulneráveis os maiores danos (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009; COOK; SWYNGEDOUW, 2014).

O conceito da Justiça Ambiental surge justamente para evidenciar que são as parcelas mais vulneráveis as mais atingidas pelos desastres ambientais, as que mais demoram a se

recuperar e as menos atendidas pelo Estado. Além disso, estudos como o Mapeamento da justiça ambiental e do racismo ambiental na bacia do córrego do Morro do "S", São Paulo/SP (2018) demonstraram que infraestruturas não desejáveis, que geram grandes incomodidades e comprometimento da qualidade de vida, como estação de tratamento de esgoto e aterros sanitários ou lixões, têm sido, muitas vezes, implantadas nas proximidades de assentamentos de grupos mais vulnerabilizados, piorando ainda mais sua condição de vida (MORATO, MACHADO E MARTINES, 2018).

As cidades brasileiras são caracterizadas por abissais desigualdades socioespaciais. Parte delas teve os cursos d'água como elemento estruturador de sua fundação e expansão. Tais características, somadas à não preservação ambiental e à uma expansão urbana ambientalmente predatória e socialmente excludente, resultaram em uma intensa ocupação de áreas ambientalmente frágeis, carentes de infraestrutura e de serviços urbanos. Um processo de urbanização desigual que condenou uma parcela significativa da população a vivenciar cotidianamente a injustiça ambiental, que assume contornos ainda mais severos em tempos de emergência climática (MORATO, MACHADO E MARTINES, 2018; ACSELRAD, MELLO E BEZERRA, 2009).

No município de Campinas, no interior do estado de São Paulo, diversos episódios de inundação concentram-se nas áreas mais urbanizadas. Grande parte do crescimento urbano ocorreu acompanhando os leitos de rios que, ao longo do tempo, foram canalizados, tamponados ou ocupados, aumentando os riscos ambientais.

Nesse contexto, as bacias hidrográficas constituem importantes unidades territoriais de análise e planejamento, especialmente diante da crescente necessidade de gestão adequada dos recursos hídricos (SILVEIRA, 2012). Nesta perspectiva, destaca-se o estudo "Mapeamento da justiça ambiental e do racismo ambiental na bacia do Córrego do Morro do 'S', São Paulo/SP", desenvolvido em 2018, que analisou a distribuição espacial da qualidade ambiental urbana, considerando serviços públicos, infraestrutura e renda, em conjunto com a composição e os tipos de famílias presentes no entorno da bacia hidrográfica do Córrego do Morro do "S", na zona sul de São Paulo. A pesquisa fundamentou-se no conceito de justiça ambiental, desenvolvendo um índice para auxiliar a formulação de políticas públicas de base territorial, e ainda ampliar a atenção voltada para essa localidade.

Nesse sentido, a presente pesquisa adota como recorte territorial a Microbacia Hidrográfica do Anhumas, localizada no município de Campinas-SP, e se dedica à sistematização e espacialização de dados geomorfológicos, ambientais, socioeconômicos, urbanísticos e habitacionais, para leitura e análise dos problemas ambientais presentes neste recorte territorial, com vistas a subsidiar a formulação de um Índice de Justiça Ambiental Urbana (IJAU), em desenvolvimento no âmbito da pesquisa de doutorado Índice de Justiça Ambiental Urbana por microbacias hidrográficas: uma abordagem para definição de diretrizes e estabelecimento de ações prioritárias. Obtidos em bases oficiais da Prefeitura Municipal de Campinas, nos repositórios GeoSeade e Portal de Mapas do IBGE, os dados, agregados por setor censitário, foram espacializados nos mapas a

seguir

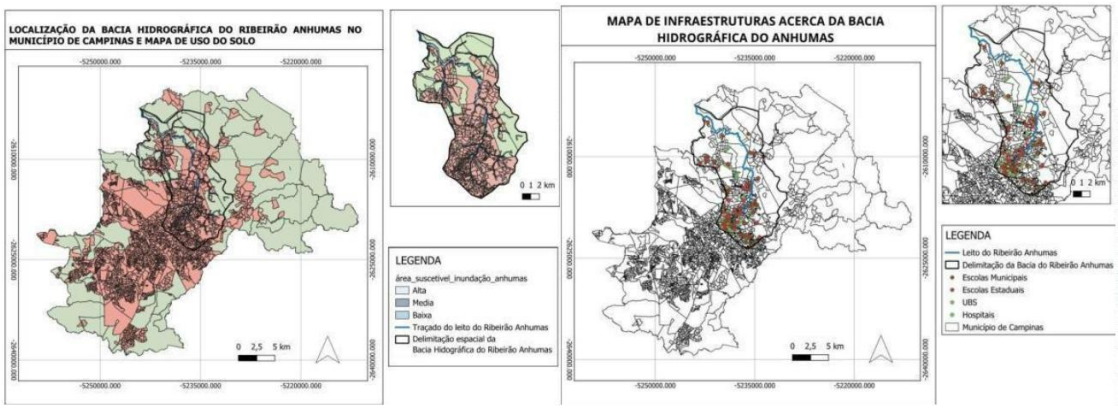


Figura 1: Uso do solo, comparação da situação urbana e rural e delimitação da Microbacia do Anhumas. Fonte: Dados Extraídos Prefeitura Municipal de Campinas. Elaboração de Isabelly Araujo do Rozário; Figura 2: Localização de infraestruturas públicas. Fonte: Dados extraídos Prefeitura Municipal de Campinas. Elaboração de Isabelly Araujo do Rozário.

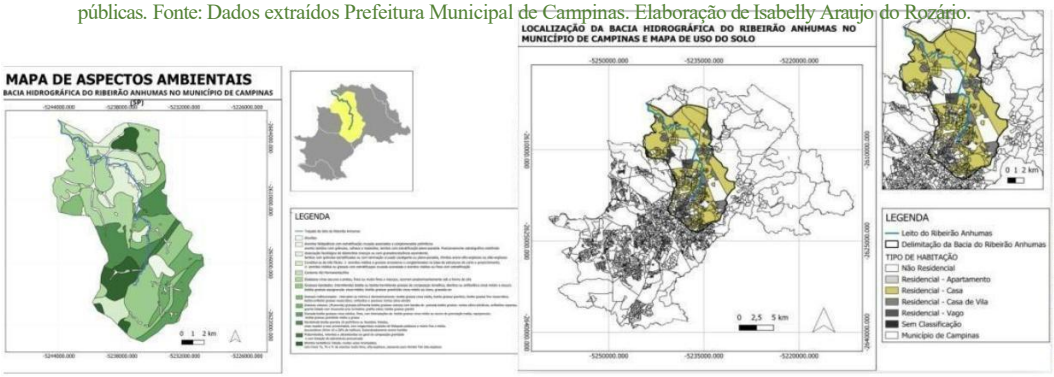


Figura 3: Mapa de aspectos ambientais acerca da Bacia do Ribeirão Anhumas. Fonte: Dados extraídos Prefeitura Municipal de Campinas. Elaboração de Isabelly Araujo do Rozário; Figura 4: Mapa de uso do solo, tipologias habitacionais. Fonte: Dados Extraídos Prefeitura Municipal de Campinas. Elaboração de Isabelly Araujo do Rozário.

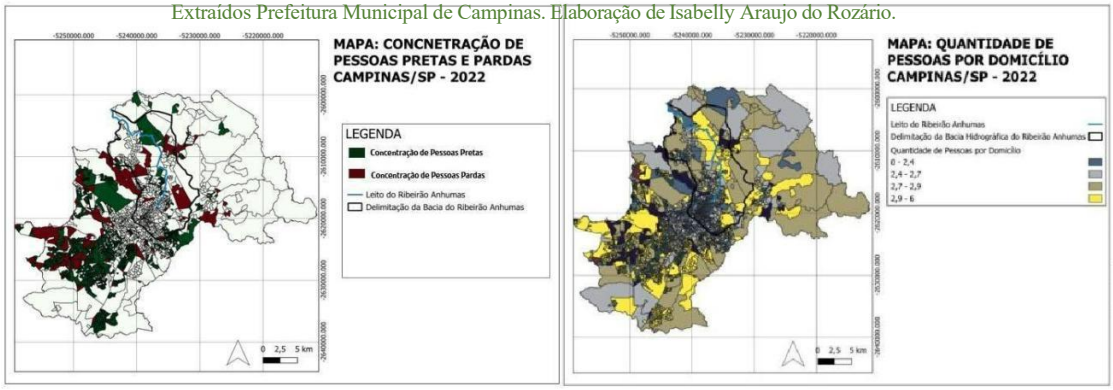


Figura 6: Concentração de pessoas pretas e pardas. Fonte :Dados extraídos IBGE/Censo 2022. Elaboração de Isabelly Araujo do Rozário. Figura 5 Quantidade de pessoas por domicílio. Fonte: Dados extraídos IBGE/Censo2022.ElaboraçãodeIsabelly Araujo do

A produção cartográfica acima apresenta-se como ferramenta importante para leitura e análise das injustiças ambientais presentes no recorte espacial investigado. Além disso, permite uma comunicação mais direta com a sociedade, posto que "a criação de cartogramas possibilita a ordenação hierárquica de diferentes territórios segundo uma métrica comum, aplicada a diversas dimensões" (COSTA et al., 2018). Deste modo, alinha-se ao objetivo de construção de um Indice de Justiça Ambiental Urbana que auxilie a formulação de políticas públicas de base territorial integradas e a tomada de decisão sobre ações prioritárias frente à urgência climática.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, v. 5, p. 49–60, 2002.

ARRUDA FILHO, Marcos Tavares de. Justiça climática e políticas públicas em contexto de vulnerabilidade socioambiental: estudo de caso da cidade de Recife, Pernambuco. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Instituto de Energia e Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. São Paulo, 2025.

DAMASCENO, Lorenna Lorrayne Bittencourt. Análise da qualidade ambiental urbana da cidade de Uberlândia (MG) a partir de indicadores socioambientais. Dissertação (Mestrado em Geografia e Gestão do Território) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012.

MARQUES, Mara Lúcia; CORÉGIO SILVA, Maurício; CAMARGO, Danilo Mangaba. Análise espacial da vulnerabilidade socioambiental no município de Campinas, São Paulo. Revista Brasileira de Cartografia. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Cartografia, v. 69, n. 9, p. 1857–1870, 2017.

MIGLIOLI, Aline Marcondes. Urbanização e desigualdade ambiental em Campinas (anos 2010): um estudo exploratório. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, 2013.

MORATO, Rúbia Gomes; MACHADO, Reinaldo Paul Pérez; MARTINES, Marcos Roberto. Mapeamento da justiça ambiental e racismo ambiental na bacia do córrego do Morro do "S", São Paulo/SP. Geoambiente On-line. Goiânia: Universidade Federal de Jataí, n. 30, 2018.

PESSÔA, Vinícius Marques Müller; CECAGNO, Camila Frandi; CAMARGO, Danilo Mangaba de; MARQUES, Mara Lúcia. Contribuição de aspectos naturais e antropogênicos para análise do perigo à inundação em Campinas-SP. Revista Brasileira de Cartografia. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, v. 74, n. 1, p. 100–121, 2022.

SILVA, Julia Lopes da. Crônica de uma seca anunciada: a crise hídrica em Campinas-SP e seus impactos sobre as populações das bacias hidrográficas do Ribeirão Anhumas e do Rio Capivari (2012–2016). Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Campinas, 2017.

SILVEIRA, Aline Ferreira. Sustentabilidade e vivências: construção de metodologia para análise do meio ambiente urbano na bacia hidrográfica do Ribeirão Anhumas, Campinas SP. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Campinas, 2012.

MORFOGÊNESE E FORMA URBANA DE UMA PEQUENA CIDADE SUL MINEIRA NA REGIÃO OESTE DO RIO SAPUCAÍ

Pedro Fernandes Prado Cardoso[1]; Renata Baesso Pereira[2]

[1] Aluno de Graduação em Arquitetura e Urbanismo Pontifícia Universidade Católica de Campinas
pedro.fpc@puccampinas.edu.br

[2] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Pontifícia Universidade Católica de Campinas
renata.baesso@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Rede Urbana; Morfologia Urbana; Pequena Cidade; Morfogênese.

INTRODUÇÃO

A origem da atual cidade de Silvianópolis (MG), antiga Santana do Sapucaí, está diretamente ligada ao avanço dos paulistas rumo às áreas mineradoras na região do vale do Rio Sapucaí e às disputas entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais, em meados do século XVIII. Descobertos nessa região foram relatados, em 1745, pelo português Francisco Martins de Lustosa ao governador de São Paulo, Dom Luís de Mascarenhas, que o nomeou Guarda-Mor das minas de Santana do Sapucaí e de Ouro Fino, vinculando o território à vila de Santana das Cruzes do Mogi (atual Mogi das Cruzes, SP) (Salgado; Pereira, 2017, p. 228-229).

Assim, Santana do Sapucaí surgiu como fruto de uma disputa de fronteira, em que os paulistas buscavam expandir sua jurisdição pela fundação de arraiais e freguesias, enquanto as autoridades mineiras, apoiadas pela Coroa, garantiam a anexação dos territórios à capitania de Minas. O caso exemplifica como a criação de vilas, freguesias e arraiais era utilizada como estratégia de afirmação política e administrativa no interior da colônia, refletindo a complexa sobreposição entre os poderes civil e eclesiástico no processo de definição dos limites entre São Paulo e Minas Gerais (Salgado; Pereira, 2017).

A análise morfológica da cidade de Silvianópolis/MG, antiga Santana do Sapucaí, tem como base inicial a cartografia municipal produzida em 1939, que representava os limites territoriais, as vias e ferrovias existentes à época, bem como a localização da sede urbana e de povoados vizinhos. Com base na importância histórica e morfológica desse documento, iniciou-se um processo de georreferenciamento da base cartográfica no software ArcGIS, com o objetivo de utilizar esse mapa como ponto de partida para o estudo da evolução espacial de Silvianópolis. Este processo constituiu etapa fundamental

para delimitar a espacialidade do núcleo urbano histórico, de forma que a sobreposição da planta às bases geográficas atuais oferece subsídios essenciais para a reconstrução evolutiva da paisagem urbana silvianopolitana.

JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa de Iniciação Científica sobre Silvianópolis, antiga Santana do Sapucaí, se justifica pela relevância de aplicar métodos de estudos de morfologia urbana para compreender como a configuração espacial da cidade expressa sua origem, ligada aos conflitos de jurisdição entre as capitanias de Minas Gerais e São Paulo e à abertura de caminhos e rotas para a ocupação do território. Assim como demonstraram Almeida e Pereira (2018) no estudo de caso de Cabo Verde, outra freguesia que se origina de maneira semelhante, a análise da forma urbana, do traçado das ruas, da localização da igreja matriz, da organização dos largos e da permanência de estruturas fundacionais pode revelar dimensões históricas que não estão plenamente documentadas nas fontes escritas.

OBJETIVO

Este projeto de Iniciação Científica tem como objetivo geral estudar a morfogênese e a forma urbana de Silvianópolis, uma pequena cidade sul mineira, localizada na região oeste do Rio Sapucaí. Embora tenha se originado em meados do século XVIII, como arraial de mineração, essa pequena cidade, atualmente com pouco mais de 6.000 habitantes (IBGE, 2022), não se inscreve nos estudos especializados sobre o patrimônio arquitetônico e urbano das cidades mineiras.

MÉTODO

A presente pesquisa parte da proposta de empregar métodos dos estudos de morfologia urbana para investigar a morfogênese dessa cidade, a partir das rotas de ocupação do território e do estabelecimento de uma rede urbana. Além disso, o enquadramento desse estudo de caso nos modos luso-brasileiros de fundar cidades, na segunda metade do século XVIII. Como materiais, foram utilizados documentos históricos e cartografia. A metodologia prevê o georeferrenciamento relativo da cartografia histórica para embasar as análises. A análise da forma urbana, do traçado das ruas, da localização da igreja matriz, da organização dos largos e da permanência de estruturas fundacionais pode revelar dimensões históricas que não estão plenamente documentadas nas fontes escritas. Espera-se que os resultados dessa investigação contribuam para elucidar a permanência de determinados elementos da forma urbana da cidade em questão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carolina Farnetani de. **A rede urbana a oeste do Rio Sapucaí em meados do século XVIII até 1833: conflito entre as capitanias, províncias e bispados de Minas Gerais e São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2019.

ALMEIDA, Carolina Farnetani de; PEREIRA, Renata Baesso. **A rede urbana no oeste do rio Sapucaí na 2ª metade do século XVIII: Cabo Verde: arraial, freguesia e vila.** Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, v. 10, n. 1, p. 131-159, jan./mai. 2018. DOI: 10.20396/urbana.v10i1.8651121.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Silvianópolis (MG): histórico.** In: IBGE. Cidades e Estados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/silvianopolis/historico. Acesso em: 8 mar. 2026.

SALGADO, Ivone; PEREIRA, R. Baesso. **A formação da rede urbana como estratégia de definição da fronteira entre as Capitanias de Minas Gerais e de São Paulo na segunda metade do século XVIII.** Labor & Engenho. Campinas: v.11, n.3, pp. 218-241, jul./set. 2017.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONSTRUÇÃO DO LUGAR: MÉTODOS E PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E COMUNITÁRIO PARA LOTEAMENTO RESIDENCIAL EM FRANCA-SP

Luan Quirino de Araújo[1]; Patrícia Rodrigues Samora[2]

[1] Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
luan.qa@puccampinas.edu.br

[2] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
patricia.samora@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Cidades médias, Periferias urbanas; Desenvolvimento local e comunitário, Desenvolvimento imobiliário

A presente iniciação científica integra a pesquisa *"Inovação em processo empresarial visando a solução de problemas complexos e tomada de decisões estratégicas"*, contemplada pela chamada CNPQ/MAI/DAI 2024, que envolve a parceria da PUC Campinas, por meio dos Programas de Pós-Gradução em Sustentabilidade e Arquitetura e Urbanismo, com a empresa MDI - Maxxi Desenvolvimento Imobiliário. Tem como objetivo principal sistematizar a experiência que a MDI realiza junto aos moradores do loteamento Villagio Mundo Novo em Franca, SP visando fomentar o sentido de comunidade e melhoria da qualidade de vida local no âmbito do Projeto C.I.R.C.C.O. O loteamento possui moradores de renda média-baixa e está situado no limite da cidade, apresentando todas as características de bairros monofuncionais periféricos: ausência ou insuficiência de espaços públicos de lazer, reduzida vitalidade urbana e problemas ambientais.

A MDI foi responsável pelo loteamento da gleba que até então fazia parte da fazenda de café de propriedade da empresa Daterra, em Franca-SP, sendo as duas pertencentes ao mesmo grupo. A empresa entende que sua responsabilidade não acaba com o loteamento e venda dos terrenos no bairro, e vem desenvolvendo atividades sem fins lucrativos para fortalecer os vínculos comunitários e promover o desenvolvimento local participativo. Nesse contexto, o C.I.R.C.C.O. – Centro de Integração, Recreação, Responsabilidade, Cultura e Oportunidades, servirá de espaço para um programa de sensibilização, diálogo, capacitação e facilitação de processos colaborativos de pensar o lugar. Segundo a MDI, o C.I.R.C.C.O. tem a proposta de catalisar ideias e ações que estimulem o pertencimento e a corresponsabilidade na promoção de transformações que atendam as reais necessidades dos moradores do bairro. Dessa forma, a escolha do caso específico da MDI se dá pela forma como a empresa lidou com a criação de um bairro e os cuidados que

vem prestando à comunidade residente, podendo se tornar um possível caminho para o mercado imobiliário.

Sendo o desenvolvimento local consequência da participação (PINTO, 2015, p.168), entende-se que um bairro dormitório relativamente recente como o Villagio Mundo Novo carece de equipamentos e práticas que foquem na criação dos laços de sua comunidade, a bibliografia descreve alguns fatores importantes para essa criação, Silva coloca o pertencimento como resultado da construção do espaço pelo próprio morador:

> "As identidades surgem a partir de um processo de apropriação dos usuários pelo espaço, onde o mesmo estabelece uma relação de identidade e pertencimento tanto concreta quanto subjetivamente com o espaço criado por e para si. Em síntese, o indivíduo constrói espaços para si, concreta e/ou subjetivamente, e estabelece relações de pertencimento e identificação, bem como exerce sua sociabilidade." (Silva, 2013, p. 209).

O engajamento atual em volta das atividades do C.I.R.C.C.O. leva à uma perspectiva positiva no desenvolvimento local, partindo do pressuposto que participação produz a sensação de pertencimento que um bairro precisa. Sendo assim, a pesquisa conecta o tema da participação social com as atividades do C.I.R.C.C.O. analisando quais ações estão sendo tomadas, bem como suas virtudes e dificuldades, levando em consideração as experiências dos moradores do bairro e colaboradores do projeto.

O objetivo principal da pesquisa é caracterizar, sistematizar e analisar criticamente a experiência que a MDI realiza junto aos moradores do loteamento Villagio Mundo Novo, visando fomentar o sentido de comunidade e melhoria da qualidade de vida local no âmbito do Projeto C.I.R.C.C.O, utilizando do método de observação participante, onde a questão mais importante para o observador é relatar com a maior fidelidade possível os acontecimentos que testemunha, os impactos que eles geram em si mesmo, entre outros elementos sensíveis para análise posterior. É um método que não busca neutralidade do pesquisador, mas sim escuta atenta tanto dos participantes do evento quanto de seus próprios sentimentos e emoções, que são levados em consideração na análise dos dados coletados. (Valladares, 2007, Abib et al, 2012, Proença, 2007).

A pesquisa busca como resultado ter elementos concretos que revelem a importância deste comprometimento do setor imobiliário na mitigação dos impactos gerados pela urbanização periférica. Em caso de constatarmos que a ação da MDI foi, de fato, decisiva na qualidade de vida do bairro, pretendemos que o trabalho forneça insights que possam inspirar outras empresas imobiliárias, setor que gera grandes lucros privados ao mesmo tempo que impacta o espaço público e os bens comuns das cidades, tais como qualidade ambiental e da vida urbana, porém é pouco convidado a atuar nos efeitos duradouros dos produtos imobiliários que implantam nas cidades.

REFERÊNCIAS

ABIB, G.; HOPPEN, N.; HAYASHI JUNIOR, P. "Observação participante em estudos de administração da informação no Brasil". **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, Vol. 53, N. 6, pp. 604–616, 2012.

PINTO, Adenilda Couto B. "Desenvolvimento local: a comunidade como coparticipante". **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**. Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Vol. 3, N. 2, pp. 165–175, 2015.

PROENÇA, W. de L. "O Método da Observação Participante: Contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro". **Revista Aulas**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, N. 4, pp. 1–24, 2007.

SILVA, Michelle Nascimento da. "Identidade, Pertencimento e Sociabilidade no espaço urbano: observações sobre a percepção dos usuários do bairro Cidade Baixa em Porto Alegre". **ILUMINURAS**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Vol. 14, N. 34, 2013.

VALLADARES, L. do P. "Os dez mandamentos da observação participante". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Vol. 22, N. 63, pp. 151–178, 2007.

SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA E DESENHO URBANO SENSÍVEL À ÁGUA: MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS NOS CONTEXTOS DAS FAVELAS DE CAMPINAS (SP) E MACAPÁ (AP).

Arthur Pedro de Mattos[1]; Patrícia Rodrigues Samora[2]

[1] Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
e-mail: arthur.pm3@puccampinas.edu.br

[2] Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
e-mail: patrícia.samora@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Déficit habitacional qualitativo, Déficit de infraestrutura urbana; Adaptação climática; Risco de enchentes; Sustentabilidade urbana

O trabalho de Iniciação científica tem como objetivo principal investigar a aplicação de técnicas de infraestrutura verde e azul para manejo de águas pluviais em favelas da cidade de Campinas (SP) e Macapá (AP), conforme os conceitos de Soluções baseadas na Natureza (SBN) e Desenho Urbano Sensível à Água (DUSA). Ambas as definições apresentam premissas importantes para o desenvolvimento de uma melhor sustentabilidade urbana, visando o atual contexto de mudanças climáticas e o déficit de infraestrutura das periferias urbanas.

Nesse contexto, o entendimento das SBN, que são soluções fundamentadas em processos e estruturas naturais, projetadas para enfrentar diversos desafios ambientais, ao mesmo tempo em que proporcionam múltiplos benefícios à sociedade e aos sistemas ecológicos (Frantzeskaki, 2019, p. 101). E, junto a estas soluções, está integrado o Desenho Urbano Sensível à Água (Water Sensitive Urban Design), que abrange as exigências da gestão sustentável das águas pluviais com as demandas do planejamento urbano (Hoyer et al., 2011, p. 09).

A partir do estudo qualitativo, feito pelo grupo de pesquisa em trabalhos anteriores, de assentamentos precários em Campinas (SP) e Macapá (AP), foram observadas transformações em 134 favelas de Campinas e 69 em Macapá, por meio de análise visual de imagens aéreas num recorte temporal de 10 anos. Com base nas informações adquiridas em trabalhos antecedentes, está em curso analisar as transformações sofridas em quatro favelas, sendo três delas em Campinas e uma em Macapá.

Este trabalho considera as alterações sofridas nestas localidades para estudar a aplicação do conceito de Soluções Baseadas na Natureza (SBN), que abrange técnicas de Infraestrutura Verde-Azul, tendo como ponto de partida os meios ecológicos para aprimoramento da urbanização das favelas, considerando a Agenda de 2030 da ONU, que aponta a insustentabilidade do atual modelo de urbanização.

A INFORMALIDADE HABITACIONAL E AS OCUPAÇÕES EM ÁREAS AMBIENTALAMENTE DE RISCO

Ao longo desta pesquisa, tornou-se fundamental investigar a necessidade de Soluções Baseadas na Natureza (SBN) como estratégia para mitigar os problemas relacionados ao manejo de água pluvial nas periferias urbanas. O ponto de partida para essa análise reside na compreensão do processo de formação das periferias urbanas, que na maioria das vezes ocupam espaços distantes dos centros urbanos, com infraestrutura pouco desenvolvida e com baixa qualidade urbana.

A participação no módulo de ambientação do Programa de Formação Periferia Sem Risco, contribuiu para compreender o contexto estrutural das ocupações de áreas ambientalmente de risco por periferias. Esse fenômeno se denomina urbanismo de risco, em que as terras ocupadas por camadas populares da população são justamente aquelas com características ambientalmente mais frágeis (Rolnik, 2025, p. 147).

Sob essa ótica, as periferias e favelas coexistem, majoritariamente, em áreas de fragilidade ambiental. Assim, compreende-se que ocupações em proximidades a cursos d'água, por exemplo, são comuns nas periferias urbanas, o que desencadeia à maior exposição a enxurradas e problemas relativos ao manejo da água pluvial, por exemplo. Nota-se, portanto, uma negligência histórica: a drenagem nessas localidades não costuma ser discutida com a comunidade e nem priorizada pelo poder, apesar da drenagem - micro e macro – ser essencial para gestão de riscos e ser qualificadora do espaço urbano.

> As intervenções em drenagem urbana abrangem os conceitos de micro e macrodrenagem. A micro drenagem é aquela que abrange condutos pluviais em nível de loteamento ou da rede primária urbana, são intervenções que auxiliam o recolhimento das águas dos lotes e sistemas viários para conduzi-las aos corpos d'água.(Carulli, 2023, p.03). Já a macrodrenagem, é formada por estruturas destinadas à condução final das águas captadas pela drenagem primária, que prossegue o escoamento das águas pluviais provenientes de ruas, sarjetas, valas e galerias pelos corpos d'água, até ao corpo d'água principal de cada bacia hidrográfica (Carulli, 2023, p.03).

Assim, a pesquisa ressalta que as soluções de infraestruturas verde e azul, aliadas à qualificação da moradia, apresentam-se como alternativas viáveis e sustentáveis. Em contraste com as soluções de infraestrutura urbana convencionais, as infraestruturas

cinzas, as SBN incorporam processos naturais ao manejo de águas pluviais. Com isso, tais alternativas se destacam como adequadas para qualificação dos espaços urbanos ambientalmente frágeis, pois elas contribuem com o sistema hidrológico urbano, trazendo benefícios ecológicos ao território.

O CONTEXTO EM CAMPINAS (SP)

Em Campinas, as regiões próximas Áreas Ambientalmente Sensíveis (AAS) são convertidas em assentamentos informais, destinados à população que não possui acesso à moradia adequada (Bueno; Gallina; Souza, 2020, p. 18). Esse cenário evidencia a desigualdade socioespacial, com assentamentos precários em que a população que não tem renda e acesso à moradia digna e acabam confinadas a esses espaços. Isso faz com que apenas quem pode pagar pela infraestrutura faça parte da cidade, enquanto os menos favorecidos se deslocam para as periferias e áreas frágeis do município.

A política habitacional de Campinas, portanto, segue historicamente, essa lógica excludente. A Região Metropolitana de Campinas (RMC) apresenta uma linha divisória, definida pela Rodovia Anhanguera, que estabelece uma fronteira entre uma porção nordeste rica e uma porção sudoeste pobre (Rolnik et al., 2015, p. 133). O próprio município de Campinas, portanto, segue essa lógica excludente, em que a região sudoeste apresenta maior predominância de assentamentos irregulares e precários (Bueno; Gallina; Souza, 2020, p. 20).

A partir disso, ao entender a desigualdade socioespacial do município, é importante para a pesquisa compreender que as intervenções de requalificação urbana nesses espaços são importantes, reafirmando as vantagens urbanas e ambientais das Soluções Baseadas na Natureza.

De acordo com estudos anteriores do grupo de pesquisa, a maioria das grandes intervenções em assentamentos mais recentes, onde a infraestrutura é precária, foram feitas através do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), Campinas não tem conduzido programas de habitação em favelas desde 2016, com o término das medidas do programa. Esse hiato na implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida nas áreas mais vulneráveis tem um impacto direto na situação da infraestrutura urbana.

Assim, foi observado neste trabalho que as obras financiadas pelo PAC nas favelas de Campinas tentaram enfrentar situações de risco e insalubridade e muitas dessas situações de risco estavam em áreas de inundação. Por isso planejamentos urbanos que visam o aprimoramento do sistema de drenagem nessas áreas são vistos como essenciais para a mitigação dos conflitos ambientais que atingem a população nessas áreas de risco.

Quando houve a remoção e remanejamento das famílias, o reassentamento não levou em consideração relações de vizinhança, localização do emprego, existência de vínculos com escola e equipamentos de saúde na escala urbana.

Ou seja, as famílias são realojadas sem que as rotinas e as infraestruturas que utilizam sejam consultadas. Ademais, muitas famílias, relocadas pelo PAC e pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) ainda permaneceram em áreas periféricas, sem nenhuma requalificação urbana (Bueno; Gallina; Souza, 2020 p. 05).

O CONTEXTO EM MACAPÁ

Em Macapá (AP), o termo utilizado pelo IBGE até o último censo de 2022, para destacar os assentamentos precários é "Aglomerados Subnormais", que ocupam terrenos de maneira desordenada e podem ser classificados, pelo próprio IBGE, como invasões, loteamentos irregulares ou clandestinos, áreas invadidas, que foram regularizados recentemente.

De acordo com pesquisas deste grupo, as ocupações informais de Macapá são uma consequência de migrações de grupos que perderam seus territórios rurais e se estabeleceram em zonas periférica. Esses imigrantes, ao se deslocarem para os centros urbanos, encontraram empregos de baixa qualificação e se adaptaram às condições precárias dessas regiões, enfrentando desafios como enchentes (Cardoso, 2021, p. 69).

As áreas em que estes assentamentos são estabelecidos são caracterizadas como "áreas de ressaca" e são definidos como terrenos periodicamente inundáveis, influenciadas pelas marés e regime de águas pluviais, que integram o cenário urbano de Macapá (Costa, 2019, p. 07). Além disso, essas áreas permitem o escoamento das águas interiores e superficiais, em conexão com a bacia do rio Amazonas e desempenham papel importante na regulação do microclima, sendo habitat de fauna e flora.

Por isso, a ocupação das ressacas para fins habitacionais é um dos principais fatores que intensificam os impactos sociais e ambientais de Macapá, agravados pela falta de planejamento urbano adequado e pelo rápido crescimento demográfico. Segundo estudos do grupo de pesquisa, observa-se um processo contínuo de expansão urbana sobre essas áreas que, embora devam ser preservadas, estão sendo ocupadas de maneira inadequada e sem planejamento. Esse desordenamento urbanístico é notado pelo aterramento dessas áreas, que é feito de forma inapropriada, o que indica um risco ecológico nessas áreas, necessitando de intervenções urbanísticas, que beneficiem o bem-estar urbano e ambiental.

RESULTADOS ESPERADOS

Após estudos qualitativos nos assentamentos de Campinas e Macapá, esperamos que os resultados revelem a importância da aplicação do conceito de SBN nas informalidades habitacionais para manejo das águas pluviais, enfatizando como as técnicas sustentáveis podem aprimorar a urbanização, considerando todas as transformações já identificadas pelo grupo de pesquisa. Ainda, devem demonstrar a viabilidade da adoção de outro paradigma de desenho urbano, que de primazia a natureza, como preconiza o Desenho Urbano Sensível à Água.

Além disso, com o conhecimento das técnicas de infraestrutura sustentável, é esperado identificar as diferenças nas aplicações nos três assentamentos em Campinas e no único em Macapá, enfatizando que diferentemente da infraestrutura cinza, a Infraestrutura Verde pode ser heterogênea e adaptada nas distintas realidades das favelas brasileiras.

Para o discente, e esperado que adquira conhecimentos sobre a natureza da pesquisa científica, desenvolvendo leitura crítica de documentos, o manejo de fontes de dados habitacionais e populacionais, além de também aprimorar seus conhecimentos na área da sustentabilidade, enfatizando as SBN e seus benefícios, não só nas favelas mapeadas como áreas de estudo, mas também em outras localidades.

REFERÊNCIAS

BUENO, Laura Machado de Mello; GALLINA, Taís Economides; SOUZA, Simone Bandeira de. A água tem lugar na cidade? Estudo de uma microbacia hidrográfica urbanizada em Campinas (SP). **Revista Territorialidades**, v. 1, n. 1, p. 17–35, 23 nov. 2020a.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte. A trama dos povos da floresta: Amazônia para além do verde. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 28, n. 3, p. 57–87, 2021.

CARULLI, Ellen Emerich. Natureza e urbanização de favelas: reflexões sobre o intervir em corpos d'água localizados em favelas. 2023. In: XX ENANPUR – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2023, Belém. **Anais do XX ENANPUR**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2023.

COSTA, Camila Pernambuco. **Ressaca de Macapá-AP e as dimensões da sustentabilidade**. 118 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. 2019

FRANTZESKAKI, Niki. Seven lessons for planning nature-based solutions in cities. **Environmental Science & Policy**, v. 93, p. 101–111, 1 mar. 2019.

HOYER, Jacqueline *et al.* **Water sensitive urban design: principles and inspiration for sustainable stormwater management in the city of the future**. *[S.l.]*: Jovis Berlin, Germany, 2011.

ROLNIK, Raquel *et al.* O programa Minha Casa Minha Vida nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrópole**, v. 17, n. 33, p. 127–154, 29 maio 2015.

ROLNIK, Raquel. Os riscos do risco: mudanças climáticas, remoções e o direito à moradia. **Revista USP**, n. 147, p. 145–170, 6 nov. 2025.

TFG – TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO

DO VAZIO URBANO À INTEGRAÇÃO TERRITORIAL: PROPOSTA DE UM NOVO BAIRRO NA REGIÃO SUL DE POÇOS DE CALDAS (MG).

Julia Butteri Lycyniak [1], Júlia da Silva Cren[2], Pedro Paulo de Siqueira Mainieri[3]

[1] Arquiteta e Urbanista pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas julialycyniak27@gmail.com

[2] Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
julia.sc11@puccampinas.edu.br

[3] Professor Mestre da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
pedro.mainieri@puc-campinas.edu.br

PALAVRAS-CHAVE: Poços de Caldas; Urbanismo; Intervenção Urbana; Desenho Urbano; Trabalho Final de Graduação.

INTRODUÇÃO

Desenvolvido como Trabalho Final de Graduação (TFG) na Pontifícia Universidade Católica de Campinas no curso de Arquitetura e Urbanismo, foi estruturado em duas etapas consecutivas, a primeira, que representa o trabalho apresentado neste resumo expandido, realizada em grupo pelos alunos Julia B. Lycyniak, Júlia da S. Cren, Julio R. Schiavon, Larissa R. Daikubara, Luiza F. Terezan e Marcela C. P. Matos, sob orientação do Professor Mestre Pedro Paulo de S. Mainieri, no primeiro semestre de 2025, caracterizado pela requalificação urbana da Região Sul do município de Poços de Caldas (MG), cidade escolhida pela equipe.

A proposta visa criar um novo tecido urbano para conectar áreas fragmentadas da Região Sul, melhorando infraestrutura e mobilidade. Após a etapa coletiva, cada aluno desenvolveu individualmente, no semestre seguinte, projetos específicos para áreas e temas distintos dentro do perímetro de intervenção, propondo tipologias de infraestrutura complementares ao novo bairro.

A CIDADE E A REGIÃO SUL

Poços de Caldas localiza-se no extremo sul de Minas Gerais, em uma área de transição entre a Serra da Mantiqueira e o planalto da Bacia Sedimentar do Paraná. (PREFEITURA DE POÇOS DE CALDAS, 2011) Em razão de sua configuração geográfica singular e de sua estrutura urbana consolidada, o município estabelece relações que ultrapassam seu

território, articulando-se com cidades mineiras e do interior paulista e assumindo papel relevante na rede urbana regional. (BRANQUINHO; SILVA, 2021)

A água e a Serra de São Domingos configuram-se como elementos estruturadores do desenho urbano desde a formação da cidade, assim, o crescimento urbano ocorreu ao "pé do morro", organizando-se ao longo de dois eixos principais, Leste-Oeste e Norte-Sul, resultando em uma configuração semelhante à letra "T". A expansão urbana teve origem no centro histórico, onde se concentram os principais edifícios institucionais e áreas de valor cultural. (OLIVEIRA, 2014)

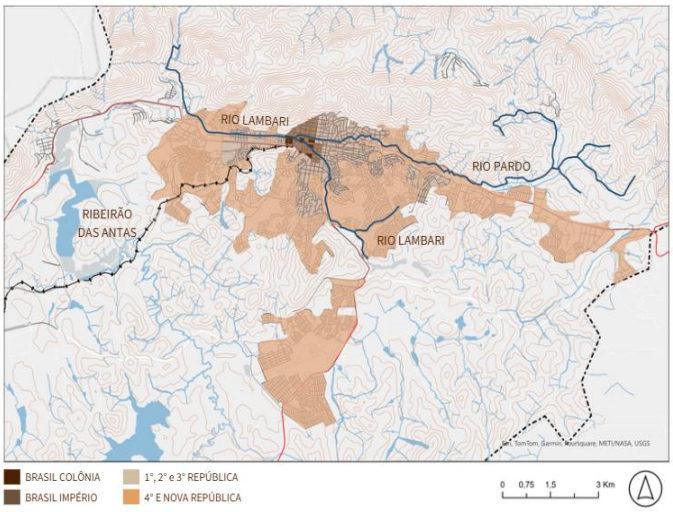


Figura 2 – Mapa do desenvolvimento urbano de Poços de Caldas ao longo dos anos. Fonte: Produzido por Julia Butteri Lycyniak; Júlia da Silva Cren; Julio Roza Schiavon; Larissa Ribeiro Daikubara; Luiza Frungilo Terezan; Marcela Coutrim Pellegrini Matos (2025).

De acordo com o Plano Diretor (2019), os investimentos em infraestrutura concentram-se principalmente na região oeste e central do município, enquanto áreas como a Região Leste e Sul permanecem com menor atenção. A Região Sul apresenta índices socioeconômicos inferiores, baixa diversificação de comércio e serviços, menor oferta de empregos e escassez de equipamentos de lazer (SILVA, 2013, p. 251). Além disso, está situada em área suscetível a alagamentos e consolidou-se como vetor de expansão populacional associado ao crescimento industrial e à implantação de conjuntos habitacionais. A distância das centralidades e as limitações de infraestrutura contribuem para sua segregação socioespacial (DA SILVA, 2019). Diante disso, a área foi selecionada pela equipe por seu potencial e demanda por requalificação urbana.

CONSTRUÇÃO DA NOVA MALHA

Para orientar a compreensão da dinâmica urbana e estruturar as estratégias de intervenção na Região Sul, o território foi setorizado em quatro sub-regiões, definidas pelas barreiras físicas existentes e pelas especificidades socioespaciais de cada setor

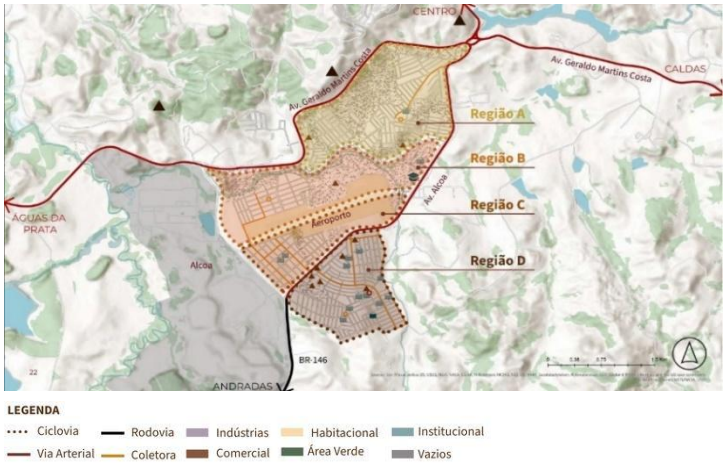


Figura 3 – Mapa do desenvolvimento urbano de Poços de Caldas ao longo dos anos. Fonte: Produzido por Julia Butteri Lycyniak; Júlia da Silva Cren; Julio Roza Schiavon; Larissa Ribeiro Daikubara; Luiza Frungilo Terezan; Marcela Coutrim Pellegrini Matos

- **Sub-região A**: Área mais segregada do conjunto, isolada pela topografia acentuada, pelas zonas de preservação permanente e pelas avenidas que a delimitam.

- **Sub-região B**: Localizada na cota mais baixa, apresenta maior vulnerabilidade a inundações e carências significativas de infraestrutura. É separada do restante da malha pelas áreas de preservação e pelo antigo aeroporto.

- **Sub-região C**: Situada além do antigo aeroporto, possui fácil acesso à Avenida Alcoa, que a separa da Região D. Apresenta melhor oferta de comércio e serviços, concentrando atividades varejistas e maior dinâmica urbana.

- **Sub-região D**: A mais consolidada das quatro regiões, concentra o maior número de habitantes e abriga a maior diversidade de equipamentos públicos, incluindo saúde, esporte, lazer e educação.

Diante dessa estrutura, o principal desafio urbano consiste em promover a conexão e a integração entre as Regiões B e C, de modo a costurar a malha urbana e reduzir as fragmentações históricas da Região Sul. Assim, foi proposto a utilização da área do antigo aeroporto, já que atualmente não apresenta nenhum tipo de uso ativo, com o objetivo de costurar o tecido urbano através dele, dando lugar a um novo bairro, onde seriam localizados novos equipamentos de infraestrutura que possam saturar as demandas da região, além de novas habitações que transacionam e se diferem dos modelos ao redor, atendendo o crescimento da demanda populacional.

Outra proposta consistiu no aproveitamento das Áreas de Preservação Permanente (APPs). Que permitem a conexão entre equipamentos verdes e a reduz as distâncias, especialmente nas regiões periféricas. A intervenção prevê impacto mínimo, destinando-

-as apenas a percursos de transporte ativo, com qualificação por meio de travessias, iluminação e mobiliário urbano.

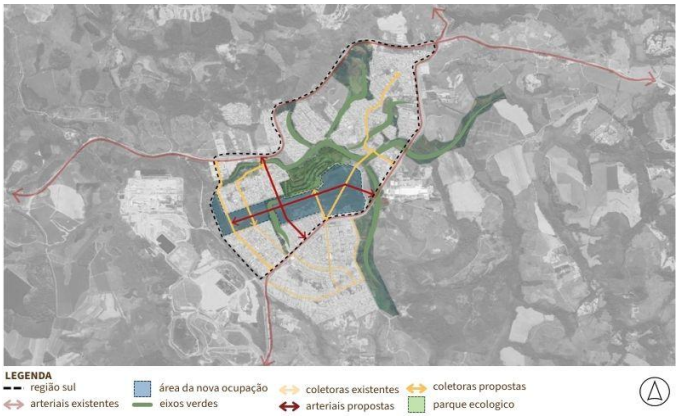


Figura 3 – Mapa síntese da proposta para a Região Sul. Fonte: Produzido por Julia Butteri Lycyniak; Júlia da Silva Cren; Julio Roza Schiavon; Larissa Ribeiro Daikubara; Luiza Frungilo Terezan; Marcela Coutrim Pellegrini Matos (2025).

A partir dessas medidas, foi proposto um novo sistema viário para estruturar a malha urbana da área. Duas vias arteriais organizam o sistema: uma no sentido horizontal, implantada sobre o traçado da antiga pista do aeroporto, conectando todo o complexo; e outra no sentido vertical, estabelecendo ligação entre a Avenida Alcoa e a Avenida Geraldo Martins Costa. As demais vias foram planejadas de forma a se integrar ao sistema viário existente, garantindo continuidade urbana e articulação com os bairros do entorno.

Com a estrutura viária, foram definidas as quadras e a distribuição dos usos, com o objetivo de qualificar a dinâmica urbana e aprimorar o funcionamento da região. A nova malha foi concebida para acompanhar o crescimento da região, incorporando edifícios de uso misto, quadras abertas, habitações unifamiliares e equipamentos públicos de acordo com as demandas locais.



Figura 4 – Croquis do novo bairro proposto. Fonte: Produzido por Julia Butteri Lycyniak; Júlia da Silva Cren; Julio Roza Schiavon; Larissa Ribeiro Daikubara; Luiza Frungilo Terezan; Marcela Coutrim Pellegrini Matos (2025).

A malha é atualizada de forma estratégica, integrando diferentes tipologias viárias e ajustando o tecido urbano às demandas atuais de convivência, circulação e sustentabilidade que a área demanda. Mais do que uma reorganização urbana, o projeto reposiciona o bairro como um espaço vivo.



Figura 5 - Implantação final da proposta de intervenção com os projetos individuais de TFG demarcados. Fonte: Produzido por Julia Butteri Lycyniak; Júlia da Silva Cren; Julio Roza Schiavon; Larissa Ribeiro Daikubara; Luiza Frungilo Terezan; Marcela Coutrim Pellegrini Matos (2025).

REFERÊNCIAS

BRANQUINHO, E. dos S., & Silva, E. de A. da. (2021). **(Re)estruturação das cidades médias do Sul de Minas Gerais: uma análise morfofuncional comparativa de Alfenas e Poços de Caldas.** Caderno De Geografia, 31(2), 3. https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2021v31nesp2p3

OLIVEIRA, Elias Mendes. **PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM POÇOS DE CALDAS (MG)**. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 15, n. 50, p. 100–113, 2014. DOI: 10.14393/RCG155024596. https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/24596. 8 mar. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇOS DE CALDAS. Geografia. Poços de Caldas: Prefeitura Municipal, 2011. https://pocosdecaldas.mg.gov.br/noticias/geografia/. 8 mar. 2026.

POÇOS DE CALDAS (MG). Prefeitura Municipal. **Revisão do Plano Diretor do Município de Poços de Caldas.** Poços de Caldas: Prefeitura Municipal, 2019. https://pocosdecaldas.mg.gov.br/planodiretor/. 8 mar. 2026.

DA SILVA, E. de A., & de Andrade, A. C. (2019). **A formação da zona sul de Poços de Caldas, Minas Gerais.** Caderno De Geografia, 29(2), 129–142. https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2019v29n2p129-142

SILVA, Eduardo de Araujo da. **CRESCIMENTO DO ESPAÇO URBANO NOS EIXOS LESTE E SUL DE POÇOS DE CALDAS, MINAS GERAIS: Apontamentos para a segregação socioespacial.** Revista Tocantinense de Geografia, *[S. l.]*, v. 12, n. 27, p. 236–255, 2023. DOI: 10.20873/rtg.v12i27.14619. https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/geografia/article/view/14619. 8 mar. 2026.